

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Cristiane Paula Arantes

**A COMPLEXA TEIA DO NOVO HISTORICISMO: PERCURSOS E
CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA**

UBERLÂNDIA

2022

Cristiane Paula Arantes

**A COMPLEXA TEIA DO NOVO HISTORICISMO: PERCURSOS E
CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA**

Versão final da tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a defesa no curso de Doutorado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar.

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A662
2022

Arantes, Cristiane Paula, 1985-
A Complexa Teia do Novo Historicismo [recurso
eletrônico] : percursos e contribuições para a escrita
da história / Cristiane Paula Arantes. - 2022.

Orientador: Alexandre de Sá Avelar.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.275>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Avelar, Alexandre de Sá, 1975-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Tese; 134, PPGHI				
Data:	trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	08h30	Hora de encerramento:	12h30
Matrícula do Discente:	11613HIS004				
Nome do Discente:	Cristiane Paula Arantes				
Título do Trabalho:	A complexa teia do novo historicismo: percursos e contribuições para a escrita da história				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	História e cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Tessituras do biográfico: modos de pensar, fazer e ensinar				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [História](#), assim composta: Professores Doutores: [Lainister de Oliveira Esteves - INHIS/UFU](#); [Ivan Marcos Ribeiro - ILEEL/UFU](#); [Marcelo de Mello Rangel - UFOP](#); [Tadeu Pereira dos Santos - UNIR](#); [Alexandre de Sá Avelar - INHIS/UFU](#), orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Alexandre de Sá Avelar, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Doutora](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo de Mello Rangel, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Marcos Ribeiro, Membro de Comissão**, em 31/05/2022, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Sá Avelar, Membro de Comissão**, em 31/05/2022, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lainister de Oliveira Esteves, Professor(a) do Magistério Superior**, em 31/05/2022, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Pereira dos Santos, Usuário Externo**, em 31/05/2022, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3643110** e o código CRC **6D74A792**.

Cristiane Paula Arantes

**A COMPLEXA TEIA DO NOVO HISTORICISMO: PERCURSOS E
CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA**

Aprovada em 31 de maio de
2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar
Orientador
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves
Membro Titular
Titular Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Ivan Marcos Ribeiro
Membro Titular
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel
Membro Titular
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Tadeu Pereira dos Santos
Membro Titular
Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dra. Ana Paula Spini
Membro Suplente
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila
Membro Suplente
Universidade Fed. do Rio Grande do Sul

Ao meu tio Guido!

*Que finalmente encontrou a paz e
o acolhimento necessário.*

Agradecimentos

Agradecer, neste momento, significa lembrar as pessoas que contribuíram para que a ideologia fatalista e imobilizadora da política neoliberal não me fizesse perder a paixão pela pesquisa e pelo ensino. Por sorte, acredito, foram várias as pessoas que contribuíram em diferentes contextos e cada uma à sua maneira.

Agradeço, portanto, à UFU, universidade pública à qual devo toda a minha trajetória acadêmica e através da qual minha vida foi transformada. Por isso, continuarei lutando pela educação pública de qualidade nos cursinhos populares, nas escolas e nos espaços públicos. Esperançar, sempre!

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, pelo esforço em compreender os problemas pelos quais passei durante o percurso do doutoramento. Sou grata por toda a assistência prestada pela equipe de professores, coordenadores, técnicos e membros do Colegiado.

Ao talento e coragem de Alexandra Elbakyan, por tornar possível esta e milhares de outras teses possíveis! Presto minha solidariedade a você pelas perseguições que tem sofrido, em função daqueles que querem manter o acesso à ciência como uma possibilidade para lucrar e manter privilégios.

À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, pelo acolhimento e por ceder o espaço necessário aos meus estudos e exames. Em especial, ao professor Cosmin, por causar tamanho impacto na minha formação com suas reflexões sobre migração e direitos humanos. Não sou mais a mesma, professor.

À professora Maria Elisabete, por partilhar ideias, pelo respeito e pelo carinho com os estudantes brasileiros.

À amiga Thaísa, por ter coragem de enfrentar os privilégios da branquitude na academia portuguesa e nos movimentos sociais, e, ao mesmo tempo, por praticar uma escuta ativa entre nós.

Um agradecimento especial ao meu “(des)orientador”, Alexandre de Sá Avelar: a) por respeitar minha autonomia desde a época do nosso grupo de estudos (inesquecível!); b) por profanar minhas certezas; c) por me deixar em “maus lençóis” com ideias e caminhos; d) por me instigar ao questionamento sobre os resultados do nosso trabalho como profissionais da história; e) por produzir conhecimento e denunciar os negacionismos que visam obscurecer as realidades; f) por me fazer acreditar que eu

poderia chegar até aqui. Muito obrigada por desorientar posturas de desânimo, mas também por respeitar o tempo necessário para o silêncio e a calma.

Agradeço imensamente aos membros da banca de qualificação e defesa: ao professor Tadeu Pereira, grande referência entre as novas gerações de historiadores da UFU, pela leitura minuciosa e pela generosidade de longa data; ao professor Lainister Esteves, pelas sugestões e apontamentos que ajudaram a aprofundar este texto; ao professor Ivan Ribeiro, por ter aceitado compor o time de examinadores da defesa (uma honra poder ouvi-lo!); e ao professor Marcelo Rangel, referência na área de Teoria da História no Brasil, pelo aceite e generosidade. Todos eles contribuíram com questões pertinentes e sensíveis para esta tese.

À jornalista e doutoranda Rafaela Sindorski, da UFPR, e a Eduardo Goulart, pelas trocas e pelo compartilhamento de saberes. Também sou grata ao turco mais carismático do Porto, Furkan Ozdemir, pela ajuda técnica.

À revisora desta tese, Lúcia Helena Coimbra Amaral, pela leitura atenta, paciente e muito proativa.

À Sálua, ao Johnisson, à Lademe e à Cássia, meus colegas da turma de Seminário de Tese, que se tornaram amigos da vida. Obrigada pela parceria e amizade! Contem comigo!

Muito afeto e gratidão pelas minhas ancestrais. Minha mãe, Cida, por lutar para que nós tivéssemos toda a base escolar nas melhores escolas, pelo cuidado, por ter enfrentado tantas batalhas em prol de nossa saúde e bem-estar. Obrigada, mãe, por nunca desistir de nós. Se hoje posso registrar nessa lauda meu muito obrigada é porque um dia foi a senhora quem trabalhou 12 h, 24 h, 36 h em hospitais para a minha formação. Obrigada por ter sido quem furou a bolha do machismo, da misoginia, da desigualdade de classe e de gênero para abrir os caminhos até que me tornasse a primeira doutora da família (assim espero!). Só a senhora sabe quantas renúncias isso custou. À senhora, todo o meu amor e, para sempre: “contra toda autoridad, excepto mi mamá!”!

Agradeço também à minha avó, outra mulher de luta que também quebrou tabus, enfrentou a fome, criou nove filhos, confrontou as estruturas do patriarcado e, mesmo assim, manteve a ternura.

À minha irmã, Aline, pelo patrocínio, pelas cobranças, pelo entusiasmo para que essa investigação culminasse numa tese. Obrigada por torcer tanto por mim! Sei que é sua forma de expressar sentimento. É recíproco, irmã!

Aos meus amigos, que se alegram com as minhas (poucas e raras) vitórias, que praticam uma escuta ativa nos momentos de dúvida, incerteza e gargalhadas, e por me ajudarem a esperar nos dias mais turvos e cinzentos. Toda a minha gratidão e amor a cada um de vocês!

Ao eterno Thithi, sempre parceiro e calmo; à maravilhosa Jac, por me orientar e me acolher nas minhas indecisões e medos; ao Durval, vulgo Munis, por compartilhar saberes e sentimentos; à belíssima Lud, por todas as conexões; e ao encontro lindo com Luciane, a Preta! Vocês confiaram e acreditaram em mim mais do que eu mesma neste processo. Muito obrigada a todos, todes e todas por segurarem minha mão!

Por fim, agradeço ao Rafael, meu enjoquinho, por estar ao meu lado e por lutar pela nossa vida juntos. Obrigada por todas as provas carinhosas e atrapalhadas de amor. Estivemos e estamos nesta, assim como estaremos nas próximas etapas, “togedinhos”.

RESUMO

A presente tese de doutoramento busca entender qual o lugar da proposta do novo historicismo para refletir as mudanças e desafios da atividade historiadora em suas várias abordagens e campos de pesquisa na história da historiografia. Para tanto, buscamos estabelecer uma análise do historicismo clássico e do novo historicismo para compreender quais os seus caminhos e características particulares a cada um. Tentamos rastrear o percurso de emergência do novo historicismo situando-o para entender se foi um movimento e o que ele traz de novidade, uma vez que trata da forma como a obra de arte pode ser entendida, em especial a literatura, assim como a narrativa histórica, sua função, metodologia e estilo. Nossa metodologia consistiu em desenvolver uma discussão sobre as mudanças no regime de historicidade e historiografia para demonstrar os conceitos fundamentais do historicismo clássico e do novo historicismo a partir de fontes documentais, digitais e textos clássicos. Em seguida, edificamos os conceitos fundamentais do novo historicismo, seus alvos de críticas, seus ditos, não ditos e considerações. A análise das principais temáticas do novo historicismo foi construída a partir de uma pesquisa empírica com artigos da revista *Representations* no período que compreende os anos de 1983 a 1999, essa abordagem foi possível por meio de uma análise lexical executada pelo software Iramuteq. Posteriormente, apresentamos uma verificação mais qualitativa do acervo de artigos com uma abordagem mais verticalizada sobre alguns textos, de modo que pudesse exemplificar como os principais temas aparecem na revista. Isso permitiu uma apreensão mais cuidadosa para perceber como e se os assuntos da revista *Representations* contribuíram para a divulgação e fixação do cânone novo historicista. Além do trabalho com o periódico, mobilizamos outras fontes como entrevistas com os membros fundadores da revista, imagens e outros discursos digitais para concluirmos se a proposta do novo historicismo foi aventada a partir de um movimento, ou se foi somente uma tendência de práticas de leitura e escrita. Por fim, desenvolvemos uma reflexão sobre as possíveis contribuições do novo historicismo à historiografia.

Palavras-chaves: historicismo; novo historicismo; história da historiografia; *Representations*.

ABSTRACT

The present doctoral thesis seeks to understand what is the place of the proposal of new historicism to reflect the changes and challenges of the historian's activity in its various approaches and fields of research in the history of historiography. To this purpose, we seek to establish an analysis of classical historicism and new historicism in order to understand which are their particular paths and characteristics. We tried to trace the path of emergence of new historicism by situating it to understand if it was a movement and what it brings as new, since it deals with how the work of art can be understood, especially literature, as well as historical narrative, its function, methodology and style. Our methodology consisted of developing a discussion of the changing regime of historicity and historiography to demonstrate the fundamental concepts of classical historicism and new historicism from documentary, digital sources and classical texts. We then build up the fundamental concepts of the new historicism, its targets of criticism, its sayings, unsaid, and considerations. The analysis of the main themes of the new historicism was built from an empirical research with articles from the journal *Representations* in the period between 1983 and 1999, this approach was possible through a lexical analysis executed by the software Iramuteq. Subsequently, we presented a more qualitative verification of the collection of articles with a more vertical approach on some texts, so that it could exemplify how the main themes appear in the magazine. This allowed a more careful apprehension to understand how and if the issues of the journal *Representations* contributed to the dissemination and fixation of the new historicist canon. In addition to working with the journal, we mobilized other sources such as interviews with the founding members of the journal, images, and other digital discourses in order to conclude whether the proposal of new historicism was ventured from a movement, or whether it was only a trend of reading and writing practices. Finally, we develop a reflection on the possible contributions of the new historicism to historiography.

Keywords: historicism; new historicism; history of historiography; *Representations*.

Esta reflexão é igualmente parte de um exercício que chamaria de natureza historiográfica e que objetiva interrogar a memória disciplinar que se constituiu, memória esta que tende a sacralizar procedimentos, autores e obras como parte de um exercício de escrita da história da própria disciplina. Refazer assim este percurso de institucionalização de nossa disciplina significa considerá-la como eminentemente histórica, e portanto sujeita às transformações próprias das criações humanas (...) a história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de “cultura historiográfica como parte de uma cultura da lembrança” (GUIMARÃES, 2005, p. 70).

No lugar de propor classificar as diversas formas que a história da historiografia tem assumido, desde os balanços historiográficos até as análises comparativas, institucionais ou dos conceitos históricos, nossa intenção é apresentar um esforço de pensar o campo em termos normativos (ARAÚJO, 2006, p. 80).

“Theory” é um gênero por causa do modo como seus trabalhos funcionam. [...] esses trabalhos extrapolam o quadro disciplinar dentro do qual eles normalmente seriam avaliados e que ajudaria a identificar suas sólidas contribuições ao conhecimento. [...] o que distingue os membros desse gênero é sua habilidade para funcionar não como demonstrações dentro dos parâmetros de uma disciplina, mas como redescrições que desafiam as fronteiras disciplinares (CULLER, 1982, p. 9)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PRÓLOGO.....	20
CAPÍTULO 1 – Historicismo: preâmbulo, cenário e concepções	24
1.1- Regime de historicidade <i>modernus</i>	27
1.2- Notas sobre (<i>old</i>) Historicismo, ou o seu problema	29
1.3- História <i>do</i> e <i>no</i> século XX – ponto de mutação	39
CAPÍTULO 2 – A construção de um novo historicismo	52
2.1 - Debates da historiografia contemporânea que aprofundam a perspectiva para o novo historicismo	52
2.2- Desenhando as práticas do novo historicismo.....	62
2.3- Presenças ausentes na proposta do novo historicismo.....	86
2.4 – Os “ditos” sobre o novo historicismo	89
CAPÍTULO 3 – Consolidação do campo: a revista.....	94
3.1 – Construção do <i>corpus</i>	95
3.2- Como funciona o Iramuteq.....	96
3.3- Análise.....	97
3.3.1- Dossiê “A exibição do corpo cultural”	103
3.3.2- Dossiê “Misoginia, misandria e misantropia”	104
3.3.3- Dossiê “O novo mundo”	106
3.3.4- Dossiê “Raça e representação”	108
3.4- Breve história da revista <i>Representations</i>	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento busca entender qual o lugar da proposta do novo historicismo para refletir sobre as mudanças e os desafios da atividade historiadora em suas várias abordagens e campos de pesquisa na história da historiografia. Para tanto, buscamos desenvolver as premissas do historicismo clássico para perceber o que há de novidade no chamado novo historicismo.

O desejo de pesquisar esse campo partiu de um incômodo causado pelas contradições percebidas entre o discurso e prática e também em razão de certas expectativas como aluna do curso de História. Essas inquietações têm me acompanhado em todos os ciclos acadêmicos e se configuram como uma problematização dos dilemas éticos que acompanham a atividade profissional dos historiadores, acompanhando sua amplitude na sociedade e tentando compreender a forma como a escrita da história produz conhecimento emancipador, e se é essa ou não a natureza do nosso trabalho. Aprender essas questões tem como fio condutor a percepção de que a Teoria da História, enquanto área que se ocupa dos resultados práticos da escrita da história e de sua filosofia, é muito importante para o exame do que é produzido. Essas subjetividades fazem parte do escopo deste e de outros trabalhos que tenho desenvolvido.

Será que a reflexão teórica sobre a história caminha para a defesa de uma temporalidade sem sofrer processo de temporalização? Isso significaria dizer que já estamos em um momento de total rompimento com a lógica clássica que estabelece uma fratura entre passado, presente e futuro? Vivenciamos aquilo que alguns filósofos entendem como presentismo?

Em outras palavras, meu desejo, aqui, foi refletir sobre a relação que travamos com o presente, as formas de compreendê-lo e de representá-lo. Isso porque a atividade do historiador diante de um alargamento das perspectivas e dos campos de análise torna salutar uma reflexão teórica sobre os rumos desse ofício. Conforme indaga o historiador francês Michel de Certeau, “o que fabrica o historiador quando faz história (2002, p. 55)?” Quais os desdobramentos de nossos olhares?

Para responder a essas e outras perguntas meu intuito com esta proposta de tese de doutoramento foi entender se o novo historicismo pode representar um novo regime de historiografia (nos moldes de Hartog) tomando por base as considerações de variados expoentes das humanidades que questionam e apresentam argumentos acerca do estado atual da pesquisa no âmbito da história ao construírem uma espécie de crise e de

incerteza.

Isso equivale a dizer que não somente historiadores de formação – *a priori*, havia pensado em uma comunidade historiográfica – podem contribuir para o debate. Lembremos que o contato com o binômio “velho/novo” historicismo se deu pela leitura de um autor da crítica literária (Fredric Jameson), o que pode tornar a reflexão mais aberta às perspectivas de outras áreas sem, contudo, entendê-la por intermédio de hierarquias que visam afirmar o ofício historiográfico.

Sabemos – usarei agora os verbos na 1ª pessoa do plural, porque, apesar da autoria, esta tese foi desenvolvida a partir de diálogos com as fontes, na relação entre orientanda/orientador, nas trocas entre colegas de área e nas minhas vivências como professora – que a história como disciplina tem sido cada vez mais abalada pelas discussões que claramente questionam as ideias de tempo e ciência, ou que causam embaraços a seu respeito. François Hartog afirma de forma categórica que o historiador atualmente aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante (2013, p. 37). Essas incertezas serão objeto de algumas reflexões que faremos sem obtermos respostas conclusivas, mas funcionam como perspectivas para enunciar se existe um papel para o novo historicismo na historiografia contemporânea.

O contato com as ideias do novo historicismo é um desdobramento da investigação empreendida durante o mestrado e uma tentativa de ampliar seus resultados tendo por base as contribuições da banca examinadora acerca do trabalho realizado, além de outras reflexões. Foram elaboradas problematizações ulteriores e feito um aprofundamento do tema alicerçado em olhares diferentes, preocupados em refletir sobre a historicidade contemporânea e a historiografia.

O foco de investigação durante o mestrado partiu de uma incursão na obra do crítico literário norte-americano Fredric Jameson, em que buscamos entender seu conceito de cultura e sua relação com a ideia de pós-modernidade, apresentando, enfim, as contribuições do pensamento jamesoniano para a historiografia, em especial para a vertente da História e Cultura. Esse pensador trouxe à baila em vários momentos os temas do novo historicismo como espectro da época pós-moderna, o que nos levou a inúmeras ponderações.

O lugar em que nos colocamos é o do debate e as perguntas suscitadas pela leitura desta proposição de pesquisa motivaram caminhos metodológicos que, na elaboração do projeto, nem sequer foram imaginados. Os trabalhos “investigativos” nos conduziram a outras áreas do conhecimento e a outros moldes para as descobertas e a

escrita sobre elas. Para explicar como o percurso de pesquisa foi sendo emoldurado, vamos evidenciar a estruturação dos capítulos, de modo que os percalços e as escolhas metodológicas fiquem claras aos leitores e leitoras.

Por ser uma pesquisa que visa tratar de momentos e matrizes de pensamento distintos, escolhemos elaborar uma abordagem sobre o historicismo clássico apoiada em especialistas no assunto, sob o fito de articular a temporalidade circunscrita à emergência desse movimento historiográfico às suas perspectivas metodológicas. Vale ressaltar que, embora a narrativa construída nos leve a entender o historicismo como homogêneo, não existiu *um* historicismo, mas historicistas que participaram dessa escola e apresentavam algumas diferenças entre eles, mesmo que tenham desenvolvido seus trabalhos em momentos não muito distantes uns dos outros. Posto isso, vamos agora enunciar nosso percurso metodológico.

Iniciamos nosso texto com um prólogo, onde tentamos construir uma percepção sobre o novo historicismo a partir dos problemas levantados por Stephen Greenblatt, de forma que aparecessem as vantagens da novidade historicista. Nessa tentativa de desenhar um prelúdio, atentamos para os conceitos de ressonância e encantamento no intuito de apresentar brevemente o conflito novo/velho historicismo com base nas pretensões combativas de Greenblatt.

Ainda sobre o prólogo, assumimos a partir dele o uso do termo novo historicismo, pois entendemos que usar o prefixo “neo” conformaria uma perspectiva fatalista sobre nosso objeto, uma vez que seria interpretado meramente como uma “roupagem” mais contemporânea do historicismo do século XIX. Para evitar esses juízos precipitados, utilizamos “novo historicismo”¹.

No capítulo 1, nos lançamos a entender o historicismo a partir do recorte utilizado por essa escola de historiografia para desenvolver uma área de conhecimento que institucionaliza a história traçando um panorama reflexivo de como o historicismo, ou *historismo* (como é conhecido na Alemanha), tornou-se uma epistemologia do conhecimento histórico, na medida em que tornou a história uma disciplina que se ocupa em investigar o comportamento humano no tempo, tornando-a autônoma e inspiradora de outras áreas do saber.

Na concepção de Georg Iggers (1996), o termo mais adequado é *historismo*, que

¹ Agradeço também o diálogo com o professor Cosmin Nada, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UPorto, à utilização do referido prefixo, oportunidade em que ele gentilmente se propôs a problematizá-lo à luz das reflexões sobre neocolonialismo.

exprime uma espécie de exatidão acerca do que faziam os historiadores alemães no século XIX. Para a presente tese, adotamos historicismo, justamente porque, conforme explicita esse autor, ao citar a contribuição de Max Weber sobre o assunto: “O historicismo foi parte de um processo de intelectualização e desencantamento” (tradução minha).² Se o século XIX foi o momento de vulgarização da ciência, a fortuna crítica nos mostra que a importância dada à história também passou pela ideia de uma formação intelectual do sujeito, pois, por meio da epistemologia histórica, seria possível construir uma consciência histórica em consonância com um projeto de nacionalidade cidadã, em outras palavras, a *Bildung*. Refletir sobre as narrativas de historiadores que atentem para a relação entre uma nacionalidade alemã e a ciência histórica como possibilidade de progresso humano se faz necessário e um caminho que torna mais compreensível a questão.

Isso é importante, porquanto evidencia como a academização da história, ao torná-la uma “ciência do espírito”, influenciou a produção historiográfica ao alterar seus resultados quando separou história e arte. Para compreender essa questão, fizemos uma abordagem ancorada na observação de François Hartog sobre os regimes de historicidade, demonstrando como o conceito moderno de história faz parte das filosofias da história, isto é, como impactam o regime de historiografia.

Em seguida, fizemos um recorte sobre a relação entre a emergência da história como disciplina e o movimento historicista, a fim de recuperar parte da história da historiografia com as principais referências que mobilizam autores diferentes e clássicos, assim como a própria recepção dessa corrente historiográfica.

Tentamos abordar as diferenças e projetos explícitos (e implícitos), algumas propostas metodológicas no cenário historicista e os resquícios historicistas que alguns autores contemporâneos apontam.

Ademais, é importante assinalar que esse recorte teve como objetivo identificar o processo de institucionalização da história e também trazer à baila o debate sobre a autoridade dos historiadores e historiadoras como entidades autorizadas a pesquisar história. Acreditamos que essa discussão ainda é salutar, uma vez que, ao mesmo tempo em que buscamos democratizar e tornar mais horizontal a divulgação das pesquisas acadêmicas, procuramos resguardar, através dos métodos, nossa capacidade metodológica de abordar o passado mais longínquo e o recente em tempos das

² Trecho original: “Historicism was now part of the process of intellectualization and disenchantment” (IGGERS, 1996, p. 131).

chamadas *fake news* e dos negacionismos históricos de variadas faces, públicos e objetivos. Tratar da função dos profissionais de história permite também nos referir à ética no resultado do que fazemos.

Houve um sentido político nos embriões da ciência histórica, isso se repete nos “tempos atuais” com outras feições políticas e ideológicas. Sendo assim, historiadores profissionais e/ou pesquisadores éticos devem (ou deveriam) concordar que “narrativa” é uma construção com vistas a produzir um conhecimento que descortine as falácias daqueles que estiveram ao lado dos poderes que historicamente oprimiram grupos sociais.

Seguindo o percurso acerca da institucionalização da história, tratamos brevemente das críticas às políticas historiográficas do século XIX, em especial dos equívocos ou, nem tanto, em relação aos trabalhos de Leopold von Ranke, dos ímpetus cientificistas desse período, assim como das considerações do filósofo Friedrich Nietzsche a respeito da ingenuidade e da arrogância historicista.

A crítica filosófica de Nietzsche é interessante na medida em que nos questiona sobre a função da história para vida, muitas vezes deixada de lado em prol dos tratamentos cientificistas e dos postulados que visam separar a escrita do historiador. Daí a necessidade da monumentalidade do passado em prol de inspirar os viventes do presente por meio de relações entre essas distintas temporalidades.

Para enunciar as tendências que combatem o historicismo clássico, tentamos discutir e contextualizar o ponto de mutação na primeira metade do século XX para tratar das discussões que anunciaram outros paradigmas de pesquisa, os quais encontraram respaldo nas transformações econômicas e sociais após a Segunda Grande Guerra. Sabemos e assumimos que este é um exercício lacunar, visto que a aceleração dos acontecimentos pode recair em generalizações. Nosso intuito foi tentar capturar o clima histórico, ou a fratura no regime de historicidade que acompanhou uma série de debates éticos nas humanidades.

Ademais, conforme o acúmulo de pesquisas no mestrado que resultaram na publicação da minha dissertação³, trouxemos debates e conceitos que tentaram abarcar esses aspectos, em especial, os trabalhos sobre pós-modernismo, os quais são contemporâneos à emergência do novo historicismo durante a década de 1980.

³ Ver em **O pós-modernismo sob o olhar de Fredric Jameson**: reflexões sobre a perda da historicidade (2015).

No segundo capítulo, optamos por trazer à tona o debate teórico que nos impulsiona em torno do nosso tempo como historiadores e historiadoras, discutindo, à luz da filosofia, da crítica literária e da própria historiografia quais suas contribuições para pensar uma escrita no século XXI. Em outras palavras, aventamos apresentar os debates da historiografia contemporânea que aprofundam a perspectiva do novo historicismo. Quais os parâmetros de análise, as lutas em torno das narrativas sobre o passado?

Em seguida, chamamos a atenção para a ausência de um programa claro, ou de uma metodologia novo historicista. Como pesquisadores e pesquisadoras, essa “verdade” não metodológica foi perscrutada no intuito de identificar o ser-fazer do novo historicismo desconfiando da inexistência de métodos ou programas. Por essa razão, trouxemos para o debate os seguintes conceitos: história como possibilidade, singularidade, não método, anedota, contra-história, circulação. Dito de outra forma, as inferências desses termos desvelam o paradoxo entre a metodologia e a ausência dela. Para embasar nossa discussão, discutimos alguns autores importantes para os novos historicistas e tentamos alçar voos nessas polêmicas.

Além de abordar as premissas do novo historicismo, buscamos apreender palavras, termos e ideias sem literalidade nos dizeres, mas que são alvos das críticas que os expoentes do movimento apontam. Isso foi uma demanda da banca de qualificação, que contribuiu muito para a pesquisa. Nesse sentido, discutimos como o formalismo russo, o *new criticism* e a corrente desconstrucionista foi completamente ignorada pelos novos historicistas. Esse exercício reflexivo trouxe contributos relevantes para entender as dinâmicas dos debates sobre representação.

Ainda no segundo capítulo, trouxemos algumas considerações críticas sobre o novo historicismo que tensionaram o embate sobre o movimento, uma vez que as evidências perscrutadas demonstram que existiam debates na academia norte-americana que foram ignorados.

No terceiro capítulo, para complicar o nosso quebra-cabeças, tentando entender a emergência do novo historicismo ao buscar se fixar a partir de uma crítica aos ícones do historicismo clássico, buscamos identificar a importância do periódico *Representations* nesse processo. Essa escolha está fundamentada na percepção de que as revistas científicas, ou acadêmicas – termo mais apropriado para o presente caso –, contribuem para o processo que dá legitimidade à produção dos seus campos de

pesquisa, assim como acontece com diversas revistas de historiografia⁴, ainda que, é claro, não se trate de uma revista identificada como desse campo, mas que se faz valer da escrita da história e com ela contribui.

O caminho percorrido consiste no recorte cronológico que está situado entre 1983 até 1999, e tem por objetivo compreender a fundação e a consoante solidez da revista. Além disso, esse período abarca os debates sobre pós-modernidade e um crescente número de trabalhos que se valem das teses pós-estruturalistas da história e das humanidades como um todo. Nesse recorte, foram reunidos 414 artigos, sem contar as capas e contracapas da revista, que não submetemos ao Iramuteq para que o *corpus textual* não se estendesse em demasia e, conseqüentemente, impedisse o funcionamento do programa.

Costurado o tempo – ilusão/operação historiográfica da qual nos fizemos valer com objetivos claros e racionais, pois seria impossível para um capítulo de tese examinar toda a produção da revista –, tentamos capitular os conceitos mais usados para compreender como se funda e se fixa o novo historicismo por meio da revista. Para tanto, foi utilizado um software francês chamado *Iramuteq*, citado acima, o qual permite realizar o que chamamos de análise lexical⁵. Mais do que um instrumento de aferição de dados, ele nos oferece uma metodologia de análise.

O contato com esse programa partiu de uma troca intelectual com uma pesquisadora das ciências sociais que trabalha com estatística. A experiência, para nós, historiadores e historiadoras, parece não muito confiável, uma vez que entendemos estatística como formas de historiografia serial. Mas não se trata disso. O software tem uma interface gratuita com fonte aberta e foi desenvolvido por Pierre Ratinaud. Ele está ancorado no software *R* (www.rproject.org) – linguagem de programação em cálculos estatísticos – e na linguagem Python. A principal vantagem da interface é a possibilidade de submeter uma grande quantidade de texto à análise informatizada, bem como de filtrá-la conforme as variáveis estabelecidas (Gandin, 2020, p. 74).

A preparação do texto começou com o download dos artigos através do site *Sci-Hub*, respeitando o recorte entre os anos de 1983 até 1999. Depois convertemos os arquivos PDF em Word e, em seguida, preparamos o *corpus* para rodar no software.

⁴ Podemos citar exemplos como *Annales*, *History and Theory*, *New Left Review*, *Estudos Históricos*, *História da Historiografia*, entre outras.

⁵ A análise lexical é uma metodologia do campo da análise de conteúdo (AC) definida pelo autor Klaus Krippendorff no livro “Content analysis”: [...] uma „descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952), extensível a „todo o comportamento simbólico” (ou de que se extraiam „inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (1980).

Para isso, tentamos excluir do texto preposições, artigos definidos ou indefinidos e qualquer palavra ou termo que não fosse ativo no texto, ou melhor, que não contivesse nele um significado funcional. Isso é muito pertinente, pois os artigos inspecionados estão em língua inglesa, que não utiliza em demasia concordâncias nominais e conjunções como a língua portuguesa, o que contribui para uma maior confiabilidade nos resultados. Vale ressaltar que é necessário selecionar o dicionário do programa de acordo com a língua dos textos, no presente caso, a língua inglesa.

Ao fim e ao cabo, os resultados do Iramuteq não concluem, mas produzem uma amostra e um ponto de partida para conhecer a revista e perceber quais os debates mais “quentes” em seu processo de consolidação. Isso nos encaminha pistas sobre a percepção se o novo historicismo foi um movimento e quais as suas bases teóricas e políticas de sustentabilidade.

Após esse primeiro levantamento, realizamos uma análise mais qualitativa perscrutando alguns artigos com temas interessantes para a historiografia contemporânea. Buscamos com isso discutir questões importantes do nosso tempo, mas que foram aventadas no recorte cronológico que nos propusemos a investigar.

Por fim, o percurso metodológico reuniu outra gama de fontes para que pudessemos traçar a história da revista. Para isso, utilizamos também entrevistas realizadas por e-mail, analisamos o site da revista, a relação dos principais dossiês no período de 1983 a 1999, as trajetórias acadêmicas dos seus fundadores e imagens. O foco na história da revista se deu porque a ascensão do novo historicismo se confunde e se consolida com a fundação da *Representations*.

Recuperar a história desse periódico, apesar de trabalhoso, foi muito interessante, porque toda a documentação foi sendo reunida por contatos com seus membros fundadores e a partir de materiais digitais. Por intermédio de mensagens, os fundadores e atuais envolvidos no conselho da revista, a exemplo de Thomas Laqueur, se dispuseram a ajudar nesse trabalho, mostrando-se muito receptivos. Apesar disso, tivemos algumas negativas em relação ao acesso aos dados das edições com maior circulação.

No ensejo apresentado, discutimos se a revista define e consolida um novo cânone. Enfim, novo e velho historicismo delineiam regimes de historicidade e historiografia. Resta-nos saber como, onde e quando.

PRÓLOGO

O espectro do “novo historicismo” rondou a academia norte-americana nos idos das décadas de 1970 e 1980, mas a conversa adquiriu horizontes mais amplos após a fundação da revista *Representations*. Nos Estados Unidos, o debate foi chamado para além do periódico com o artigo de Stephen Greenblatt intitulado “Resonance and Wonder”, cuja publicação ocorreu no inverno de 1990 pela Academia Americana de Artes e Ciências. Em terras brasileiras, o texto foi traduzido por Francisco de Castro Azevedo e Dora Rocha menos de um ano depois, no fim do outono de 1991, sob o título “O novo historicismo: ressonância e encantamento”. Curiosamente, a revista acadêmica que o publicou no Brasil é da área de História e com foco em trabalhos interdisciplinares, o que nos dá alguma pista da importância desse artigo e de sua notoriedade na introdução do debate sobre a possibilidade de um novo historicismo na academia brasileira.

Ressonância e encantamento, mais que o título do texto, são conceitos que seduzem logo ao nos depararmos com o artigo. Parafraseando uma artista brasileira: o que é esse tal de novo historicismo? Quem é ele, esse tal de Stephen Greenblatt? Não conseguimos captar o estranhamento de quem leu o texto, no entanto, o autor faz algumas inferências diretas à historiografia alemã do século XIX que, apesar das tradições francesas, tiveram impacto nas formulações da história da historiografia nacional.

Ao longo do texto, Greenblatt aponta que os métodos do historicismo seriam insuficientes para visualizar os mecanismos linguísticos e representacionais das vontades individuais que, segundo ele, eram prerrogativas do “novo historicismo”. A metodologia dessa nova modalidade de historicismo tem como premissa analisar a proeminência da estratégia da ação humana em detrimento da relevância do processo inexorável da história, o que, conforme o autor, é uma característica do historicismo do século XIX.

Quase um manifesto, o artigo de Greenblatt discute o historicismo clássico a partir dos sentidos dado a ele pelo *American Heritage Dictionary*. Nele, o pesquisador dialoga com o que ele chama de categorias generalistas – o sistema totalizante, a noção progressista da história, a escrita universalizante e o ocidentalismo. *A priori*, temos a sensação de estarmos sendo induzidos a refutar a corrente historicista por completo, mas o efeito do artigo supera qualquer enredo antecipado pelo leitor.

Greenblatt expõe sua rejeição à universalidade abstrata, às contingências da história e ao papel da cultura como formação de sujeitos harmônicos socialmente. Para refutar essas percepções, o autor faz uso dos conceitos de ressonância e encantamento. O primeiro consiste na capacidade da obra de arte de suplantar sua aparência e forma ao remontar à cultura que a tornou possível e produzir tamanha empatia que o seu espectador a entenda como representação da sua própria vida ou de seu próprio tempo. Encantamento, como se supõe, refere-se ao poder do objeto de embevecer e de extasiar a plateia por meio da singularidade que ele encerra.

Ressonância e encantamento fundamentam uma perspectiva para lidar com a obra de arte, mas também poderia ser uma estratégia de análise e escrita da história em que a fonte histórica versa sobre sua circulação e historicidade a partir de incorreções, alterações, degenerações contidas no próprio vestígio, que desvelam assim a subversão das estruturas sociais, as formas de violência, a prerrogativa do passado em relação ao presente e sua limitação. Nesse sentido, os acontecimentos de outrora figuram na narrativa em consonância com as mudanças que perpassam a sociedade, com suas rupturas, retrocessos e estagnações.

O novo historicismo expõe uma prática de escrita e de leitura que traz à baila possibilidades de uma historiografia em consonância com o seu tempo, isto é, como possibilidade de encarar nos variados tipos de texto histórico sua funcionalidade ao longo do tempo, assim como as relações de poder investidas nele, o particular, o escandaloso, as deferências, as negociações, os jogos de poder, a flexibilidade metodológica relativa às fontes, as representações ambíguas dos eventos dada a sua circularidade, as inspirações trazidas pelas discussões antropológicas, o reconhecimento da importância do marxismo e do feminismo.

Essas características envolvem um tipo específico de historicismo, ou melhor, um novo historicismo. As definições sobre ele variam em profundidade e atenção. Para Paul Hamilton, o movimento “pode ser considerado uma espécie de rótulo geralmente aplicado a um corpo de críticos que trabalham com o Renascimento inglês, mais convenientemente e persuasivamente representado pelos escritos de Stephen Greenblatt⁶” (tradução minha).

Deste modo, na leitura de Hamilton, existe um conjunto de intelectuais cujo maior destaque é a figura de Greenblatt – protagonista de um rótulo sobre a literatura

⁶ Trecho original: “a label usually applied to a body of critical work on the English Renaissance, most conveniently and persuasively represented by the writings of Stephen Greenblatt” (2003, p. 131).

inglesa da Renascença. A afirmação do primeiro autor certamente está embasada na projeção que a obra do segundo adquire ao longo do fim do século XX e início do XXI. Mas discutiremos a história dos movimentos nos capítulos seguintes.

Outra definição interessante do conceito é a formulada por Mehmet Akif Balkaya, que leva em consideração suas dimensões éticas e históricas. “Considerando o conceito de novo historicismo, o objetivo não é deixar o passado para trás mas, ao contrário, criticar o passado e reconsiderar as avaliações sociais.”⁷ (tradução minha) Isso nos impulsiona, uma vez que mobiliza o tratamento com as fontes e os sentidos que a escrita historiográfica pode assumir.

Sendo assim, podemos dizer que o debate travado em torno de um velho e de um novo historicismo pode ser considerado parte do dilema sobre a forma de se pensar e escrever a história, visto que trata da composição da narrativa histórica, de sua função, metodologia e estilo, enfim, da epistemologia do conhecimento histórico?

Nossa inquietação visa discutir a relação que travamos com o presente, as formas de compreendê-lo e de representá-lo. Isso porque a atividade do historiador diante de um alargamento das perspectivas e dos campos de análise torna salutar uma reflexão teórica sobre os rumos desse ofício. Conforme indaga o historiador francês Michel de Certeau, “o que fabrica o historiador quando faz história (2002, p. 55)?” Quais os desdobramentos de nossos olhares?

Sabemos que a história como disciplina tem sido cada vez mais abalada pelas discussões que claramente questionam as ideias de tempo e ciência, ou as tensionam de forma indireta. François Hartog afirma de forma categórica que o historiador agora aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante (2013, p. 37). Essas incertezas serão objeto de algumas reflexões que faremos sem obtermos respostas conclusivas, mas que funcionam como perspectivas para enunciar o papel do novo historicismo na historiografia contemporânea.

É certo que Hayden White refletiu de forma inovadora sobre as implicações da escrita historiográfica, o que contribuiu para uma maior atenção ao historicismo (e para seus efeitos no modo de escrever a história) na teoria da história norte-americana⁸, embora ele não tenha sido o único a fazer isso. Contudo, um combate que fosse ao

⁷ Trecho original: “Regarding the New Historicist concept, the aim is not to leave the past behind but, on the contrary, to criticize the past and reconsider the social assessments. (BALKAYA, 2014, p. 7069)

⁸ A busca do termo “historicism” no periódico de Teoria da História, a *History and Theory*, indica cerca de 95 resultados diretamente relacionados ao tema. Isso valida, de certa forma, a incredulidade no fim do historicismo, como afirma Ankersmit.

encontro do historicismo ainda não havia encontrado espaço. Foi assim que o novo historicismo se fez notar para além de um grupo de intelectuais norte-americanos bem-sucedidos. O programa de uma historiografia que “participe positivamente da tarefa de libertar o presente do *fardo da história*”⁹ (grifo do autor) pôde ser perseguido com o novo historicismo.

A metodologia, se é que ela deve realmente existir, deveria culminar no resgate da circulação de ideias, aquela teorizada por Bakhtin, deslocada e apreendida por Michel Foucault, posteriormente praticada por Greenblatt.

Historicismos, novos, antigos, clássicos, parecem compor uma dissociação entre um sistema de crenças e valores que escapam às próprias realidades que visam narrar. Mas em que se diferenciam? Qual a novidade do novo historicismo? Para responder a essas duas questões vamos examinar o historicismo clássico e o novo, como emergiram e em que medida impactaram a historiografia.

⁹ White, p. 53.

CAPÍTULO 1 – Historicismo: preâmbulo, cenário e concepções

Sempre que surge o termo “historicismo”, desenhamos cognitivamente uma série de conceitos, pré-conceitos e (por que não?) preconceitos. As formulações sobre o tema carregam uma gama de análises, profundas ou apressadas, seja entre os mais conhecedores ou entre aqueles que pouco tiveram contato com a fortuna crítica a respeito. Parece-nos substancialmente óbvio assinalar que isso é resultado da recepção do historicismo no próprio século em que foi construído e praticado, mas também (ou principalmente) de seus predicativos *a posteriori*, cujo foco esteve naquilo que se convencionou chamar de o “problema do historicismo”¹⁰.

Para entender essa questão, é necessário perscrutar as filosofias da história que se ocuparam desse movimento historiográfico. Vale ressaltar que, para o intento deste trabalho, optamos por assinalar a importância do historicismo como construção da ciência histórica, uma vez que a epistemologia historicista vem acompanhada do processo de institucionalização da história, o qual inviabilizou a possibilidade de o conhecimento sobre o passado servir como aprendizado para seus contemporâneos.

O uso do conceito remonta ao Romantismo¹¹, entre o fim do século XVIII e a década de 20 do século XX. Foi usado pela primeira vez pelo filólogo Friedrich Schlegel, cuja terminologia *historismo* é mais conhecida na Alemanha que em outros lugares. De forma panorâmica, podemos apresentar o historicismo por meio de cinco características, as quais permitem delinear o problema de que trataremos. Assumimos que, apesar de generalistas, assinalamos essas características porque acreditamos que elas nos ajudam a refletir sobre as questões que nos intrigam.

A primeira, ligada à perspectiva historicista, é uma suposta determinação histórica universal. Isso quer dizer que a tarefa do historiador seria desvelar historicamente as mudanças ocorridas na cultura dos homens. A segunda é que há uma

¹⁰ Sobre essa ideia, ver o texto do pesquisador alemão Gunter Scholtz, intitulado “O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX”, publicado no periódico *História da Historiografia*, n. 6, 2011. Os contributos dos historiadores brasileiros Sérgio da Mata, Estevão Martins e outros no livro “Dinâmica do historicismo” (2008) também foram fundamentais para as reflexões e tensões que envolveram o presente texto de doutoramento.

¹¹ Definimos como Romantismo o movimento vasto e com figurações variadas, de entendimento intelectual, que engloba a filosofia, a arte, a política e a história. Mas, tomando como base Jacob Guinsburg, o “Romantismo designa também uma emergência histórica, um evento sócio-cultural” e uma “revolução historicocêntrica da História” (1978). Apesar da exagerada afirmação, vale ressaltar que ela nos interessa na medida em que apreende as bases históricas e filosóficas oferecidas pelo Romantismo para a construção da ciência histórica.

racionalidade na história, isto é, uma metafísica que explica uma ordem através da qual a cultura e a sociedade se desenvolvem historicamente. Uma terceira parte de um saudosismo epistemológico em que o passado é entendido como fundamental e modelar em detrimento de tudo o que é novo.

Observa-se, portanto, uma visão romântica em relação a tudo que é antigo e que deveria ser conservado. A quarta consiste em instaurar as noções positivistas e cientificistas do século XIX; assim, o historicismo se investe de um modo de construção historiográfica que só pode existir com a utilização de métodos que concorram com as metodologias das ciências naturais. Pesquisar história significava, nesse momento, dominar e aplicar modos de investigação que garantissem mais objetividade e cientificidade.

Já a quinta e última característica do historicismo seria a relativização, a qual define que os fenômenos e acontecimentos do passado são inexoráveis, ou seja, determinados pelas condições históricas e pelos valores a que eles estão submetidos em determinado contexto.

Do ponto de vista ético, o relativismo historicista se faz pela defesa da distância histórica e também das justificativas para todas as barbáries cometidas tendo por base os valores das culturas. Nesse sentido, o julgamento de valor e interpretações subjetivas nada mais são do que anacronismos¹².

Os desdobramentos da quarta e quinta características aguçam nosso interesse e admitimos que nosso recorte tem como intuito buscar a importância da racionalidade histórica e historiográfica, uma vez que o problema do historicismo recai em pensar as disputas em torno dos valores do passado e do presente, assim como em suas consequências. Dito de outra forma, com o historicismo, delineou-se uma forma de pensar a história a partir de um conteúdo e de uma forma específicos, dominados por um grupo seletivo, que se investiu de autoridade para narrar e pesquisar o passado a fim de compreender o presente com vistas a um futuro.

12 O tabu do anacronismo não nasce com as práticas historicistas, porém, através dele abrem-se as portas para a discussão. Vale ressaltar que há uma variedade de significados dados ao anacronismo; por ora, reservamo-nos ao direito de pensá-lo como o olhar do historiador para os valores e práticas do passado a partir das subjetividades e ideias do presente de quem opera a análise historiográfica. O debate sobre ser ou não ser anacrônico esteve e está em voga por seus usos políticos e disputas em torno das narrativas sobre o passado. Para melhor entender essas questões, sugiro as leituras de Lucien Febvre em “O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais” (2009); de Carlo Ginsburg, em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (2007); de Jacques Rancière, em “O conceito de anacronismo e a verdade do historiador” (2011); e de Munis Alves, em “Anacronismo e anarquia: uma crítica de Jacques Rancière aos Annales” (2013).

Dessa forma, altera-se a noção, a função e o significado dados à história. Mas essas mudanças nascem do desejo de um determinado grupo ou de um clima que ultrapassa as fronteiras do conhecimento? A resposta a essa pergunta é inequívoca, mas requer um certo cuidado com as questões que envolvem a ideia de Estado, de humano, de história, de civilização, de nacionalidade e, sobretudo, de ciência dos ritos do século XIX.

Para elucidar esse questionamento, não basta apenas decodificar metodologicamente o que foi o historicismo, trata-se menos de responder do que de sinalizar e apontar relações entre a temporalidade, as categorias de moderno e suas implicações na escrita da história. Sendo assim, tentaremos oferecer um tratamento panorâmico e reflexivo de como o historicismo, ou *historismo*, tornou-se uma epistemologia do conhecimento histórico, na medida em que institucionalizou a história como disciplina do comportamento humano no tempo, tornando-a autônoma e inspiradora de outras áreas do saber.

Importa verificar, portanto, a sensibilidade histórica moderna no intuito de compreender o espectro dessa temporalidade nos discursos intelectuais. Tal fito nos conduz a perseguir o caminho de uma elaboração temporal que evidencie o clima intelectual de uma época, ou aquilo que ficou conhecido como *Zeitgeist*. Como a história vai ser percebida como espaço de poder e saber? De que forma se constitui uma formação nacional a partir da história?

Se o século XIX foi o momento de vulgarização da ciência, a fortuna crítica nos mostra que a importância dada à história também passou pela ideia de uma formação intelectual do sujeito, pois, por meio da epistemologia histórica, seria possível construir uma consciência histórica em consonância com um projeto de nacionalidade cidadã, em outras palavras, a *Bildung*. Refletir sobre as narrativas de historiadores que atentem sobre a relação entre uma nacionalidade alemã e a ciência histórica como possibilidade de progresso humano se faz necessário e um caminho que ilumina o entendimento da questão.

Tentarei discutir nas alíneas que se seguem as características principais dos vários historicismos, algumas de suas fases e desdobramentos e fazer uma problematização da forma como ele foi interpretado pela historiografia e se transformou em um “problema” cuja recepção consagrou um dos seus expoentes – Ranke – como um positivista. Dessa maneira, poderemos tensionar similitudes e diferenças entre historicismo e positivismo para pensarmos como esse processo de “academização” da

história se transformou em um espaço de disputas e de que forma influenciou a produção historiográfica e seus resultados.

Vale salientar que a constituição da história como disciplina na Alemanha obteve ressonância na maneira como narramos o passado, por isso é relevante pensar sobre as perspectivas do historicismo para que possamos fazer um debate sobre sua possibilidade no presente, visto que o historiador do século XXI se vê cada vez menos investido de autoridade intelectual para relatar o passado. Enfim, apreender “o que”, “como”, “onde” e o “significado” do historicismo para o saber histórico nos ajuda a perceber com mais clareza os usos e as possibilidades da história contemporânea.

1.1- Regime de historicidade *modernus*

Ao tratamos do conceito moderno de história, por vezes carecemos de uma descrição que dê conta de todo o espectro que acompanha sua forma de escrita e prática. Temos por certo que seria fundamental atentar para a ideia de uma substituição do caráter pedagógico da chamada *historia magistra vitae*¹³ pela história em conformidade com a perspectiva de progresso, um dos principais traços da Modernidade a partir do século XIX. Mas qual é a nossa acepção de moderno? O que é ser moderno?

As categorias que compõem o cenário moderno – individualidade, liberdade, progresso, razão e ciência¹⁴ – culminaram na quebra do então Antigo Regime, cuja representação histórica factual, de acordo com a história da historiografia clássica, se dá pela Revolução Francesa, ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII.

¹³ Em linhas gerais, conceito atribuído à Cícero e difundido desde a Antiguidade Clássica, que converte a história no retrato de memórias que sinalizam erros e acertos dos homens com o intuito de servir de exemplo para a conduta das sociedades, dos leitores e dos ouvintes dessas histórias. De acordo esse tipo de imaginação histórica, a construção narrativa funcionou como orientadora moral, o que não pode ser confundido com uma filosofia da história, pois o objetivo da história como conhecimento era instruir. Para se aprofundar no assunto, confira CÍCERO. *Oratory and Orators*. Tradução de J. S. Watson. New York, Harper & Brothers Publishers, 1860. GRETHLEIN, Jonas. *The Greeks and their past: poetry, oratory and history in the fifth century BCE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 e outro texto do mesmo autor: *Historia magistra vitae in Herodotus and Thucydides? The exemplar use of the past and ancient and modern temporalities*. In: LIANERI, Alexandra. (ed.) *The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 247-263. GROTEN, Jr., F. J. *Herodotus' Use of Variant Versions*. Phoenix, Vol. 17, nº 2, p. 79-87, Summer 1963.

¹⁴ Recomendando algumas obras para um enraizamento nesses conceitos: BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. BURCKHARDT, Jacob Christoph. *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Ed. Presença, 1984. ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

Pautados em conceitos e ideias de movimento, os “ismos” que envolveram revolucionários, não somente na França, mas em diversas partes do Ocidente, acreditavam em ideais políticos que só foram possíveis com a Modernidade. É a partir da época moderna que podemos pensar na “distância inexorável” entre o espaço de experiência – composto pelo passado imaginado e vivido – e o horizonte de expectativas no qual “toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento [...]” (KOSELLECK, 2006, p. 317).

Uma nova intuição histórica paradigmática configurou um viés evolutivo, cuja *hybris* se tornou ilimitada ao atrelar a ela a ideia de progresso e banalizá-la. O avanço progressivo passou a ser visto como o aperfeiçoamento da técnica e se desenvolveu “na medida em que o Estado e seus prognósticos não eram capazes de satisfazer a existência soteriológica, e sua motivação, forte o suficiente para chegar a um Estado que, em sua existência, dependia da eliminação das profecias apocalípticas” (KOSELLECK, 2006, p. 36). A ciência era a religião da Modernidade, capaz de destituir toda e qualquer sensibilidade não admitida pela razão: o guia de ação humana.

O progresso da humanidade confere, assim, uma consciência histórica com fé no avanço da ciência, da técnica, da moral e da política. Orientadas por essa visão, nasceram as principais utopias modernas – o liberalismo, o comunismo, o anarquismo. Segundo Koselleck, o regime moderno de historiografia teve início em fins do século XVIII, momento em que o tempo era pensado em termos de progresso, de aperfeiçoamento e de um futuro glorioso. Tivemos, a partir de então, uma linearidade conferida ao tempo, que culminaria no fim desse *topos* moderno, pois essa sensibilidade estaria acompanhada de medo, instabilidade, incertezas e deslumbramento quanto à capacidade de se transformar a sociedade e o futuro – ímpeto das filosofias da história e da teleologia.

O advento de uma filosofia da história só foi acontecer no século XVIII, quando a perspectiva correlata à época medieval a caracterizava como “idade das trevas”, e, por isso, foi convencionalmente enunciá-la como algo que está no meio – entre a Antiguidade e a Modernidade (o novo, o mais recente e o mais legítimo). Em relação à função da história, elaborar e narrar o passado significava também projetar um futuro enviesado na noção de progresso.

Dito isto, a categoria *regime de historicidade* seria a mais apropriada para designar o nascimento da filosofia da história oitocentista, pois desvela um conjunto de transformações que repercutem na epistemologia da história, a qual será transformada

em uma área de conhecimento com pretensões específicas e particulares. Os escritos de Hartog nos permitem estabelecer uma reflexão sobre a dificuldade que encontramos ao desenhar essa temporalidade:

Simple ferramenta, o regime de historicidade não pretende falar da história do mundo passado, e menos ainda do que está por vir. [...] Tampouco busca reativar uma história transformada por um tempo único, regulado ele mesmo por um único *staccato* do acontecimento ou, ao contrário, pela lentidão da longa e bem longa duração (HARTOG, 2013, p. 37).

O regime de historicidade consiste em uma ferramenta heurística para apreender uma crise dos tempos em que se estabelece uma relação entre o regime de historicidade, que consiste nas ideias e na relação com o tempo em um determinado período, e o regime de historiografia, em que se tensiona como essa ordem de historicidade exerce força sobre a reflexão e a escrita da história. Portanto, desenhada a relação entre perspectivas sobre o tempo histórico e seus relatos, é possível ensaiar o espírito e as categorias da escrita historiográfica historicista.

1.2- Notas sobre (*old*) Historicismo, ou o seu problema

O processo de construção da ciência histórica se identifica com aquilo que concebemos como historicismo (ou historicismos), pois em seu interior é encontrada uma série de referências que convergem e discordam entre si, o que significa que a própria polissemia do termo vem acompanhada de vários significados na história da historiografia e, ao mesmo tempo, do problema de sua recepção no século XIX e início do século XX. Em que medida estudar o historicismo consiste em entender o próprio movimento e sua recepção? A resposta imediata é que a partir de seus pressupostos e críticas fundamentais podemos entender seu significado para o conhecimento histórico em sua face científica.

Um texto seminal para iniciar um debate sobre as categorias que compõem a atividade historicista chama-se “A tarefa do historiador”, que consiste numa conferência proferida pelo historiador alemão Wilhem von Humboldt, em 1821, na Academia de Ciências de Berlin. Humboldt apresenta a tese ou o programa sobre a arte e a ciência histórica tendo por base a linguagem, apontando similaridades entre a tarefa do historiador e a do poeta, na medida em que o primeiro conecta os acontecimentos por

intermédio da fantasia. No entanto, ao contrário do poeta, que faz uso da imaginação ficcional, o historiador se pauta em fontes que deveriam ser tratadas como artefatos para a garantia da exatidão factual.

Essa proposta incide sobre uma metodologia a partir da qual se desenvolve uma conexão causal entre o que as fontes expressam e a imaginação do pesquisador, o que garantiria o encontro de um dos argumentos em face da realidade acerca do passado segundo o qual a “verdade de tudo o que aconteceu repousa sobre a reunião da parte que em cada fato permanece invisível; o historiador deve, conseqüentemente, realizar esta reunião” (HUMBOLDT, 1985, p. 14).

Humboldt, ao atrelar a experiência e a investigação, elabora uma operação sutilmente maniqueísta, a qual distingue ficção e historiografia. No entanto, a textualidade e seus resultados seriam controlados pela atividade inquiritorial.

Outra obra salutar para entendermos o historicismo é a análise empreendida por Friedrich Meinecke no livro *El historicismo y su génesis* (1982), em que podemos entender o processo de constituição e gênese desse movimento historiográfico que, de acordo com o autor, representa uma transformação ocidental na tríade temporal passado-presente-futuro. O historicismo, como escola alemã de historiografia, carrega uma leitura sobre a história que considera o aspecto individual e o social. O primeiro apreende a individualidade como produtora da história, já o segundo está associado ao pensamento progressista, mesmo que leve em conta o imprevisível e a espontaneidade. A fórmula, conforme nos aponta Friedrich Meinecke, é a seguinte:

[...] a essência do historicismo consiste na substituição de uma consideração generalizante dos fatores histórico-humanos por uma consideração individualizante. Isso não implica que o historicismo, doravante, passaria a excluir a busca por regularidades e tipos gerais na vida humana [...]” (apud ASSIS 2013, p. 265).

Em outras palavras, o historicismo consiste numa combinação entre experiência histórica e metodologia, cujo foco se dá no ímpeto da própria capacidade individual (a moderna). Meinecke busca um sentido de orientação, aquele que foi perdido no abandono da história como mestra da vida. Nesse sentido, é inequívoco o significado teleológico conferido à história em sua prática historicista.

A individualidade e a regularidade consideradas nos historicismos oferecem subsídios para refletir sobre a presença de um ideal hegeliano na narrativa historicista.

Uma vez que a individualidade é pensada à luz das forças racionais que caminham na história, há a preservação de uma linearidade calcada na racionalização do *devir* histórico. Isso vai ao encontro das teses novo historicistas, na medida em que elas têm como foco a forma de resistência das individualidades, em outras palavras, estão contrapostas à universalização e à essencialidade racionalista.

O historiador Frank Ankersmit, especialista em discussões concernentes à narrativa historiográfica e a seus desdobramentos na contemporaneidade, em um ensaio intitulado *Historicism: an attempt at synthesis* (1995), faz um esforço programático para tentar reconhecer o que a historiografia contemporânea deve ao historicismo, apresentando uma dualidade em sua resposta. De acordo com ele, há duas vias de análise comuns nas percepções e nos estudos em linguagens após os anos 1960; uma indiferente ao historicismo, outra que o identifica às filosofias especulativas da história.

Autores como Herbert Schnadelbach (1984), Wilhelm Kamlah (1973) e Odo Marquard (2007) identificam o “problema do historicismo” a partir da sua abertura para o relativismo e positivismo. Estaríamos mais próximos deste ou daquele aspecto no atual estado da historiografia? O interessante nesse debate é a variedade de significados de um mesmo problema ou saber qual a natureza do conhecimento histórico nos Oitocentos?

Por se tratar de um movimento historiográfico alemão, os historicistas do século XIX estiveram ao lado das mudanças sócio-políticas pelas quais viveram muitos de seus adeptos e autores, pois havia uma percepção da relação dessas mudanças com as perspectivas de futuro. Concomitante a isso, foi oferecida a esses intelectuais a cátedra simbólica de fundadores da profissionalização da escrita sobre o passado, e a figura do historiador passou a ser considerada como autoridade produtora e legítima desse saber. Nesse viés, ao mesmo tempo em que se defendia o método científico, era edificada a necessidade de especialização. Nos dizeres de Caldas:

[...] se uma historiografia (ou qualquer outra ciência) não se pensa, ou seja, se não reflete sobre seus métodos, implicações, pressupostos e sobretudo sobre sua necessidade, será facilmente alugada para diferentes propósitos pelos quais ela dificilmente terá condições de responder, pois estes se decidem fora de seu âmbito de conhecimento (CALDAS, 2006, p. 148).

Histórias e a história se tornam uma só, um regime de historiografia ligado aos ideais de cientificidade. Os embriões da ciência histórica se desenvolviam¹⁵. A reflexão sobre o tipo de história a ser desenvolvido, assim como uma história da historiografia historicista (ou historicista), passa pela evidência da formação intelectual e cultural daqueles que se interessam pela “tarefa do historiador”, em outras palavras, alude à ideia de *Bildung*.

Esse conceito, ou perspectiva política de análise, aparece nos escritos historicistas de forma indireta. Os especialistas em historiografia alemã se concentram na sua relação com o valor histórico e científico, por isso sua definição, dadas as particularidades da língua alemã, consiste em um processo contínuo de aperfeiçoamento humano, conforme Thomas Nipperdey (1998), cujas intenções podem estar ligadas à atividade historiográfica.

Um dos intelectuais que desejamos destacar no plano da relação entre a consciência histórica e a formação no escopo historicista é Gustav Droysen, pois, assim como Humbolt, ele questionou a necessidade de conhecer a história e defendeu sua potencialidade:

[...] a nossa formação (*Bildung*) e a nossa aprendizagem são essencialmente históricas, sendo a consciência do que tornou-se [...] e do ser transformado [...], e na medida em que a formação se avoluma, intumesce o material histórico, isto é, a consciência das profundas raízes do presente (DROYSEN, 2009, p. 67).

A perspectiva otimista e o contexto em que o autor se exprime podem ser entendidos como um aporte para a formação contínua e uma defesa da ciência histórica. Nela está circunscrita a visão progressista que une aperfeiçoamento e abertura para uma reflexão sobre as produções historiográficas e seus resultados. Formação cultural em requinte ininterrupto converte-se em prática autônoma circunscrita ao espírito de uma época, consumando-se somente quando há o sacrifício da especialidade, em que o homem se torna livre perante seu ser objetivo, perante seu produto final (CALDAS,

¹⁵ A aproximação que fundamentamos entre regime de historicidade e historiografia a partir dos escritos de Hartog se vale da análise elaborada por esse autor influenciado pelos trabalhos sobre a História dos Conceitos de Koselleck, que também foi citado neste texto. Para não restarem dúvidas acerca da relação entre os regimes de historiografia e o conceito moderno de história explanado pelo alemão, vale perscrutar dois artigos: “Presentismo, neoliberalismo e os fins da história” (2019), do historiador brasileiro Rodrigo Turin; e as reflexões de Chris Lorenz em “Out of Time? Critical Reflections on Francois Hartog’s Presentism” (2019). Sugiro também o vídeo no Canal Diacrônico: “Tempo e modernidade em Reinhart Koselleck” (2022).

2006, p. 149). Desse modo, *Bildung* expressa uma universalidade ingênua em relação ao comportamento humano (ainda que Caldas defenda o contrário quando se refere à Droysen) ao unir a formação à consciência histórica, vista como constructo para aperfeiçoar a humanidade a partir da história em sua acepção científica. Droysen não desenvolve perspectivas arrebatadoras da sua historicidade dado o medo ou a descrença proclamada pelo historiador alemão em acreditar no futuro que se desenhara no país contemporâneo a ele, todavia é simpático à história científica como viés possível de conhecimento e desenvolvimento humano.

O horizonte de expectativas moderno gravita paradoxalmente entre o medo do futuro e o deslumbramento em relação a ele. São todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança [...] e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços (BERMAN, 1986). Serão a especificidade e a erudição qualidades suficientemente capazes de nos tornar mais conscientes do nosso tempo?

Mais do que reverenciar a história, a ideia de formação em Droysen fataliza a perspectiva da própria forma de narrar, pois a historicidade de seu tempo, mesmo quando rejeita as filosofias da história, desenvolve uma narrativa teleológica, assim como nos escritos de Meinecke. O *devenir*¹⁶ subjaz à história como conhecimento e às profundezas da compreensão da *Bildung*. Sobre isso, Avelar é enfático:

A atividade historiadora, o passado como individualidade e o devir como princípio da vida humana refundaram a noção de evolução histórica, cara ao racionalismo iluminista, não mais agora situada num *a priori*, mas imersa na própria transformação interna de um estado a outro. Não mais a evolução reveladora do progresso, mas aquela que descortina a mudança histórica (*apud* REIS 2003, p. 18).

O espírito da cultura, das artes e da reflexão intelectual germânicas no século XIX era inspirado por dois conceitos que seriam norteadores de uma formação plena dos homens (perspectiva de gênero conservadora que se aplica ao historicismo, pois não

¹⁶ Uma reflexão mais aprofundada sobre a ideia de devir histórico faz-se necessária. Por não ser esse o foco da tese, indico a reflexão desenvolvida por Koselleck no texto “Critérios históricos do conceito moderno de revolução”, 2006. Os escritos clássicos de Hegel, Kant, Marx, Proudhon e Smith também são salutares para apreender essas filosofias da história. HEGEL, G. W. F. *A fenomenologia del espíritu*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1986. ANT, E. *Crítica da razão pura*. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1987. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. vol. 1 tomo 1. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. PROUDHON, J. P. *O que é a propriedade?* Lisboa: Estampa, 1975. SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2.

temos fontes de intelectuais mulheres que tenham se destacado na Alemanha nesse movimento acerca da história, tampouco uma historiografia das mulheres): *Bildung* e *Wissenschaft*, que, em nossa língua, é interpretado com o significado de ciência. Portanto, formação espiritual e ciência eram os atributos que ofereciam as bases para a completude moral e ética. Os resultados disso na história da historiografia refletem as questões enfrentadas pelo historicismo, que ajudaram a formatar o problema do presente texto: a ideia e a prática da ciência histórica.

Droysen e Wilhelm Dilthey (2010) consideravam o *historismo* (ou historicismo, para os seus críticos) como um paradigma nas ciências humanas. Parece-nos razoável concordar com que a visão dos autores sobre o passado e a sua escrita constitui uma epistemologia com legado permanente, pois, se nos ativermos às implicações de seus trabalhos para a posteridade, a metodologia forjada e desenvolvida por eles ainda possui lampejos na escrita da história contemporânea. Segundo Ankersmit, é através do historicismo que compreendemos os regimes de historiografia em que estamos envolvidos:

O historicismo é e será nosso destino, gostemos ou não. E é melhor tentarmos gostar; enquanto resistirmos teimosamente ao historicismo, não seremos capazes de entender a natureza e a racionalidade da história, nem as muitas metamorfoses pelas quais a escrita histórica passou durante os últimos dois séculos (Ankersmit, 1995)¹⁷.

É sobre esses rastros que vamos nos ater para refletir sobre a tentativa do novo historicismo. Eis o problema que merece nossa atenção. O desenrolar das práticas historiográficas alemãs oitocentistas e a constituição da história como disciplina fizeram com que muitos de seus críticos identificassem a epistemologia do historicismo clássico como positivista. Um personagem que se destacou ao ter dito que o ímpeto da história é *mostrar o que realmente aconteceu* foi o historiador Leopold von Ranke. Assim como Droysen, Ranke também era um conservador monarquista de seu tempo, mas não foi isso que incomodou substancialmente os leitores de seus trabalhos em fins do século XIX e XX, mas a frase em negrito.

Ranke e sua historiografia se resumem a essa frase? A despeito das interpretações apressadas de sua obra, o autor jamais se limitou a produzir uma história

¹⁷ Trecho original [...] Historicism is and will be our fate, whether we like it or not. And we had better try to like it, for as long as we stubbornly resist historicism, we will neither be capable of understanding the nature and the rationality of history, nor the many metamorphoses that historical writing has gone through during the last two centuries.

factual [...] (BENTIVOGLIO, p. 134), mas sua frase foi interpretada como uma declaração metodológica [...] (FONTANA, p.225). Claro que a pergunta é meramente retórica, todavia é importante dar destaque ao fato de que sua recepção assumiu um significado prospectivo no que se refere à escrita historiográfica, assim como o olhar para o documento, a definição de fonte e de metodologia. A factualidade conferida aos dizeres rankeanos estava ancorada nos ideais cientificistas e promove (ou exclui) lugares acadêmicos.

A inferência ao positivismo¹⁸ na obra de Ranke não cessa, sobretudo para os detratores de suas máximas. É sabido entre seus defensores que a crítica histórica esboçada em seus trabalhos, unida à defesa de um princípio de verdade e objetividade, compõe o amálgama do método positivo. O limite imposto pelo critério objetivo e imparcial torna-se contraditório com a participação de Ranke no Conselho Prussiano em 1865 e com a defesa da política bismarckiana ao conter a revolução, embora ele defendesse em sua obra que a forma de escrita deveria ser isenta de paixões políticas. Ora, a subjetividade rankeana subjaz assim à sua objetividade.

O positivismo na historiografia herdou da racionalidade e universalidade iluminista seu ponto de partida, o historicismo, pensado como modalidade de conhecimento da história que também legou ideais universais, ao imaginar a formação humana como *Bildung*.

Nesse sentido, a objetividade e a subjetividade no “século da história” (como são lembrados os anos do século XIX), ao contrário da divisão elaborada por José d’Assunção Barros¹⁹, em que a primeira expressaria um traço da historiografia positivista, enquanto a segunda assinalaria uma característica do historicismo, não estariam dispostas de forma antagônica. Percebemos, em Ranke, uma fusão no método histórico por ele proposto:

1. A primeira exigência é o puro amor à verdade. Reconhecendo algo sublime no evento, na condição, ou na pessoa que desejamos investigar, adquirimos certo apreço por aquilo que aconteceu,

¹⁸ Corrente filosófica do século XIX embasada nos postulados de Auguste Comte, pensador que propôs uma filosofia social, que, segundo ele, seria a resposta necessária aos problemas (antagonismo de classes, urbanização conflituosa, doenças, entre outros) da sociedade oitocentista. Comte visualizava em seu tempo o ápice do desenvolvimento técnico e científico a partir de uma lei geral por ele formulada pela qual a humanidade seria dividida em três estágios, ao mesmo tempo em que os problemas dessa sociedade industrializada seriam resolvidos ao serem compreendidos pela filosofia social, a qual teria um caráter pragmático e ordenador do caos social. A teleologia reformista comteana pode ser bem perscrutada nas obras *Discurso sobre o espírito positivo* (1990); *Apelos aos conservadores* (1899); *Système de politique positive ou traité de Sociologie instituant la Religion de l’Humanité* (1890).

¹⁹ Refiro-me ao livro *Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo* (2011).

passou ou surgiu. [...] 2. [...] um estudo documental, penetrante e profundo faz-se necessário. 5. Imparcialidade. [...] Nós, que buscamos a verdade, mesmo em erro [...] Nós devemos compreendê-los, antes que julgá-los (apud RANKE, p. 39-42).

Os fatos, então, fariam por si. A metodologia que propõe Ranke possui semelhanças com as de outros pensadores seus contemporâneos, os quais defendiam com vigor a necessidade de evitar julgamentos. Émile Durkheim, de tradição francesa, dizia que o papel do cientista social é o de exprimir a realidade, não o de julgá-la (1955, p. 47)²⁰. A objetividade era uma espécie de paradigma das ciências no século XIX e, dada a necessidade de especialização, a importância de solucionar problemas sociais e o ímpeto da tecnologia após as revoluções industriais outrora iniciadas, a ciência era um espírito do tempo e um clima intelectual, aquilo que a própria filosofia alemã denominou *Zeitgeist*.

Outro aspecto que se coaduna com elementos da filosofia da história e com a filosofia positivista de Ranke são suas ideias sobre os conflitos e sua relação com a capacidade transformadora da história. Ele reconhece o princípio do movimento, mas como evolução, e não como revolução (RANKE, p. 43). Depuram-se no tempo presente circunscrito a Ranke afinidades com a visão temporal de Hegel. Segundo Iggers, ambos se aproximam em sua visão sobre o domínio da história. Ainda que a historiografia rankeana não deixe de reivindicar a natureza científica respaldada pela pesquisa documental,

A história é espírito, ou seja, um domínio da realidade que é em essência não-natureza, mas depende da liberdade, da ação, é capaz de se tornar consciente e uma individualidade criativa [...] Eles compartilham a concepção da história como espírito objetivo (1988, p. 20).

Eis o problema do historicismo. Seu aspecto positivista talvez seja lembrado por ser “útil” à historiografia, ao introduzir um método científico ressaltadas suas especificidades. Ao mesmo tempo, esse é um dos principais pontos de crítica ao historicismo, pois não logrou abandonar as tendências modernas, cuja imaginação sobre

²⁰ Um exercício comparativo interessante e polêmico poderia ser formulado entre a historiografia rankeana e a sociologia de Durkheim. Por não ser o foco da presente análise, deixo algumas sugestões de textos desse autor: *As regras do método sociológico* (1974); *Educação e sociologia* (1955); *A ciência social e a ação* (1975).

o passado figurava como uma essência fatídica e cultural.

Relativismo e positivismo enfatizam a intriga sobre o conjunto de práticas historicistas, e a ausência de consenso sobre os significados nos longos debates não cessam desde o século XIX. É certo que a temporalização e suas diversas metodologias concorrentes com as ciências naturais foram condicionantes para torná-lo um dilema.

Não podemos nos furtar à crítica mordaz de Friedric Nietzsche à ingenuidade e à arrogância historicista. O filósofo empreende uma análise sobre a ideologia ocultada ao modelo cientificista no século XIX e causa constrangimento ao questionar seus valores dogmáticos subjacentes. Nietzsche se interessava pela condição humana; nesse sentido, a própria historiografia também estaria investida de alguns dogmas, ou de seus “antiquários”. De acordo com a filosofia nietzschiana, o historicismo leva à morte da ação e à ruptura do vínculo entre a história e a vida (GIACOIA, 2000, p. 83).

Baseando-nos na *Segunda consideração extemporânea: vantagens e desvantagens da história para a vida*, a questão subjacente a esse texto é a função da história para a vida, por isso a acidez crítica se faz a partir das atitudes perpetradas pelas possibilidades de três tipos de história: a monumental, a antiquária e a crítica.

Para Nietzsche, refletir sobre a função da história para a vida consistia em questionar a função da filosofia como suporte para o enfrentamento da existência. O pensador dá atenção especial à vivência. Nela, aquilo que ele denomina como sentido histórico é, também, um sentido historiográfico, que só tem importância na medida em que permite sustentar o devir que é a própria vida. A potência da história monumental, portanto, consiste em ter como perspectiva garantir nutrientes para que o presente e o futuro sejam suportados enquanto tais, por isso a lembrança dos grandes “indivíduos” permite a garantia dos horizontes de ação. Ou seja, a monumentalidade do passado torna-se a possibilidade extraordinária do viver:

Através de que se mostra útil para o homem do presente a consideração monumental do passado, a ocupação com o que há de clássico e raro nos tempos mais antigos? Ele deduz daí que a grandeza, que já existiu, foi, em todo caso, possível uma vez, e, por isto mesmo, com certeza, será algum dia possível novamente; ele segue, com mais coragem, o seu caminho, pois agora suprimiu-se do seu horizonte a dúvida que o acometia em horas de fraqueza, a de que ele estivesse talvez querendo o impossível (Nietzsche, 2003, p. 20).

Mas isso não quer dizer que Nietzsche pensasse em um sentido histórico como relato de “grandes heróis” e seus “exemplos”. Ele filosofa na perspectiva de abertura para o futuro em relação a uma preservação do passado de pessoas comuns que, na sua vivência cotidiana e banal, fossem estimuladas a encontrar no acaso da vida força e estímulo por meio daqueles que, no passado, também viveram situações imprevistas e conseguiram suplantá-las por meio de atitudes singulares.

Por isso a história monumental não seria empreendida pelos historicistas, mesmo aqueles que se ocupavam de biografias. Para Nietzsche, a *Historie*, palavra alemã utilizada para designar a história como disciplina científica nos Oitocentos, mesmo que produzindo narrativas sobre a subjetividade daqueles que ofereceram respostas às dificuldades da vida, deixou-se seduzir por essas subjetividades que se conformaram em individualidades apáticas aos autores. Em outras palavras, meras narrativas sem utilidade para a vida, isto é, para o *devoir* e suas possibilidades.

A história antiquária ou tradicional aprofunda a perspectiva do conceito de monumentalidade, uma vez que empreende sentimentos de pertença vinculados às lembranças narradas, pois elas aproximam o passado e estabelecem relações com ele, buscando e encontrando nele os costumes e as tradições envolvidos, bem como demonstram referenciais com o objetivo de comparar vivências. A ideia do antiquário não configura a apreciação paralisante e defensora do bloqueio de fluxos e de possibilidades calcadas na elaboração de algo *novo*, ou seja, não se trata de “antiquado”. Por essa razão, faz-se necessário o terceiro modo de estudar e viver a história com vistas a servir ao que é o viver,

o modo crítico: e, em verdade, esse também uma vez mais a serviço da vida. Ele precisa ter força e aplicá-la de tempos em tempos para explodir e dissolver o passado, a fim de poder viver: ele alcança um tal efeito conforme traz o passado para diante do tribunal, inquirindo-o e finalmente condenando-o; no entanto, todo passado é digno de ser condenado – pois é assim que passa com as coisas humanas: sempre houve nelas violência e fraqueza humanas potentes. Não é a justiça que se acha aqui em julgamento, nem tampouco a misericórdia que anuncia aqui o veredicto: mas apenas a vida [...] (NIETZSCHE, 2003, p. 29-30).

A necessidade da história crítica pode, então, incorrer em desconsiderar a potência da história monumental e antiquária. Assim sendo, o passado se transformaria em um fardo, dada a necessidade de encontrá-lo e repeti-lo, tornando-o um objeto estéril, incapaz de impulsionar a vida presente e de oferecer força ou vitalidade. Esse

diagnóstico conversa diretamente com o tipo de história que o filósofo denomina historicista, em que as regras de observação e experiência terminam por apartar a seiva vital do exemplo e da tradição – atingidas a partir do olhar sobre as figurações de outrora a própria monumentalidade do passado – como capacidade de se relacionar o passado e o presente, visualizados em sua “antiquariedade”. Pensada como ciência pura e tornada soberana, a história seria uma espécie de conclusão da vida e de balanço final para a humanidade (2003, p.17). A ciência histórica torna estática e infrutífera a história para a vida.

Em que podemos aproximar os escritos filosóficos de Nietzsche dos seus contemporâneos historicistas? Ambas as tendências e pensamentos sobre a história tentam torná-la palpável para a vida. As críticas de Nietzsche²¹ e os postulados historicistas apreendem a formação integral humana por intermédio do pensamento e da ação, mas se diferenciam nos lugares sociais que ocupam. Enquanto a filosofia nietzschiana se afasta dos postulados acadêmicos, seus colegas historicistas edificam lugares na universidade e no conhecimento histórico. Nietzsche se torna assim mais livre para denunciar a cientificidade inútil ao ser e ao devir daqueles que vivem para além das cátedras e da profissionalização.

Apesar de desenvolvidos no contexto de emergência da disciplina histórica, os escritos de Nietzsche adquiriram bastante ressonância no século seguinte, com um questionamento dos postulados das ciências humanas e, claro, da história e de sua capacidade de instruir, especialmente após a segunda metade do século XX.

1.3- História *do e no* século XX – ponto de mutação

Nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma expansão dos mercados com o afrouxamento das fronteiras nacionais e a emergência de outros tipos de fiscalização alfandegária. Aliados a esses movimentos, que, em muitos aspectos, demonstraram uma derrota temporária (ou uma reorganização) do anarquismo e do comunismo pelo *ethos* capitalista, os processos revolucionários de 1960, condicionados pelo autoritarismo político e econômico, sofreram derrotas em diversas partes do Ocidente. Ao que tudo indica, as perdas sofridas nesses processos, aliadas à flexibilização da economia e à dispersão do indivíduo “ultramoderno”, vão repercutir na

²¹ O projeto filosófico nietzschiano sobre a complexidade e os efeitos do impulso científico do século XIX aparece também em outros textos, como *Humano, demasiado humano* (2000), *Aurora* (2004) e *A gaia ciência* (2001).

intelectualidade, que se vê desatada de paradigmas totalizantes – entendidos como totalizadores. Emergem utopias políticas com apelos fragmentados de caráter local e identitário, a exemplo do feminismo, do movimento negro, LGBTQIA+, entre outros.

As críticas dogmáticas a esses projetos elaboram perguntas retóricas como: é legítimo reivindicar algo ao outro sem considerá-lo parte de um processo de exclusão que também lhe é familiar? Luta-se por direitos ou por reconhecimento? Ao adquirir direitos ou reconhecimento em um grupo fragmentado, não se perde de vista a totalidade, visto que estamos todos submetidos ao mesmo sistema econômico?

Sente-se uma clivagem no regime de historicidade moderno, muitas vezes identificada pela ideia de pós-modernidade²², conceito que foi usado e discutido por vários autores nas ciências humanas, uma vez que a reflexão sobre a mudança na percepção do tempo foi primeiro teorizada e praticada na esfera cultural, por isso, segundo a fortuna crítica, menos inequívoco seria abordar a perspectiva de pós-modernismo.

Em linhas gerais, a pós-modernidade é entendida como uma época histórica ou um desdobramento da modernidade, dependendo, é claro, do enfoque teórico de cada autor. A fragmentação da ideia de sujeito, a perda da sua historicidade diante do capitalismo reinante, gera, em consequência, a sensação de estarmos imersos em um presente contínuo ao se perderem de vista os traços da filosofia da história. O aparente fim da história, a dissolução dos laços tradicionais, a flexibilidade contínua das relações sociais e laborais em face da aceleração do tempo resultam no consenso de que há mudanças que aparentemente escapam ao diagnóstico dos intelectuais.

A pós-modernidade como debate e conceito controverso algumas vezes apareceu como pós-modernismo ao tentar identificar suas expressões filosóficas e artísticas, ao passo que a arquitetura teria dado impulso ao estilo pós-moderno. Nesse sentido, vale dissertar sobre como esse termo aparece no debate intelectual.

A expressão “pós-modernismo” foi usada pela primeira vez na década de 1930 pelo professor porto-riquenho Federico de Onís²³, dez anos antes de aparecer nos

²² Destaco algumas obras que contribuem para o debate sobre o pós-modernismo: BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003; HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994; HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. História, Teoria, Ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

²³ Onís foi uma figura importante na crítica literária hispânica. Erradicado na Espanha, onde se formou e iniciou sua vida intelectual ainda jovem, o autor publicou a obra *España en América* (1955) para debater o sistema universitário espanhol e as possíveis origens do atraso daquela nação. Após se deslocar para os

Estados Unidos e no território britânico. Onís, ao empregar o termo, quis exprimir uma crítica ao refluxo do modernismo, a qual expressava impulsos mais radicais com relação a este. Interessante que tanto o “ismo” empregado ao moderno quanto ao pós-moderno são advindos da América Hispânica. Ambos os “movimentos”, por assim dizer, são hispano-americanos. Em contrapartida, sua popularidade deveu-se ao seu uso, a partir dos anos 1960, por artistas, escritores e intelectuais para questionar o processo de canonização na arte. Na década de 1970, adquiriu maior ressonância ao ser usado pela arquitetura e pelas artes visuais. Até esse momento, o sentido do termo “pós-moderno” (grifo do autor) foi de importância circunstancial (ANDERSON, 1999, p. 20).

Perry Anderson elegeu, como marco na “cristalização” do conceito, a primeira publicação da revista *Boundary 2*, com o subtítulo *Revista de Cultura e Literatura Pós-Modernas*, fundada por William Spanos, que, revoltado com a aliança entre EUA e a junta grega, decidiu voltar à América para lançar o periódico e romper laços travados durante o período em que lecionou na Universidade de Atenas. Nos dizeres de Anderson:

No auge da Guerra do Vietnã, seu objetivo era “fazer a literatura voltar ao domínio do mundo”, no “momento mais dramático da hegemonia americana e do seu colapso”, e demonstrar que o “pós-modernismo é uma espécie de rejeição, um ataque, um solapamento por parte do formalismo estético e do conservadorismo político do *New Criticism*” (ANDERSON, 1999, p. 24).

Infelizmente, as intenções de Spanos foram reprimidas pelo governo de Nixon, culminando na sua prisão, porém a revista continuou tratando de temas literários e filosóficos. Um de seus primeiros colaboradores, Ihab Hassan, acabou por propagar suas ideias no tocante ao pós-modernismo, as quais converteram a discussão para o âmbito da música, da tecnologia e das artes visuais. O pano de fundo da elaboração de Hassan tentava dar conta do pós-modernismo ora como um fenômeno social, ora como um substrato de tendências artísticas atuais da época. Apesar de sua importância, a indagação de Hassan permaneceu em aberto.

Durante os anos 1980, ao introduzir a coletânea de textos *The postmodernism turn*, mostrou-se insatisfeito com o estado das discussões sobre o tema, afirmando que o

Estados Unidos para trabalhar na Universidade de Columbia, foi incumbido de reorganizar os estudos hispânicos e, assim, tentou enfatizar a relevância dos estudos literários transcontinentais. Os desdobramentos desse ativismo intelectual hispânico repercutiram no livro *Antología de la poesía española e hispanoamericana* (1934), onde o autor finalmente cunhou o termo *pós-modernismo*.

pós-modernismo “tornou-se uma espécie de pilhéria eclética, refinada lascívia de nossos prazeres roubados e descrenças fúteis” (ANDERSON, 1999, p. 28). Hassan jamais imaginaria que o “estado lascivo” do debate inspiraria uma composição teórica ainda mais instigante, o manifesto arquitetônico *Learning from Las Vegas*. Assinado por Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, o conteúdo semântico do manifesto reclamava uma aceitação da moda *kitsch* e versava sobre a “real” preocupação do arquiteto: “não deveria ser com o que deveria ser, mas com o que é” (ANDERSON, 1999, p. 29).

Ainda assim, o texto não contava com a expressão literal “pós-modernismo”. A orientação era “aprender com o estudo de paisagens populares e comerciais [...] do que com a busca de ideais abstratos, teóricos e doutrinários” (HARVEY, 2005, p. 45). Essa inversão projetiva certamente compõe grande parte da filosofia pós-estruturalista, dada a revolta com modelos canônicos e pedagógicos do modernismo engajado.

Charles Jencks, em 1977, publicou *Language of Post-Modern Architecture*, ampliando os aspectos elencados no manifesto de Venturi e defendendo práticas ecléticas, apontando para um gosto refinado mesclado ao popular. Perry Anderson elucida de forma interessante os interesses de Jencks:

Em meados da década de 80, Jencks festejava o pós-moderno como uma civilização mundial de tolerância pluralística e opções superabundantes, uma civilização que „tornava sem sentido“ polaridades ultrapassadas como „esquerda e direita, capitalista e classe operária.“ Numa sociedade em que a informação importava agora mais do que a produção, „não há mais uma vanguarda artística“, uma vez que „não há inimigo a derrotar“ na rede eletrônica global. Nas condições emancipadas da arte atual, „há inúmeros indivíduos em Tóquio, Nova York, Berlim, Londres, Milão e outras cidades mundiais que se comunicam e competem, assim como estão no mundo financeiro“ (ANDERSON, 1999, p. 31).

Será Jencks um dos precursores da ideia de globalização? Eis que na pauta pós-moderna há um frequente apelo à pluralidade e uma proeminente rebelião contra as perspectivas dogmáticas e canônicas. Seguindo o percurso da “ascensão” conceitual da pós-modernidade, a amplitude maior ocorreu, sem dúvida, com a publicação da primeira obra filosófica sobre a pós-modernidade: *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard (1979), encomendada pelo Conselho Universitário de Quebec, governante na época.

A discussão de Lyotard versa sobre a chamada “crise da metanarrativa” em

decorrência dos avanços nas ciências naturais, enfatizando um jogo de linguagem que teria reduzido a epistemologia, não podendo esta reivindicar mais o privilégio hierárquico sobre as formas do conhecimento narrativo comum. De acordo com o filósofo, existem duas grandes narrativas que justificam a primazia da ciência. A primeira seria a Revolução Francesa e o ideal libertador – atrelado ao conhecimento pautado na razão iluminista –, e a segunda, a filosofia kantiana, em que o espírito se alça ao revelar progressivamente a verdade. Ao fim e ao cabo, Lyotard compreende os fundamentos norteadores da modernidade (razão, ciência, progresso e liberdade) como autoritários e responsáveis pela supressão da heterogeneidade e pluralidade.

A noção de fragmentação institui-se, para os pós-modernos, como forma de também destituir de legitimidade as pretensões normativas de qualquer teoria social, pois a pluralidade, fragmentariedade e multiplicidade dos jogos de linguagem representam a própria impossibilidade de qualquer racionalidade com propósito emancipatório. O fim das narrativas, no sentido apontado por Lyotard, implica igualmente a eliminação de temas centrais da concepção marxista de sociedade, tais como a teoria do valor, a luta de classes e a categoria da totalidade. Seria, outra vez, o fim da dialética. Estaríamos diante de discursos devedores muito mais de Nietzsche do que de Hegel, tanto em relação ao pós-estruturalismo como ao pós-modernismo (NÄGELE, 1994; WELLMER, 1991 apud CAMARGO, 2009, p. 117).

Lembremos, porém, que o interesse do livro era atentar para os rumos das ciências naturais, no entanto, em todo e qualquer debate sobre a pós-modernidade, faz-se imprescindível dialogar com Lyotard dada a recepção dos textos contidos no livro. A *condição pós-moderna* tornou-se a inspiração de um relativismo vulgar – inerente àqueles simpáticos ao pós-modernismo ou aos detratores dele – ao tratar da incredulidade contemporânea diante das metanarrativas que compunham o ideal moderno totalizante. François Lyotard discorre sobre esse desconforto com narrativas progressistas a partir do surgimento da sociedade pós-industrial, em que a informação funciona como veículo da economia, e o conhecimento, por sua vez, como força produtiva. Sobre isso, Lyotard nos diz:

Mas o capitalismo vem trazer sua solução ao problema científico do crédito à pesquisa: diretamente financiando os departamentos de

pesquisa nas empresas, onde os imperativos de desempenho e de recomercialização orientam com prioridade os estudos voltados para as aplicações; indiretamente, pela criação de fundações de pesquisa privadas, estatais ou mistas, que concedem créditos sobre programas a departamentos universitários, laboratórios, sem esperar do resultado dos seus trabalhos um lucro imediato, mas erigindo em princípio que é preciso financiar pesquisas a fundo perdido durante um certo tempo para aumentar as chances de se obter uma inovação decisiva e, portanto, muito rentável (LYOTARD, 2009, p. 82).

A noção esboçada pelo filósofo revela uma dimensão tecnicista da prova científica, ao passo que a “verdade” estaria reduzida aos critérios de desempenho, eficiência e eficácia. Os termos ausentes de sua obra, segundo Perry Anderson, são a arte e a política. Contudo, se elevarmos nosso entendimento sobre política, perceberemos que a obra de Lyotard abarca o político na medida em que questiona os fundamentos da ciência²⁴ consolidada e, ao mesmo tempo, mostra-se isenta de problematizações acerca dos desdobramentos conservadores de uma sociedade pós-industrial em face dos países que ainda não haviam chegado ao desenvolvimento capitalista, como ocorreu na França à época em que escreve o autor. A posição alemã, na figura de Jurgen Habermas, representou uma reação ao “narrativismo” lyotardiano²⁵.

No famoso texto *Discurso filosófico da modernidade* (2002), Habermas apregoa que o projeto pós-moderno seria nada mais que a própria expressão da modernidade se rebelando contra si mesma. Nesse viés, na modernidade, a obstinação pelo distanciamento do velho traz consigo a repetição de uma época histórica (sem que se perceba isso claramente) a fim de gerar o novo. Afinal de contas, a novidade contempla a grande essência do moderno. Esse novo parte sempre de si, ou seja, da própria modernidade. Habermas explicita esse movimento:

Em face de uma modernização que se move por si própria e se autonomiza em sua evolução, o observador social tem razões de sobra para se despedir do horizonte conceitual do racionalismo ocidental em que surgiu a modernidade. Porém, uma vez desfeitas as relações

²⁴ A voracidade crítica de Lyotard, inspirada na obra de Nietzsche, também aparece nos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault, em que há um debate sobre a ciência como esfera de poder e significados que padronizam lugares sociais, comportamentos e verdades com pretensões dominadoras. Podemos dizer, com cuidado para evitar determinismos e reducionismos, que Nietzsche animou grande parte das discussões nas ciências humanas nos séculos XX e XXI.

²⁵ A conferência proferida em Veneza, com o título “Modernidade: um projeto inacabado”, funcionou como uma irrupção contrária aos discursos pós-modernos recorrentes no início dos anos 1980. Por isso, tornou-se o posicionamento mais popular na imbricada polêmica moderno/pós-moderno.

internas entre o conceito de modernidade e sua autocompreensão, conquistada a partir do horizonte da razão ocidental, os processos de modernização que prosseguem, por assim dizer, automaticamente, podem ser relativizados desde o ponto de vista distanciado do observador pós-moderno (HABERMAS, 2002, p. 6).

Habermas divide em dois blocos críticos a modernidade. A corrente *modernizadora* seria aquela que, deslumbrada pela modernização e por suas consequências, entende que os traços do moderno são meras modernizações outras. O *devoir histórico*, se é que podemos falar em devir nessa perspectiva, seria um giro em torno de si mesmo, pois em essência o que fica é o projeto modernizador. O filósofo depreende que essa visão encarna um *neoconservadorismo* na medida em que elabora uma compreensão cultural da modernidade como ultrapassada.

Nesse sentido, emerge a outra corrente, caracterizada por Habermas como *anarquista*, pois defende a morte da racionalidade que subjugará as figurações subjetivas em face da dominação instrumental. Nesse ponto, portanto, o caráter anarquista reivindica a subjetividade mascarada pela vontade de poder a partir da crítica estética, que decorre de uma acepção contrária à temporalidade hegeliana.

Habermas, contudo, admite que o universo social que o circunda assumiu imagens catastróficas, nenhuma esperança e uma constante insegurança. Mesmo assim, insiste em que o projeto moderno ainda pode ser concluído – Hegel permanece como um suporte teórico em sua filosofia – por meio de uma revitalização da esfera pública e da capacidade de ordenamento democrático na atuação dos sujeitos para conter o império da razão instrumental.

Ao dialogar com as teorias do pós-estruturalismo francês, Habermas traça uma análise weberiana e deixa de lado o mesmo termo ausente da obra de Lyotard: a historicidade do pós-moderno encontrada nas análises de Fredric Jameson. Confrontando Lyotard, filósofo que disseminou a discussão sobre a pós-modernidade, e Habermas, pensador que busca dar uma resposta que repele a possibilidade dessa pós-modernidade, o grande impacto da obra de Jameson se dá pelo entendimento dialético do pós-moderno como uma nova fase do modo de produção capitalista.

No ensaio *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*,

publicado em 1984, no número 146 da revista *New Left Review*²⁶, e transformado em livro em 1991²⁷, Jameson constrói uma leitura totalizante sobre a fusão definitiva da economia com a cultura na pós-modernidade. Emerge na cena histórica um *boom* de imagens desconexas que se diluem com o sujeito iluminista, agora desorientado e esquizofrênico em meio à primazia do espaço sobre o tempo (dentre outras teses apresentadas pelo autor). Esse processo teria sido iniciado pelo esmaecimento da distinção entre cultura de massa e cultura erudita. Observa-se, na interpretação descrita acima, a nítida influência da Escola de Frankfurt²⁸ sobre o pensador. Nesse livro, o autor aborda literatura, cinema, filosofia, arquitetura e a própria economia, entendida em escala mundial. Segundo Oliveira,

Os trabalhos posteriores de Jameson, sejam eles sobre Brecht, o cinema do terceiro mundo ou ficção científica, têm sido obstinadamente fiéis à ousada tarefa que ele se impôs: enfrentar a “*exclusão estrutural da memória*” na pós-modernidade (grifo do autor), mostrando, por meio de uma crítica incisiva do presente, que o desejo *chamado utopia* (grifo do autor) existe até mesmo onde menos se espera, e que *tudo pode ser historicizado* (OLIVEIRA, 2008, p. 18).

A ênfase jamesoniana na historicidade é explicada pela atenção dada à contradição histórica (entendida pelo enfoque dialético) que preconiza o redirecionamento da cultura em sentido amplo, em um movimento oscilante de primazia da primeira sobre a segunda. Uma condição fundamental é a rejeição da expectativa, traço do classicismo moderno na arte, na teoria e na filosofia. O projeto liberalizante na música, por exemplo, apresenta o “resultado distorcido de uma tentativa de imaginar a totalidade numa época em que não se tem nenhuma experiência dela, em circunstâncias que condenam a tentativa ao fracasso já de início” (JAMESON, 1971, p. 36).

²⁶ De origem britânica, essa revista foi criada no início da década de 1960, no calor da ascensão dos estudos culturais na Inglaterra, os quais, como já vimos, questionavam o modelo ortodoxo do marxismo ao incorporar novas metodologias e concepções ao lidar com as interpretações da cultura e com a possibilidade de ruptura sistêmica. A *New Left Review*, que nasceu desse novo ambiente político e cultural, nos últimos anos publica textos comprometidos com análises culturais em suas variadas formas, sem perder de vista o viés político do marxismo.

²⁷ JAMESON, F. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham, NC: Duke University Press. 1991. O livro supracitado é emblemático em termos de consolidação do autor Fredric Jameson. Um exemplo disso é a quantidade de citações dele encontradas na plataforma Google Acadêmico.

²⁸ A crítica cultural da Escola de Frankfurt versa sobre o debate entre alta e baixa cultura a partir de uma hermenêutica que compõe um cenário cultural degradante. Jameson, porém, entende que a indistinção entre ambas é um traço do pós-modernismo que pode implicar uma transformação da esfera cultural a partir de dimensões utópicas que resgatem a orientação cognitiva do sujeito pós-moderno.

Os caminhos percorridos pela obra jamesoniana nos dão uma dimensão do conceito de pós-modernidade para esse autor e da relevância do diagnóstico por ele elaborado acerca das transformações no capitalismo e na cultura. O consenso sobre o conceito de pós-modernidade tem também raízes históricas, as quais Jameson almeja historicizar. Do ponto de vista da história, percebemos que o combate ao que Jameson chama de “surdez histórica” foi um de seus objetivos primordiais, em presença do predomínio de fragmentos por fragmentos e da abundância superficial dos discursos pseudofilosóficos que radicalizam todo o passado, além de revelarem um positivismo às avessas. Não obstante, há uma espécie de movimento parasitário das teorias e da arte pós-modernas em relação ao moderno, sem a devida atenção ou historicidade, em que apenas apreendemos vozes que ainda não aparecem como protagonistas.

Como perspectiva primária de análise, a formulação do economista Ernest Mandel²⁹ é a que melhor atende à compreensão de Jameson sobre o pós-modernismo, visto que, no pós-Segunda Guerra Mundial, emerge uma lógica específica da produção cultural ancorada no terceiro estágio do capitalismo. Na esteira dessa narrativa, o capitalismo passou por três momentos: o capital de mercado, o monopolizante ou imperialista e o chamado pós-industrial, de acordo com categorias sociologizantes. Essa transmutação sistêmica é marcante pela tentativa de diluir os modernismos clássicos na literatura, na arquitetura e na música, especialmente nos anos seguintes à década de 1960. Em linhas gerais, consiste em uma reação aos modelos canônicos que perdem o estatuto de estarem opostos à cultura popular.

Esse esforço de periodização apontado em fases do capitalismo é realizado por Jameson por meio de uma dialética que vai de encontro às chamadas generalizações sociológicas de Bell desenhadas no livro *O advento da sociedade pós-industrial* (1977)³⁰. Nessa obra, a sociedade pós-industrial é considerada responsável por reconfigurar o sentido do trabalho e, conseqüentemente, a concepção de sociedade, vista a partir da falência da ordem trabalhista fabril clássica, que se desloca para a informalidade e a terceirização dessa norma que, supostamente engendrada pelo

²⁹ MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

³⁰ Vale ressaltar que Jameson, enquanto crítico literário, relaciona periodização com cronologização, no entanto, as periodizações são pouco examinadas mesmo entre os historiadores profissionais, uma vez que fragmentam o tempo, ora para torná-lo inteligível, ora para se furtar aos anacronismos. De todo modo, podemos dizer que historicizar consiste mais em capturar aspectos do tempo histórico que em separar o tempo em blocos conforme a temporalidade moderna. Para saber mais sobre essa questão, veja LORENZ, Chris. “The Times They Are a-Changin’”: On Time, Space and Periodization in History”. In K. Tilmans, F. van Vree, & J. Winter (Eds.), *Performing the Past: Memory, History, and Identity in Modern Europe* (pp. 67–105). Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

pensamento marxiano, formaria um complexo social disperso, a esconder a luta de classes proclamada pelo fim do capitalismo clássico.

A tecnologia, no viés da *sociedade pós-industrial*, por sua vez, parece ter assumido um caráter hipnótico e definidor dos traços da pós-modernidade. O evento tecnológico seria, *a priori*, a representação do nosso entendimento a respeito desse período. Mas, de acordo com Jameson, o fator tecnológico revela uma “paranóia *high-tech*” com pretensão à descentralização dos sujeitos no terceiro estágio do capitalismo.

A periodização de que trata Jameson esclarece que a terceira idade da máquina capitalista altera sobremaneira os problemas estéticos, em outras palavras, a noção cultural. Entretanto, a ideia de período a ser descarnado é problemática em termos historiográficos, se nos ativermos aos sentidos que ela pode assumir. Jameson, por sua vez, compreende que a possibilidade de obliteração da diferença, ao se pensar em periodização total, é evitada por uma leitura do pós-moderno que tem como ponto de partida a cultura, almejando, a partir da totalidade, verificar os aspectos que se diferenciam entre si, mas que fazem parte de um processo global de rupturas abruptas no ambiente cultural e na experiência do homem no tempo.

No tocante à relevância da historicidade e da periodização, sua necessidade se dá pelo apelo populista da cultura pós-moderna e pela recorrência de sua visão histórica como a heterogeneidade reinante, em que o conflito nada constrói de global, apenas coexiste de maneira multiforme e se encerra em si mesmo. A falta de reconhecimento humano de sua própria historicidade e do presente é, para o autor, sintoma da ausência de consciência histórica e da experiência moderna imbuída da noção progressista, a qual só é possível por intermédio de uma visão acurada do passado. Jameson parece solicitar um retorno às categorias historicistas? É um nostálgico da filosofia da História?

Se considerarmos os trabalhos do autor, a dialética da teoria crítica é um componente fundamental para responder a tais questões. Vejamos o caso da narrativa histórica no cinema, que tem sido interpretada como moda da nostalgia. Essa questão pode ser rebatida pela possibilidade, ou não, de uma composição romanesco-histórica apontada no texto *O romance histórico ainda é possível?* (2007).

Para esboçar uma análise sobre o interesse contemporâneo por imagens do passado, Jameson interroga-se sobre a possibilidade de volta da produção do romance histórico, tentando elucidar em que consiste esse gênero literário. Segundo o autor, a característica fundamental do romance histórico não é necessariamente a abundância imagética e a narrativa dos “fatos históricos”, tampouco a evidência exacerbada da

existência individual observada nos personagens. Na ótica de Jameson, o romance histórico “genuíno” é uma invenção singular pautada na *intersecção entre o plano público com efeitos históricos e a individualidade personalística* (grifo meu).

O pensador elenca a questão da “verdade” para responder não exatamente se o romance histórico ainda é possível, mas para nos remeter a pensar a mudança de interesse no estatuto do romance, a qual, em outras palavras, confere um descompromisso e reafirma a tendência de exclusão da singularidade demarcada do modernismo. Ao citar o livro *Wallenstein*, de Alfred Döblin, Jameson demonstra que o caráter definidor não é exatamente o de uma experiência histórica, mas, sobretudo, um experimento de linguagem demasiadamente subjetiva que impediu o sucesso da obra. Ele afirma:

Döblin nasceu cedo demais: na era da pós-modernidade sua fantasmagoria teria sido validada como um genuíno romance histórico. Mas uma diferença deve ser notada, e podemos localizá-las nas transformações daquilo que Hayden White chamou de ironia em sua *meta-história*. A ironia moderna consistia essencialmente na dúvida acerca da referencialidade e da verdade: se nada garante a minha versão dos fatos, eu mesmo acreditarei nela? A versão pós-moderna envolveria não a dúvida, mas apenas multiplicidade, a simples multiplicação de inúmeras versões fantásticas e autocontraditórias. Basta pensarmos nas genealogias fantásticas do realismo mágico latino-americano para começarmos a compreender como os poderes do falso, das mais exageradas invenções de um passado (e de um futuro) fabuloso e irreal, sacodem o nosso extinto senso da história, perturbam a inaniidade de nossa historicidade temporal e tentam convulsivamente reanimar o adormecido senso existencial do tempo com o potente remédio da mentira e das fábulas impossíveis [...] (JAMESON, 2007, p. 202).

A questão da dúvida não exprime uma importância na estética pós-moderna, negando termos historiográficos no sentido da historicidade da fonte ou de sua representação. O código pós-moderno transforma o dado histórico em “intertextualidade”, assim se invalida qualquer especulação acerca da profundidade histórica correlata à veracidade. No caso do cinema, haveria uma ocultação do presente contemporâneo em prol de um passado contemplativo, que esconde o processo de expansão imperial da cultura norte-americana por parte das imagens de cidades pequenas, cerrados e outros artefatos. Além de esmaecer seus usos reificados, eximem o

espectador de se transportar, traçando um paralelo com o presente para se projetar nele.

Os espectadores vivenciam a imagem do passado desprovida de sentido profundo, sendo ela nada mais que simulacros que aguçam estereótipos sobre esse passado. A ideia do “histórico”, portanto, é invalidada pelo desaparecimento do referente histórico na primazia da imagem *pop* e, mais contemporaneamente, *cult*. Os simulacros assumem, portanto, uma função realista:

Se, agora, voltarmos repentinamente ao momento atual, podemos medir o enorme alcance das mudanças. Joyce e Picasso não somente deixaram de ser esquisitos e repulsivos como se tornaram clássicos e adquiriram agora para nós uma aparência de realistas. Ao passo que muito pouca coisa restou da arte contemporânea, em forma ou conteúdo, que pareça intolerável e escandaloso à sociedade de nosso tempo (JAMESON, 1984, p. 25).

Enfim, se não há mais temporalidade e o passado empalidece em objetos, o que haveria além dos objetos e das narrativas do passado³¹? Jameson responderia que substituímos o tempo pelo espaço. Por ora, essa análise é digna de nota por estar conectada com a proposta de pesquisa, pois, se o novo historicismo é, ou não, uma alternativa à história como possibilidade de conhecer e mobilizar o passado com vistas ao futuro, as mutações culturais no capitalismo neoliberal e uma outra ordem de historicidade incidem diretamente sobre a escrita historiográfica. Isso nos parece bastante óbvio, independentemente das discordâncias com qualquer autor marxista contemporâneo.

Os debates enunciados sobre uma mudança na percepção do tempo foram então acompanhados de uma revisão do papel da ciência histórica. Isso significou problematizar a própria cientificidade do campo historiográfico. As principais críticas às conquistas da área após o século XIX gravitam em torno da ausência de determinados grupos e sujeitos, da descrença nas filosofias da história e em sua possibilidade de edificação de uma consciência histórica, além de em uma hiperaceleração gradativa nas experiências e relações sociais ao longo do século XX. Esse clima intelectual tem repercussão nas humanidades e na nossa capacidade de representar o passado como sujeitos e historiadores.

³¹ Refiro-me ao autor no texto O fim da temporalidade. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 187-206, jan.-jun. 2011.

Volta à tona a reflexão que parece nos identificar como produtores de um determinado tipo de conhecimento, mas que, ao mesmo tempo, parece ter sido negligenciada em alguns momentos por parte da historiografia: o tempo e sua apreensão (ou representação).

CAPÍTULO 2 – A construção de um novo historicismo

Os estudos contemporâneos sobre o passado têm trazido importantes considerações/revelações acerca do tempo histórico e de sua forma de apresentação nos trabalhos da área de História. Dentre essas pesquisas, no Brasil se consolida a área de História da Historiografia como possibilidade de historicizar a própria historicidade e os efeitos das pesquisas historiográficas. Multiplicam-se trabalhos com ênfase em temas e problemas contemporâneos. Nosso foco é, agora, tentar refletir sobre os elementos que compõem o exercício de representar o passado, seus alcances, limites e usos como materiais de um dado tempo histórico.

Sabemos que a história como disciplina tem sido cada vez mais abalada pelas discussões que claramente questionam as ideias de tempo e de ciência, ou as tensionam de forma indireta. François Hartog afirma de forma categórica que o historiador agora aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante. (2013, p. 37). Essas incertezas serão objeto de algumas reflexões que faremos sem obtermos respostas conclusivas, mas que funcionam como perspectivas para enunciar o papel do novo historicismo na historiografia contemporânea.

2.1 - Debates da historiografia contemporânea que aprofundam a perspectiva para o novo historicismo

Ao articular a crise estrutural da universidade (especialmente no contexto de abandono da Uerj pelo governo do estado do Rio de Janeiro) e das ditas ciências humanas, os historiadores Francisco Sousa, Géssica Guimarães e Thiago Nicodemo chamam a atenção para a necessidade de engajamento com o presente a partir de uma reavaliação da história como disciplina e da noção que gravita em torno da própria temporalidade que a circunscreve e insere no tempo.

Esse exame consiste em pensar a própria epistemologia do conhecimento histórico e a experiência histórica de seus profissionais por intermédio do resgate de uma historicidade que atente para os resquícios de passados que vivem no historiador e nos sujeitos históricos. Isso permite que o presente não seja pensado somente como um contexto de produção de escrita sobre o passado.

A historicidade própria é justamente quando se torna possível que o tempo seja, vibre como nosso (NICODEMO, p. 73, 2017). Em que sentido um discurso é

classificado como contemporâneo e por quê? Como e por que um autor se propõe a traçar uma narrativa que responda às suas inquietações em relação ao tempo e à sociedade? Essas indagações inspiram o debate sobre a cultura na contemporaneidade e, na tentativa de ao menos classificar aquilo que denominamos como contemporâneo, os dizeres do filósofo italiano Giorgio Agamben são salutares:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).

Essa inadequação ao tempo ou diacronia não prescinde, necessariamente, de uma transferência do ser a outro tempo, em termos de nostalgia ou de negação radical do indivíduo contemporâneo no momento em que constrói um sentido para o real. Segundo Agamben, contemporâneo é aquele que concorda com a visão que lhe é proposta e também discorda dela, aproxima-se e se distancia por promover comparações, digressões, dissociações e por pensá-las em conjunto. O contemporâneo é, nesse sentido, caracterizado pelo olhar fraturado, sem maiores juízos de valor, tampouco por rejeições dogmáticas, já que a imaginação do homem, do intelectual, do artista e dos demais agentes sociais não se molda passivamente.

O posicionamento de Agamben e dos historiadores em relação ao tempo é interessante na medida em que oferece uma autocrítica do intelectual. Do ponto de vista tratado pelos historiadores, avança ao colocá-lo como sujeito de seu tempo e na sua possibilidade de transformação ao evidenciar um dos principais problemas da relação entre academia e sociedade: o distanciamento³².

As narrativas produzidas no interior das instituições pouco têm ressonância nos saberes dos cidadãos comuns, ainda que sejam uma fase da produção de conhecimento. Nesse sentido, atentar para isso coloca à agenda da historiografia o desafio de inseri-la em projetos que possibilitem discutir com a sociedade seus problemas e apresentar possíveis projetos. Isso depende de uma espécie de reconhecimento da própria historicidade, que carrega elementos do presente e do passado, ou de um passado mais

³² Não estou atentando aqui para a distância entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, mas sobretudo para a divulgação do conhecimento historiográfico e da ciência em si.

recente perene de reflexões sobre as possibilidades, os limites, o dito e o não dito no interior do campo historiográfico. Em outras palavras:

[...] a crítica à dimensão ideológica da linguagem reafirma sistematicamente que a linguagem não é o resultado das escolhas de um indivíduo autocentrado e autônomo, mas sempre produto do encontro, e que a naturalização da linguagem se dá por um movimento sempre aberto à disputa (SOUSA, GAIO, NICODEMO, p. 84, 2017).

As disputas pela dimensão ideológica da linguagem sobre o passado atestam a necessidade de uma democratização que consiga fazer com que os agentes sociais tenham acesso ao conhecimento histórico produzido na academia e que, através dele, produzam visões menos deturpadas em favor de projetos políticos emancipatórios e democráticos. Tornar a sociedade produtora-receptora das pesquisas também faz com que os discursos sobre o passado não sejam concorridos tão somente por jornalistas, artistas e demais produtores de discursos sobre ele.

É interessante notar que o resgate e a apreensão da historicidade consistem em colocar os historiadores e as historiadoras que trabalham com o passado como influentes na produção intelectual do presente. Isso quer dizer que a relação passado, presente e futuro pode ser elaborada a partir da recepção das pesquisas acadêmicas, visto que o profissional de escrita da história se vê como sujeito de seu tempo e compreendido quando fala do passado mais longínquo ou mais “atual”.

No texto “O fardo da história”, Hayden White faz uma discussão sobre a má-fé do historiador ao tratar da relação entre ciência e arte para pensar a escrita da história. White recupera a crítica do filósofo Friedrich Nietzsche acerca da dimensão apolínea da história que, segundo o pensador, erradica o futuro porque “destrói as ilusões e priva as coisas existentes da única atmosfera em que podem viver” (p. 44, 1994). Os escritos de White atentam para a perspectiva nietzschiana e contribuem para pensarmos a capacidade de comunicação dos historiadores com seus leitores. Sobre isso, ele é categórico:

[...] Mas a história só pode servir para humanizar a experiência se permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento *e* (grifo do autor) da ação do qual procede e ao qual retorna. E, enquanto se recusa a usar os olhos que *tanto* (grifo do autor) a arte moderna *quanto* a ciência moderna lhe podem dar, ela haverá de permanecer cega – cidadã de um mundo em que “as pálidas sombras da memória em vão se debatem com a vida e com liberdade do tempo presente” (WHITE, p. 63, 2017)

A urdidura do conhecimento histórico desenvolve um emaranhado de operações metodológicas que visam separar a escrita da história da literatura e, como resultado, os historiadores pouco se atentam para a responsabilidade moral com o passado e para a necessidade de torná-lo mais dinâmico, mais palpável não só ao grande público, mas à própria tarefa histórica do presente que o circunscreve³³. Deveria o historiador ter um programa político em seu bojo narrativo? A resposta a essa pergunta possui a abrangência do questionamento sobre o significado da política. Voltaremos a ela no terceiro capítulo, embora as percepções a seguir mobilize caminhos para respondê-la.

Sem ignorá-la por completo, a reflexão de White chama a atenção para a nova tarefa do historiador, que se desvencilha do fardo da história a partir da conexão entre presente e passado, em que o último não configura um fim em si mesmo na escrita historiográfica. Isso significa correlacionar as perguntas ao passado sem ignorar o papel da arte na pulsão da escrita, do pensamento e da cultura que existem no presente do pesquisador. Para um grupo de historiadores, essa estratégia e metodologia de análise é chamada de *história indisciplinada*³⁴, cujo fito é alterar as normas disciplinares da escrita historiográfica de modo a torná-la espaço de tensões mobilizadas pelo presente compreendendo como ele se relaciona com o passado.

Apesar de serem interessantes as perspectivas da crítica literária, talvez devamos nos perguntar em que sentido o debate proposto por White se aproxima do novo historicismo. Em que podem conversar? O olhar do novo historicismo intenta mostrar a dinamicidade das obras de arte ao longo do tempo a partir dos vários significados reelaborados e em que medida elas subvertem a ordem que parecem deferir ou reificar. Isso será melhor demonstrado no próximo capítulo, mas se conecta diretamente à reflexão presente, uma vez que nos convida a pensar no alcance da historiografia.

Lidamos com uma crise e com o permanente descrédito das humanidades em todo o Ocidente. No Brasil, a história como disciplina é uma forma de conhecimento ainda questionada quanto à sua possibilidade de produzir uma consciência histórica formativa, quanto à necessidade de ainda existir nos currículos da educação básica.

³³ A escrita deste texto é contemporânea a uma pandemia que subtrai diariamente milhares de vidas, ao movimento “Blacks live matter” e à presença de modelos de governança com caracteres fascistas, portanto, a dinamicidade à que se refere Hayden White nos convida a pensar várias questões, como a monumentalidade do passado e a derrubada de estátuas que remetem ao passado escravocrata da Europa, do Estados Unidos e do Brasil. Faço tal referência para convidá-los a refletir sobre a pulsão de uma escrita historiográfica compromissada com o passado e, conseqüentemente, com um presente que é escrito na disputa pelos significados das verdades construídas sobre o passado com vistas a desenvolver outros valores para a cultura, como horizonte de expectativas ou uma visão possível sobre o futuro.

³⁴ Para melhor conhecer as ideias da “história indisciplinada” recomendo o dossiê organizado por um grupo de três pesquisadores sob o nome “Rebeldia disciplinada? Introdução à ‘História como (in)disciplina”, o qual foi publicado em 2021 pela Revista História da Historiografia, v. 14, n. 36.

Concomitantemente, também vivenciamos uma ruptura em relação à temporalidade moderna, bem como desmotivações na capacidade política, formativa e progressista da sociedade.

A Internet, que adquiriu um alcance global no fluxo de informações e em vários outros conteúdos, tornou o cidadão comum um potencial produtor de conhecimento. Sem dúvida, isso contribui para questionar a profissionalização de várias áreas, e a história não está imune a isso. Nesse sentido, é urgente pensar sobre os limites e as possibilidades de uma historiografia que se valha do universo digital e mantenha o compromisso com a produção de sentido, assim como com a produção de conhecimento em domínios públicos.

O historiador brasileiro Jurandir Malerba problematiza os desafios da possibilidade de os historiadores irem ao encontro dos leitores da era digital (e leitores digitais em sua infinidade de plataformas), o que consiste em encarar a questão da autoridade do intelectual da história no momento em que o acesso e o interesse pelo passado fazem parte do cotidiano cultural da sociedade contemporânea (ou pós-moderna, como se preferir). Malerba argumenta que os leitores da atualidade não têm erudição suficiente para compreender as pesquisas dos historiadores acadêmicos, mas não afirma que é necessário tê-la, isso seria uma prerrogativa do século XIX. Mais uma vez, a cultura deste século é objeto de análise dos nossos moldes de pensar o conhecimento, o que nos parece revelador, mas que discutiremos *a posteriori*.

A ausência dessa erudição nos traz outras dúvidas. Será que o leitor comum realmente deve dominar os parâmetros de crítica documental? Esses parâmetros de outrora são convenções de quem e para quem? Percebemos que eles reafirmam um discurso autoritário, cientificista e essencialmente corporativista. Para evitá-lo, abriu-se o campo para uma noção de “História Pública”, a qual também requer uma série de indagações, como as de Malerba:

[...] A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir – e que cresceu exponencialmente nas últimas três décadas? Tanto uma coisa quanto a outra – a alteração do perfil do produtor de história e a expansão vertiginosa do seu público consumidor – se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, particularmente a internet (MALERBA, p. 141, 2017).

Essas são questões que surgem nesse tipo de abordagem sobre a autoridade historiográfica e sobre sua possibilidade de aproximação com o leitor do século XXI. Ao que tudo indica, o esforço é uma “autoridade compartilhada”, termo cunhado por Michael Frisch, que preconiza não somente o divulgar do conhecimento histórico pelo historiador, mas sobretudo uma participação ativa do público no processo de produção do saber sobre o passado, ao pensar *como* deveriam ser os elementos norteadores da forma e do conteúdo da história. Essa democratização parece ser interessante, mas retira a austeridade a que estamos acostumados ao pensar nosso próprio trabalho, enfraquece de forma brutal a noção de autoria, mas, ao mesmo tempo, faz com que a relação informação/transmissão seja um processo mais aberto, participativo, conflituoso e, ao fim e ao cabo, mais democrático.

Será esse o futuro da escrita da história? Diante de nossas perspectivas, essa democratização, já mencionada aqui, seria um dos caminhos para o que White caracterizou como humanizar a experiência e torná-la mais sensível ao mundo do pensamento?

A resposta imediata a essa questão deve partir do seu pressuposto, o conflito – base de qualquer relação democrática. Malerba se furta a aprofundar essa premissa. De nossa parte, temos uma resposta ainda nebulosa, mas que caminha junto com uma tese sobre a historiografia do século XXI em que o público e os profissionais devem invalidar o lugar de autoridade e fazer valer uma negociação.

É urgente pensarmos nos mecanismos de análise do historiador, e, já que tratamos da noção de historicidade, tentaremos pensar a própria historicidade e como ela se circunscreve, quais métodos ainda funcionam ao se pensar o passado do ponto de vista da historiografia e os problemas imbricados nessa questão.

Reavaliações das certezas metodológicas dos historiadores partem de alguns incômodos perpetrados pelos diagnósticos da temporalidade contemporânea. As consequências éticas das narrativas apontadas pelo *linguist turn* e uma profusão de imagens e ideias após o advento da tecnologia midiática são percebidas com entusiasmo, assim como configuram parte de um cenário catastrófico de crise e fragmentação. No campo da história, uma das apreensões sobre esse estado de coisas está disposta nos escritos de François Hartog por meio de uma interpretação fecunda e passível de problematizações.

Hartog identifica o ano de 1989 e o evento da Queda do Muro de Berlin como o marco final do moderno regime de historicidade. Sem desconsiderar a polêmica de Francis Fukuyama na obra *O fim da história e o último homem* (1992) – em que, conforme o título, é anunciado um fim da história concomitantemente à derrocada do bloco socialista soviético e à desilusão das propostas de transformação sistêmica, calcadas numa concepção de história como progresso e aperfeiçoamento –, Hartog sinaliza que ela é como um desenho da volta à reflexão sobre a temporalidade.

No entanto, essa visão sobre o tempo marca o fim da modernidade na história, isto é, o cenário de aparente “crise” das perspectivas de futuro sinaliza o que o autor denomina *regime de historicidade*, o qual nada mais é que uma ferramenta heurística para entender a totalidade do tempo, especialmente as brechas que aparecem num momento de tensão e que podem repercutir na “perspectivação do tempo”.

No presente caso, dissolve o tempo histórico, antes percebido como abscissa entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas³⁵. Esse processo de reflexão sobre rupturas e brechas é sintomático de um questionamento do regime de historicidade. Em alguns períodos, encontramos dois tempos que não coincidem ou se definem, mas que, de maneira paradoxal, podem carregar elementos do antigo e do novo, ainda que esse novo não esteja claramente delineado. Isso corresponde à própria característica da sensação de crise e à perspectivação do tempo, e é mostrado por Hartog em uma bela passagem de Chateaubriand: “Deparei-me entre dois séculos, como na confluência de dois rios; mergulhei em suas águas agitadas, afastando-me com pesar da velha margem em que nascera, nadando esperançoso rumo a uma margem desconhecida” (p. 1951, p. 906).

Nesse sentido, apreender correlações entre um velho e um novo historicismo a partir da noção de *brecha* entre regimes de historicidade parece ser um caminho interessante, pois mobiliza as lacunas ao considerar suas semelhanças e diferenças. Uma das questões que tentaremos abordar no decorrer desta tese, conforme já dito, é a possibilidade de uma historiografia do século XXI.

Para abordar a ideia de um regime de historicidade contemporâneo, é relevante levar em consideração que a representatividade de 1989 funciona como uma miragem

³⁵ Essa separação é apresentada nos postulados de Reinhart Kosellec, em que o campo de experiência, representado como todo o passado acumulado, deixa de ser visto como exemplo para o futuro, por isso ele se distancia do horizonte de expectativas, o qual oferece uma projeção baseada no contínuo progresso a partir da ciência, da técnica e da possibilidade de o homem ocidental transformar e melhorar o mundo. Para uma melhor compreensão dessa perspectiva moderna de História, confira o livro do autor – *Futuro passado* (2006).

para outro regime de historicidade que, conforme apresentamos, invalida a separação entre experiências e expectativas, pois elas passam a se constituir simultaneamente e assim alargam o passado, ao impedir um corte entre o que foi e o que é, entre aquilo que se passou e algo que está acontecendo.

A expansão do passado e a dificuldade em colocá-lo como distintivo do presente torna o segundo a norma, isto é, o próprio regime de historicidade que, segundo Hartog, deve ser considerado como presentista. Sua tese sobre o presentismo na cultura contemporânea não é particular ao historiador, mas perpassa por vários expoentes do próprio *linguist turn*, assim como por seus intérpretes, que dão crédito ao fim das filosofias da história e perspectivas de futuro *na e da* história.³⁶

Vale ressaltar que a hipertrofia do presente deve ser analisada com cuidado na medida em que pode essencializar e enviesar a análise historiográfica, bem como qualquer pesquisa sobre o passado a partir de um regime de historicidade presentista³⁷. Em outras palavras, ser uma ferramenta heurística não significa que ela vai adquirir uma funcionalidade pragmática, pois pode recair em equívocos quanto à forma da escrita. Aprendemos com White que forma exprime conteúdo (1992).

Há autores que, partindo do mote de Hartog sobre as ordens de historicidade, avançam nesse viés para pensar uma atualização na nossa área de conhecimento. Autores que se debruçam sobre a ideia de um regime de historicidade na contemporaneidade entendem que vivemos um regime presentista, portanto devemos nos ater a uma historiografia que considere o presente como muito próximo do passado, ou mesmo difuso nele.

A filósofa María Inés Mudrovic (2013) debruça-se sobre a teoria do trauma na história³⁸ e nos mostra que o testemunho, como fonte histórica, empreende uma nova

³⁶ Vide algumas sugestões de leitura: JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Ática, 2ª Edição. 2007. HARVEY, David. *Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da mudança cultural*. São Paulo. Edições Loyola, 14ª edição, 2005. LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

³⁷ Além disso, essa tese sobre o presentismo é discutida por vários autores e, ao contrário do que possa dar a crer, o conceito não é cunhado por Hartog. Cito como sugestão para acalorar o debate: LORENZ, Chris. *Out of Time? Some Critical Reflections on François Hartog's Presentism*. In: Marek Tamm & Laurent Olivier (eds.), *Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism*, London: Bloomsbury Academic, 2019, p. 23-43.

³⁸ Sobre a relação entre trauma e tempo histórico, conferir: LACAPRA, D. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005. ROUSSO, H. *The haunting past: history, memory and justice in contemporary France*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. TOZZI, V. *The epistemic and moral role of testimony*. *History and Theory*, n.51, p.1-17, 2012. WIEVIORKA, A. *L'ère du témoin*. Paris: Hachette, 1998. HIRSCH, M. e SPITZER, L. *The witness in the archive: Holocaust*

epistemologia para a historiografia ao funcionar como acesso direto a um passado que ainda não passou, ou ao “passado que não quer passar”, na formulação de Ernst Nolte (1986). Sobre a dificuldade e o fascínio com o presente, somado a expertise no método para olhar para obras culturais e fenômenos do “passado”, Mudrovic nos diz:

Este fenómeno de la fascinacion con el pasado reciente, que emerge más allá del espacio académico, enfrentó al historiador con los límites de la responsabilidad de una disciplina que había permanecido aislada de los debates públicos por casi más de medio siglo. [...] el historiador pierde, también, la posición “privilegiada” que le daba la distancia temporal (MUDROVIC, 2013, p. 82).

O filósofo Chris Lorenz também traz interessantes considerações sobre o tempo que não passa – que pode também ser considerado como o tempo que ainda ressoa no presente, conforme a tese neo-historicista de Greenblatt –, chamado por ele de “hot history”. Pensar um passado “quente” consiste em se desfazer dos parâmetros historicistas clássicos, pois se ele ainda “queima” significa que não é irrevogável. O autor destoa, assim, da concepção de um tempo linear. Nas palavras de Lorenz:

A concepção de tempo não linear permite-nos pensar uma simultaneidade temporal e a coexistência de passado, presente e futuro, porque isso não pressupõe que as três dimensões são separadas e fechadas uma na outra – como o tempo linear faz – mas ao contrário considera-os como uma interpenetração mútua, significa que o passado pode viver no presente assim como o futuro pode estar presente no presente. Tempo não linear permite uma pluralização de tempos e concepções de presente, passado e futuro como categorias puramente relacionais e multidimensionais [...] (LORENZ, 2014, p. 46, tradução minha).

Essa pretensa sincronia entre passado, presente e futuro subtrai os rigores metodológicos modernos e historicistas das nossas narrativas. Uma das questões que emergem é a ideia de uma distância temporal como garantia de cientificidade à narrativa

Studies/Memory Studies. In: RADSTONE, S e SCHWARZ, B. (eds.). *Memory: histories, theories, debates*. New York: Fordham University Press, 2010.

³⁹ Trecho original: “The non-linear time conception allows us to think of a temporal simultaneity and coexistence of past, present and future, because it does not presuppose that the three dimensions of time are separated and “closed off” from one another – as linear time does– but instead regards them as mutually interpenetrating, meaning that the past can live on in the present just as the future can be present in the present. Non-linear time allows for a pluralisation of time and to conceive of the present, past and future as multidimensional and purely relational categories [...]”

historiográfica, com o próprio enquadramento dado pelo historiador à temporalidade circunscrita ao seu objeto de pesquisa. Dois pensadores que se ocupam desse tema são Mark Bevir (2014) e Berber Bevernage (2015), os quais elaboram interessantes explicações sobre tais premissas e desdobramentos ao considerarmos a noção de distância histórica.

Uma das questões que nos chama a atenção ao pensar o assunto é a ideia de Bevernage sobre o maniqueísmo temporal implícito na operação historiográfica, que nos coloca como distintos do passado, uma vez que estaríamos situados no presente. Nossa atualidade e distância em relação a ele, uma espécie de arbitrariedade disruptiva, ainda que carregue traços ou conviva com problemas da experiência de outrora, constituiria nossa qualidade de “privilegiados” por não ter vivenciado esse passado objetivamente. Admitimos nossa subjetividade diante daquilo que pesquisamos, mas ela não extingue nossa autoridade diante dessa perspectiva maniqueísta ancorada na possibilidade de distanciamento moral perante o que se passou e que, ao nos isentar do ponto vista científico, nos autoriza, entretanto, a julgá-lo “melhor” ou “pior”.

Bevir, por sua vez, relata as diferenças entre historiadores historicistas, modernos e pós-modernos no que tange ao que ele denomina de distância histórica, para demonstrar em que medida a corrente pós-fundacionista consegue *eliminar* a separação entre fatos e narrativas, assim como entre passado e presente, pois o que denominamos por passado é aquilo que eventualmente aconteceu nos moldes como entendemos ser o presente. Essa perspectiva filosófica avança ao pensarmos a ideia de espaço temporal. Como nos dizeres do autor, nosso temor e dificuldade não é mais chegar do presente ao passado, é apenas descrever o que acreditamos sobre o passado e, às vezes, pelo menos, transmitir nossas crenças sobre o passado aos outros utilizando conceitos que são compreensivelmente familiares (p. 22, 2015).

A radicalidade das considerações de Bevernage e do projeto pós-fundacionista defendido por Bevir aprofunda nossa reflexão, pois visa eliminar a legitimidade científica como critério para tornar o discurso historiográfico respeitável e importante, assim como desenvolve uma reflexão sobre as questões éticas imbuídas na relevância atribuída ao ofício do historiador perante a disciplinarização da narrativa sobre o tempo. Isso significa eliminar as fronteiras entre passado, presente e futuro?

Reelaborar os métodos de circulação do conhecimento histórico pode ser um caminho mais salutar para uma melhor identificação da história com o público fora da academia, uma vez que resgata a sensibilidade artística e filosófica da escrita. Quanto às

marcas de periodização da história, elas mais valem aos historiadores que ao público em si, que produz e atua socialmente.

Em linhas gerais, questionar nossas próprias crenças em torno de um determinado campo de pesquisa pode contribuir para reordená-lo ao estabelecer uma outra epistemologia e uma consequente permanência ou desaparecimento. Desenvolver e legitimar uma memória disciplinar ou utilizá-la como força para uma autogestão do que há em nós e na sociedade de Apolíneo e Dionísio?

2.2- Desenhando as práticas do novo historicismo

O projeto de outra modalidade de historicismo traz em seu interior a defesa de um programa não delineado *a priori*. As ideias do grupo que fez parte do novo historicismo (falaremos em breve sobre ele) foram adquirindo força ao longo do tempo, de modo que sofreram reações no âmbito das humanidades⁴⁰, o que impulsionou uma das principais publicações sobre o assunto, o livro *A prática do novo historicismo* (2000). Mais do que dialogar com a historiografia profissional oitocentista, o livro traz uma série de ensaios que visam ilustrar as práticas novo historicistas e nos ajudam a entender seu processo de constituição.

Pistas sobre as particularidades, as propostas, os alcances teóricos e metodológicos do novo historicismo, os textos de Catharine Gallagher e Greenblatt permitem rastrear se ele pode ser (ou ainda é) identificado como um movimento que abarca e impacta as humanidades. Sendo assim, vamos apresentar pontos que chamam a atenção para tensioná-los à luz das indagações que fundamentam a própria constituição de um novo historicismo e a relevância dele para a história da historiografia ocidental. As inferências a seguir configuram o modo de pensar as representações artísticas do programa, ainda que seja rejeitada a ideia de ter uma agenda de trabalho ou qualquer enquadramento em termos metodológicos. Trataremos de cinco aspectos que fecundam uma percepção sobre o que significam as práticas: a) história como possibilidade; b) singularidade; c) o não método; d) anedota e contra-história; e) circulação.

a) História como possibilidade

⁴⁰ Utilizo o termo Humanidades para me referir especialmente à História profissional, à Filosofia, à Linguística, à Teoria Literária. Mas é sabido que a discussão sobre o novo historicismo encontrou respaldo maior nas duas últimas.

Em contraposição aos parâmetros de história como narração e ao maniqueísmo entre texto e contexto, o novo historicismo visa entender a história como um campo de possibilidades. Isso tem relação direta com o olhar lançado sobre o objeto artístico ao ser investigado. Nas palavras de Greenblatt e Gallagher:

[...] as posições relativas do texto e do contexto muitas vezes se alternam, de sorte que o que foi simples pano de fundo passa a exigir a atenção antes devida apenas à obra de arte destacada e privilegiada; no entanto, queremos saber a razão do destaque. [...] nossa tarefa se voltou sempre para a resistência e a reprodução, a fricção e a assimilação, a subversão e a ortodoxia (2005, p. 27).

Apesar de prefigurar uma defesa do que está consolidado nas imposições dos destaques e na supressão de ideias, conceitos e desejos, é a investigação sobre a rede de conflitos que se estabelece em torno dos textos (sejam objetos artísticos ou teóricos) que interessa ao novo historicismo. A história como possibilidade de visualizar experiências estéticas que aglutinam tensões, mesmo em torno dos cânones, permite buscar o que está negligenciado e entender a arte como campo aberto na história, uma vez que ela não serve aos enquadramentos do contexto, mas sobretudo dá pistas daquilo que na obra de arte se vê e é experimentado historicamente.

Há uma rejeição clara, nesse sentido, das representações postas e enquadradas, entendendo-as como representações enfraquecidas e lutas de poder. Isso revela uma forma de pensar metodologicamente a arte, mas também os resultados das operações historiográficas fatalistas e teleológicas, principalmente aquelas que se autoconsagram abertas às correntes pós-estruturalistas, mas com resultados literários que contradizem suas propostas. Texto e contexto são tensionados de forma independente e voltados para os ditos e não ditos.

A história, os eventos e as formas culturais, de acordo com as premissas novo historicistas, são mais que produtos da ação e interpretação de pesquisadores, críticos de arte ou agentes racionalmente autorizados a estabelecer pontos de vista. Essas histórias, o acontecido e as linguagens culturais são interpretações variáveis e disputadas ao longo do tempo, uma vez que estão sob o escrutínio de transformações e questionamentos. Dessa forma, retira-se a prioridade da cultura sobre o objeto a ser interpretado e torna-se possível interpretá-lo à luz das questões de temporalidades e valores sincrônicos e diacrônicos.

b) Singularidade

A singularidade, muito atraente aos olhares dos historiadores, é debatida pelo novo historicismo na medida em que, segundo os pressupostos convencionais da história profissional oitocentista, é estimulada e tensionada de acordo com a sua intensidade e relevância. Da mesma forma, ela é o tema e a motivação da escrita historiográfica. Porém, o singular e o que está oculto devem ser conjuntamente motivados nas premissas novo historicistas, pois ler *com* e ler *contra* as individualidades diacrônicas viabiliza tematizar as crises entre as crenças e as representações.

O foco na particularidade, no escandaloso, nos silêncios, na inadequação, na subversão ou na deferência à cultura tem como objetivo encontrar no passado corpos e performances com traços da experiência concreta e manejá-los de modo a trazer à baila o real e o transcendente, sem que um se sobreponha ao outro, visto que a experiência é entendida pelos novo historicistas como dramática e ficcional no cotidiano dos viventes e dos diálogos que a literatura e outras linguagens nos legaram.

A marginalidade, a inadequação e a indisciplina se apresentam como um cuidado, mas não somente elas são traços de singularidade, pois, quando teorizadas *a priori*, podem entender os sujeitos como pseudopolíticos, caso as lutas e criações do cotidiano sejam negligenciadas. Ao apontar as singularidades, podem os historiadores e críticos de arte ampliar o horizonte interpretativo ao perceber múltiplas formas de resistência a fim de evitar juízos que enquadram e disciplinam práticas e sujeitos. Em outras palavras, o novo historicismo reivindica uma abordagem estética da individualidade. Para clarear essa proposta, é interessante o relato de Gallagher e Greenblatt sobre o projeto filosófico de Michel Foucault:

[...] Ele parecia estar constantemente advertindo a si mesmo contra qualquer separação complacente entre seu desejo de escutar a voz do outro e seu desejo de poder disciplinar e institucional. Os próprios documentos que preservaram as vozes enganadoras eram, afinal, produtos da ambição disciplinar (2005, p. 83).

Ainda que as intenções sejam éticas e políticas na história da historiografia, as leituras de mundo e a teoria predeterminada revelam uma tentação em disciplinar e

estabelecer juízos de valor que invalidam as resistências múltiplas e difusas⁴¹. O novo historicismo deseja realizar um salto na visão da própria obra foucaultiana e em sua análise sobre as relações de poder, o que consiste em visualizar como circulam a obra de arte e as críticas endógenas no campo historiográfico, de modo a privilegiar essas mesmas relações e não somente os aparatos disciplinares e marcadores de autoridade muito comuns na história profissional.

c) Não método ou método fluido

Assumindo-se como um movimento, os novos historicistas fizeram um balanço dos impactos de suas práticas na história da literatura. O primeiro deles consistiu em apresentar outras formas de discutir a relação entre arte e representação, o que é instigante do ponto de vista da história da historiografia, visto que as anedotas, o implícito e o explícito aparecem como complementares na narrativa e na perspicácia em relação à temporalidade, já que passado e presente se interpenetram mas são facilmente identificáveis nas operações analíticas influenciadas pela temporalização à que estamos submetidos.

Outra ousadia do novo historicismo apontada pelos seus célebres expoentes foi ampliar as interpretações da história do corpo humano e do sujeito em detrimento das perspectivas materialistas sobre a história, ainda que estas sejam consideradas com diferenças sensíveis. Ademais, um aspecto levantado por Greenblatt e Gallagher é a estima por extrair contextos e discursos inesperados das obras literárias ao tentar encontrar suplementos ou figurações menosprezadas e não evidentes nos temas, o que pode resultar em um exercício de pesquisa que privilegie estruturas e discursos silenciados nos rastros a serem inquiridos. Dessa forma, o texto pode acenar como algo que jaz para além da palavra escrita, fora de seu modo textual de ser (2005, p. 34).

Por fim, e não menos relevante, há a defesa de uma ideologia crítica por meio da análise do discurso. Inserir esse campo de investigação torna bastante curioso e dialeticamente inquietante a prática do novo historicismo, uma que vez a AD (análise do discurso) é uma metodologia, embora o movimento invoque para si um não método.

Em termos metodológicos, o novo historicismo foge a uma metodologia específica, o que não configura a inexistência de sugestões de caminhos para a

⁴¹ Com o objetivo de maior aprofundamento dessa percepção de Foucault em relação ao seu lugar como intelectual e a seu projeto filosófico, recomendo a leitura de *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

investigação. Os princípios operacionais partem de uma transversalidade, pois são consideradas as ambiguidades nas distinções entre evento e representação, de forma que, no nosso entendimento, o movimento busca operar uma interseccionalidade entre ambos, a fim de compreender as formas culturais e escritas *na* e *da* história.

Os escritos sobre metodologias aparecem difusos e contextualizados de acordo com a obra a ser pesquisada, sem que se percam de vista as fronteiras e as interseccionalidades. Para melhor compreender essa questão, é importante refletir sobre alguns pontos e argumentos novo historicistas.

A inspiração dos estudos feministas é apontada como modelo ao ter produzido outros enfoques investigativos e estéticos, ao mesmo tempo em que produziu uma politização dos discursos acadêmicos. Essa postura demonstra que não há uma tentativa de ocultar as influências internas e externas dos intelectuais envolvidos. Em termos metodológicos, ainda assim, não consagram premissas investigativas facilmente determináveis.

Com o objetivo de identificar os traços mais significativos de uma cultura em suas ortodoxias e transgressões, mutáveis e imutáveis como objetos de investigações, Greenblatt traz à tona dois debates que acreditamos ser significativos da tentativa dos novo historicistas de não se moldarem a um método: o papel da anedota e a importância da cultura para entender a economia moral.

Clifford Geertz, antropólogo norte-americano, é inspirador para as teses novo historicistas. O clássico “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura” (1989)⁴² é uma referência ao apresentar a anedota do “bilhete na garrafa”, que exprime o jogo de interesses entre franceses, judeus e os grupos berberes em disputa por carneiros e territórios, o que imprime significados maiores aos textos e comportamentos. Essa anedota revela uma posição metodológica que visa refutar as abstrações imaginativas, assim como resgata o efeito empírico e faz com que o leitor apreenda por meio da curiosidade e das sutilezas, as quais são tratadas como necessárias à interpretação. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados: “[...] essa é a vida do etnógrafo, além de perseguir pessoas sutis com questões obtusas” (1989, p. 38-39).

⁴² Esse texto faz parte da obra *A Interpretação das culturas*. Recomendo a leitura, uma vez que ela desconstrói os pontos de vista simplistas sobre a descrição densa e revela a complexidade da etnografia e do uso comedido de ideias preconcebidas sobre análises estruturais e antropológicas.

Tal atitude desvela um mecanismo teórico-metodológico, ainda que os novos historicistas neguem essa possibilidade, pois há uma insistência na relação entre texto e realidade e um programa que objetiva evitar a postura que sacraliza tudo no texto.

É relevante indagar também sobre a materialidade das construções do diário de Geertz, como o gênero, a retórica, as impressões sobre o real e o ficcional e os distanciamentos entre o texto em si e o que ele almeja explicar. No entanto, o pesquisador acredita que há uma substituição do texto filosófico pelo empírico (antropológico). Esse último garantiria maior aprofundamento à experiência social. Além disso, a confissão do antropólogo sobre a dramatização narrativa, que mais explica do que observa, é destacada na medida em que o debate sobre a complexidade é ampliado pela anedota. Gallagher e Greenblatt nos perguntam:

Estarão essas complexidades realmente inscritas nos fragmentos textuais ou elas os afetam de fora, no curso da interpretação? Parte da força do argumento de Geertz foi sua habilidade em sugerir que os significados culturais plurívocos, pelos quais era fascinado, estão presentes nos próprios fragmentos, [...] Esses atos não são inteiramente suplementares – eles ajudam a criar, tanto quanto a deslocar, o efeito de compressão –, mas a intrincada rede de significados mapeada numa descrição compacta efetiva tem de remontar à anedota inicialmente selecionada para escrutínio (2005, p. 37).

Em outras palavras, é a anedota que elucida o efeito de compressão, isto é, a passagem de um pequeno texto, aparentemente simples, para uma complexa rede de significados ocorre com o uso da anedota, ao passo que ela permite explorar a experiência social e produzir empatia no leitor de modo a fazê-lo compreender e experimentar o texto e “tocar” o real. A compactação, como um efeito de realidade na atmosfera narrativa, acontece com seus acessórios e objetos implícitos.

Portanto, o encantamento novo historicista por Geertz se deu menos pelo seu método e mais pela capacidade de desenvolver um realismo etnográfico ao narrar as vivências e torná-las objeto de interpelação a partir de um texto tão ficcional quanto a própria anedota.

Outro intelectual mobilizado na reflexão sobre a ferramenta anedótica é o filólogo alemão Erich Auerbach, tendo-se como referência o clássico *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental* (1946). A estrutura narrativa do livro apresenta uma consciência de seu tempo e, ironicamente, cada capítulo está isolado em si mesmo. O autor emprega uma metodologia de escrita que conecta de forma

intertextual vários textos sem estabelecer uma sequência e uma totalidade sobre diferentes temas, como escritos bíblicos, clássicos como *Odisseia*, *Dom Quixote*, entre outros.

Os escritos de Auerbach impactam o novo historicismo devido à sua narrativa fragmentada, que conseguia exprimir o espírito da época, denominado pelos novo historicistas como *realismo periférico* (grifo meu), que organiza um clima histórico, moral, físico e social que, integrado em pequenos textos, figura narrativas e representação. Destarte, há um sentido de periodização explorado a partir de minudências que se contrapõe à história como narração totalizante.

Ainda assim, a definição de Auerbach para a representação, entendida por nós como histórica, é uma imitação da vida, isto é, o texto traz à tona a experiência vivida. Parece-nos ingênuo, mas o foco do autor é, por intermédio dos fragmentos de que se ocupa, representar a realidade em detrimento de preocupações com o conteúdo e a forma. Por que importa ao novo historicismo uma perspectiva, para alguns, ultrapassada dos textos literários?

Responder a esse questionamento leva-nos a inferir o modo de operar o cânone nos parâmetros historicistas. Como já ressaltamos, o novo historicismo busca elementos desconsiderados, colocados como secundários, o que não significa uma abordagem que desconsidere obras e autores canônicos, mas, sobretudo, a repetição das convenções ligadas ao trato da canonicidade. Interessa mais transgredir a forma convencional de retratá-los do que menosprezar sua genialidade.

A marginalidade refere-se à anedota contida nos textos clássicos e às suas leituras, pois ela funciona como zona de contato entre o encantamento com o cânone, a experiência retratada na obra de arte e as vivências do receptor/leitor.

Há uma discussão sobre os regimes de historicidade modernos que solapam a possibilidade de tocar o real, o que demonstra uma questão prática sobre cânone e uso das anedotas. Além de elas funcionarem como efeitos que desenham interrupções nas narrativas, ao mesmo tempo em que são descontínuas, permitem a abertura do texto de maneira imprevisível e particular, gerando reflexões para além do próprio conteúdo.

A singularidade tão específica da escrita da história operaria através do lapso anedótico, permitindo problematizar os vários textos implícitos e explícitos. A anedota opera como representação, pois envolve forma e conteúdo, historicidade e circulação. Um exemplo prático é que ela pode criar contextos variados e produzir outros, estimulando outras narrativas e substituindo a contextualização comum às narrativas

historiográficas.

Nesse sentido, a anedota produz uma indisciplina, uma imprevisibilidade metodológica e interpretativa, operando um impulso ao novo historicismo chamado contra-história. Ao contrário do velho historicismo, ela não sintetiza verdades de época e pode até solapar a divisão clássica entre textos históricos e literários. As fronteiras deveriam ser evitadas e usadas para esmiuçar o texto contra os textos explicativos, valorizando os aspectos incidentais, suprimidos e derrotados na tessitura das formas escritas.

A ênfase no mecanismo anedótico figura como metódica (e metodológica), mas ainda assim não o é, pois apresenta um propósito camuflado de busca por uma estrutura narrativa capaz de estabelecer conexões do texto com o leitor, e do leitor com uma dada temporalidade e sociedade, assim como do texto com o próprio texto que foi inquirido. Dito de outro modo, a anedota funciona como gatilho de presença do real, do tempo, das narrativas sobre o tempo e sobre a cultura, ampliando a gama de construções imaginativas passíveis de interpretação.

A contra-história se vale da anedota e desenvolve explanações heterogêneas. Ironicamente, é contemporânea da profissionalização da história. Os próprios *grands récits* (grifo do autor) do século 19 começaram como contra-histórias, e Funkentein assevera que a história como disciplina finca suas raízes na rebelião contra as histórias oficiais (2005, p. 63).

De acordo com o novo historicismo, a contra-história faz oposição às narrativas que dominam as exposições historiográficas em seu método, e, caso obtenha sucesso, deixa de ser contra e se torna história. Esse ponto é interessante porque os parâmetros pós-estruturalistas, antinarrativistas, contrafactuais, ou as “meta-histórias céticas” de Certeau e White, são designadas como contra-históricas positivamente, uma vez que exprimem quebra com as linearidades, foco na multiplicidade e possibilidades abertas ao conhecimento histórico.

Obviamente, o novo historicismo se coloca como versão às críticas perpetradas pelos temas do pós-*linguist turn* (grifo meu). A anedota adquire centralidade na medida em que o movimento legou os anseios contra-históricos para a literatura histórica e tornou possível ceticismo e desejo de contato com a experiência como narrativamente conciliáveis, dando à história possibilidades alargadas de interpretação. Para explicitar esse alcance da contra-história e sua possibilidade por meio das anedotas, os

novo historicistas apontam o legado dos britânicos E. P. Thompson e Raymond Williams, e também do francês Michel Foucault.

d) Anekdota e contra-história

A contra-história inglesa ou contra-história de baixo, de acordo com Gallagher e Greenblatt, foi possível pela influência da poesia de William Blake, que permitiu alçar voos no imaginário social da época examinada por Thompson, o que desvela uma postura menos ortodoxa em relação às categorias marxistas clássicas. Do ponto de vista teórico-metológico, a tessitura histórica thompsoniana abriu espaço para as dissonâncias e se despreendeu das categorias de objetividade caras aos historiadores influenciados pelo historicismo clássico. Sobre esse historiador, falam-nos os novo historicistas:

[...] ele estava sempre pronto para ver a si mesmo não só como o paladino de vozes históricas antes ignoradas mas também como alguém que fala exatamente como elas, empenhando-se em ser ouvido contra o coro dos historiadores do *establishment*. Sua função como harpa eólica da consciência de classe não o privou de sua própria voz nem do drama de seu próprio conflito (2005, p. 69).

Se, de acordo com os novos historicistas, Thompson esteve na contracorrente dos colegas e deslegitimou as pretensões de objetividade histórica herdadas das filosofias da história oitocentistas, o pensamento thompsoniano fez parte de uma das correntes mais amplas de pensamento e revisão das leituras marxistas, a chamada *New Left*⁴³. A Nova Esquerda britânica se configurou a partir da constituição dos Estudos Culturais ao partilhar o mesmo incômodo gerado na esquerda norte-americana pelos rumos tomados pelo comunismo russo no período de 1925 a meados da década 1950, a saber, o *boom* econômico do pós-guerra e a adesão de jovens marxistas com aspirações mais libertárias. A área de atuação mais duradoura da *New Left* foi a esfera da cultura (CEVASCO, 2008, p. 87).

Participaram desse processo de revisão intelectual historiadores, críticos literários e nomes sem um enquadramento intelectual definido, a exemplo de E. P. Thompson, Raymond Williams, Stuart Hall, entre outros. A prerrogativa fundamental dos Estudos Culturais era pensar a cultura como componente dos modos de vida, não os

⁴³ A saber, a emergência da chamada *New Left* representou um movimento político unificado no sentido de repensar as mudanças globais e a própria esquerda, todavia contou com diferentes campos de ação e de construção teórico-metodológica. Sua consolidação se deu com a famosa revista *New Left Review*, que desde 1960 possui publicações ativas e é conhecida em todo o Ocidente. Para conhecimento, verifique em <https://newleftreview.org/>

apartando entre si, o que significou um rompimento com o esquema interpretativo marxista ortodoxo: a infra e a superestrutura⁴⁴.

E. P. Thompson ilustra bem esse paradigma inter-relacional ao combater o princípio binário que situa a denominada infra e a superestrutura como polos eminentemente opostos. A estratégia do historiador foi traçar o caminho do que ele pensou ser uma legítima *history from below*, representada pelos estudos sobre a classe trabalhadora inglesa no século XVIII – a partir do texto “Patrícios e Plebeus”⁴⁵, publicado no Brasil em 1998 –, o que permitiu mobilizar teoria e metodologia nos diferentes discursos e formas das classes sociais ao movimentá-las dialeticamente⁴⁶.

Partindo da noção “história vista de baixo”, Thompson demonstra que, com frequência, somos levados a pensar sob a égide de categorias hierarquizantes no tocante ao modelo de explicação das vicissitudes das classes populares, oprimidas pelo funcionamento de uma lógica capitalista que exclui e elabora condutas e códigos, muitas vezes inacessíveis às camadas subalternas. Estas são visualizadas pela intelectualidade como sujeitos demasiadamente vitimados e impossibilitados de resistir à opressão.

O olhar, sob uma perspectiva hierárquica, apreende os agentes situados “abaixo” como meros reprodutores da lógica dominada pelos agentes localizados acima. Nesse retrato, a classe mais pobre seria objeto de manutenção do poder pertencente às ricas, não sendo, assim, capaz de criar formas de resistência ou mecanismos responsáveis por contrariar as aspirações de seus algozes. Esse viés dicotômico foi combatido pelo conceito extraído da obra de Gramsci, em que a ideia de hegemonia expressa um universo de lutas ideológicas por representatividade de direitos entre as variadas classes sociais.

Ancorado pela noção de hegemonia, Thompson examina a relação entre

⁴⁴ Outro autor que também colaborou na quebra dessa visão foi Mikhail Bakhtin, ao discutir o conceito de circularidade cultural, o qual apreende uma suspensão nas categorias dicotômicas de cultura erudita e popular, pois, segundo o linguista, ambos se misturam simultaneamente. Ver: BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

⁴⁵ THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁶ Outro texto seminal para a historiografia sobre esse tema é: THOMPSON, Edward P. A história vista de baixo, e Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Em ambos os escritos, Thompson discute o preconceito de certos historiadores e o uso de suas narrativas para colocar a classe operária em um processo de exclusão que, aparentemente, transcorreria em uma via de mão única, sem maiores resistências e meandros de negociação entre aqueles colocados abaixo pelo sistema capitalista após a Revolução Industrial.

patrícios e plebeus enfatizando as formas de resistência dos segundos sobre os primeiros e, dessa forma, impacta as ciências humanas da época ao mobilizar campos opostos (infra e superestrutura) relacionados entre si. Esse entendimento está ligado à perspectiva dialética na qual as polarizações mesclam-se nos comportamentos dos sujeitos. A contradição é verificada nas práticas da classe dominante e dominada em movimentos de troca, resistência e conformismo que, evidenciados de maneira concomitante, revelam-se nas relações sociais.

Percebe-se que as práticas culturais se fazem valer nas trocas entre dominantes e dominados, pois a hegemonia cultural – valores e práticas cotidianas em um determinado tempo e espaço – não confere de forma automática uma hegemonia estrutural. O sentido da percepção cultural passa a ser a chave para compreender as transformações históricas porque oferece uma leitura das mudanças nas estruturas mentais e concretas. De acordo com Raymond Williams:

[...] A evolução da palavra *cultura* dá testemunho de numerosas reações, importantes e continuadas, a essas alterações de vida social, econômica e política e pode ser encarada, em si mesma, como um especial tipo de roteiro, que permite explorar a natureza dessas mesmas alterações (WILLIAMS, 1969, p. 18).

Os textos de Williams, assim como os de Thompson, realizam uma reviravolta nas posições intelectuais acerca da cultura. O autor combate as noções carregadas de idealismo – as quais, muitas vezes, fazem com que um componente social tão importante como a cultura, pensada como modo de expressão da vida, seja usado para reforçar a dominação – para situá-las nos *lócus* da vida social como um todo.

A perspectiva desse autor é revolucionária na medida em que desloca o espectro da potencialidade do universo cultural, que passa a abarcar, em sentido amplo, um mecanismo de transformação social mais eficaz: “Longe de desprezar o que comumente se designa como as grandes obras da Cultura, é preciso se apropriar dessa herança comum retida nas mãos de poucos, por meio da abertura do acesso aos meios de produção” (CEVASCO, 2003, p. 23). Raymond Williams propõe um modelo de cultura em comum que reconheça particularidades e faça realçar o caráter igualitário de direitos a serem usufruídos por todos.

Os trabalhos de Thompson e Williams demonstram que, se, nos Estados Unidos, os jovens de esquerda voltaram-se mais para as discussões acadêmicas, os intelectuais ingleses atuaram no campo teórico e antropológico.

Em suma, o pensamento marxista encontrava-se em fase revisionista, sem perder de vista o compromisso com a ruptura das formas de dominação econômica, as quais, de acordo com a *New Left*, se confundiam com as formatações culturais.

Essa historicidade das posições de Thompson e Williams nos parece relevante, embora o novo historicismo estivesse mais interessado nos alcances e nos “avanços” dos textos de ambos os autores. Serem convertidos à noção de *contra-historiadores* (grifo meu) seria um resultado menos político do que metodológico. A economia moral das massas (1971) de Thompson apresenta um salto qualitativo nas discussões sobre a história das classes subalternizadas, ao demonstrar as sublevações populares em decorrência da fome durante a última década dos Setecentos. Apesar do elogio novo historicista à sensibilidade cultural do autor, há outros fatores igualmente importantes.

A fome, por sua vez, é uma explicação necessária, mas não suficiente para tumultos (2005, p. 142). Um tubérculo, matéria concreta e ideia foram debatidos por intelectuais do período supracitado, a ponto de exprimirem que a representação novo historicista ultrapassa a perspectiva de simbólico e concreto, uma vez que, além de alimento, a batata desvela significados que ultrapassam a tendência materialista que a entende como resolução do problema da fome.

O debate sobre a nutrição tornou dicotômicas duas culturas agrícolas, o trigo e a batata. O primeiro, como base da alimentação da classe trabalhadora e reconhecido pelas etapas de produção que cunhavam redes de cooperação, solidariedade, partilha e união entre todas as classes; o tubérculo, por sua vez, pela quebra dos regramentos católicos e de classe, pois marginalizava os estratos sociais mais pobres de seus rituais de plantio e de reconhecimento da igualdade entre humanos durante a Eucaristia. A batata é abundante, dada a facilidade no seu cultivo, mas o trigo simboliza práticas culturais e permite simular igualdade social.

De acordo com o ponto de vista do novo historicista, o debate sobre a batata é o enigma ausente na trama thompsoniana. O papel da batata na economia e na história do corpo nos idos dos séculos XVIII e XIX é tema das incursões novo historicistas e sublima o papel da representação na análise histórica e contra-histórica. Afinal, E. P. Thompson é contra-histórico? Nos dizeres de Gallagher:

[...] A resistência de Thompson à batata é sintomática da ânsia do materialismo cultural por uma economia moral de explicação que postule a racionalidade da ação popular e sua conformidade a uma norma humana implícita. O delicado equilíbrio entre variedade, cultura e humanidade normativa, na análise de Thompson, depende de um substrato físico invariável, que a batata ameaça contaminar (2005, p. 144).

Inobservância e carência de ponderação a respeito da racionalidade moderna são identificadas no pensamento marxiano, marxista ou materialista culturalista. Apesar das exceções, a mais proeminente pode ter sido a saudosa Escola de Frankfurt, bastante debatida dentre as humanidades em seus pressupostos analíticos e conclusões, reavaliados após a década de 1970. Vale examinar brevemente seus pressupostos para verificar ao menos uma vertente marxista que faça a crítica da razão moderna. É importante e sintomático levar em consideração que foi uma corrente de pensamento anterior aos Estudos Culturais, da qual Thompson e Williams eram adeptos.

A crítica elaborada pelos frankfurtianos reverbera sobre a banalização da ciência e sobre a constituição da chamada indústria cultural como mecanismo de poder. Esse debate mobiliza várias questões e desdobramentos, como a função da arte, o consumismo na ordem (ou desordem) capitalista e os limites éticos da racionalidade moderna.

Na filosofia iluminista, o esclarecimento [*Aufklärung*]⁴⁷ tinha a função de abrir as mentes e os olhos daqueles que haviam se deixado dominar pelos mitos, e que passariam a agir guiados pela razão, a qual encerrava o papel fundamental de emancipar e liberar os homens das catástrofes e da menoridade. Assim, o movimento contraditório entre a racionalidade e a mitologia poderia culminar na síntese positiva e liberalizante.

A ciência era a nova religião, destituindo toda e qualquer sensibilidade não desenhada pela razão – ela era o guia de ação humana. O progresso da humanidade confere, a partir daí, uma lei à história, um aperfeiçoamento contínuo da ciência, da técnica, da moral e da política. No interior de experiências acumuladas e técnicas aperfeiçoadas nasceu a indústria cultural e a crítica à razão iluminista desenvolvida pela Escola de Frankfurt.

Adorno e Horkheimer faziam uma crítica à racionalidade ao mostrar que o

⁴⁷ A noção de *Aufklärung* advém do filósofo Immanuel Kant. Ver em: KANT, I. *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento*. Disponível em: <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf>

esclarecimento não estava cumprindo seu ofício, pelo contrário, impulsionava o movimento dialético de forma negativa, por servir a uma visão de mundo puramente instrumentalista, que levaria a Auschwitz (JAMESON, 1985, p. 35). Esse dilema ético advinha do processo de reificação e instrumentalização da técnica a serviço da produção mercadológica em série.

No livro *A dialética do esclarecimento* (1947), o projeto da razão iluminista aparece como negativo, na medida em que o objetivo dessa racionalidade era emancipar os indivíduos e promover o progresso social; entretanto, ele submeteu homens e mulheres a um tipo de dominação ligada ao desenvolvimento tecnológico. De acordo com Horkheimer, a razão iluminista se revelou controladora e instrumentalizada aos anseios de dominação de uns sobre os outros. Em outras palavras, podemos dizer que esse desejo de dominar teve na ciência a sua base de sustentação ideológica e financeira.

As conquistas científicas passaram a ser usadas não para nos tornarmos mais livres e humanistas, ao contrário, verificou-se um endurecimento das relações humanas e o aniquilamento daqueles que tiveram um desenvolvimento científico e tecnológico mais acentuado. Adorno e Horkheimer criticam diretamente as políticas antissemitas e a “solução final” do III Reich nazista⁴⁸.

Após a instrumentalização, tudo se torna mercadoria, em outras palavras, objeto de consumo. O valor qualitativo é substituído pelo quantitativo. Esse processo é chamado de reificação. O mercado impõe uma estetização da sociedade de consumo, visto que nesta tudo o que se adquire acaba imerso em um sentido estético e abstrato que se encerra em si mesmo. Compra-se mais a ideia atribuída à mercadoria, menos a coisa em si. Essa estética da sociedade de consumo está diretamente ligada ao conceito de indústria cultural, o qual designa que a técnica aplicada às produções artísticas acaba tornando-as meras cópias vulgares a serem vendidas para dar lucro.

Em outras palavras, o sentido da arte como produção de leituras subversivas do mundo e possibilidade utópica de transformação social é substituído pelo interesse em torná-la mercadoria vendável, lucrativa e pueril.

Vivências reificadas só são possíveis numa sociedade com divisão social do trabalho, em que uma de suas características é a eficiência nas etapas de elaboração dos produtos. Dito de outra forma, a ciência e a técnica são aplicadas de forma instrumental

⁴⁸ Ambos os autores buscaram asilo nos Estados Unidos em fuga do estado nazista alemão. Walter Benjamin, que também era um dos expoentes da escola frankfurtiana, não teve a mesma sorte. Morreu fuzilado tentando fugir da polícia fascista, a SS.

para tornar os indivíduos consumidores de produções artísticas que servem à diversão efêmera, à distração com base em conteúdos infantis e pouco sofisticados.

O efeito prático mais nocivo disso é a massificação da arte e da sociedade. Assim, a conseqüente indiferença em relação ao outro, a possibilidade de pensar criticamente comportamentos, ações e ideias vai sendo tolhida em prol da racionalidade dominadora e tecnicista. A massificação da cultura serve a estruturas obscurantistas que dificultam a liberdade de expressão, de culto religioso, a alteridade e a empatia, na medida em que distrai, infantiliza e minimiza a elaboração de afetos que libertam do conservadorismo e da vontade de subjugar aqueles que por algum motivo são considerados “diferentes”.

A massificação da cultura massifica o humano e sua espontaneidade, tornando-o apenas um trabalhador/consumidor ou um funcionário do estado burocrático nazista, como Eichmann⁴⁹. Por que as tradições dos Estudos Culturais, que reverberaram da Oceania às Américas, não conversaram com as elaborações filosóficas dos precursores da Escola de Frankfurt?

Além da obviedade quanto às diferenças entre a língua alemã e a inglesa, a crítica aos dispositivos de poder da técnica moderna e capitalista desenvolve caminhos diferentes na trajetória intelectual dos autores. Williams e Thompson atuaram publicamente, Adorno e Horkheimer se exilaram nos Estados Unidos e atuaram mais no ambiente acadêmico. Em comum, ambas as tradições enfrentaram o dilema dos resultados da burocracia moderna em prol do genocídio em massa, da guerra, do silenciamento, da educação opressora e das práticas autoritárias e fascistas.

⁴⁹ Ver ARENDT, Hannah, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Hannah – Hannah Arendt; tradução José Rubens Siqueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Outra indicação é o filme “Arquitetura da Destruição”. *Ungångens arkitektur* (Original). Peter Cohen, Suécia, 1989. A crítica à racionalidade moderna elaborada pelos frankfurtianos nos ajuda a refletir sobre como nos comportamos como humanos na atualidade. A arte tem produzido possibilidades utópicas? As redes sociais, como componentes mais lucrativas da indústria cultural contemporânea, contribuem para desenvolver nosso senso crítico perante o genocídio cotidiano em curso? Essas questões devem ser respondidas à luz da relevância e da inserção das humanidades no debate público. Isso quer dizer que evitar e barrar a barbárie é nosso dever como cidadãos e educadores. A historiografia brasileira tem desempenhado um importante papel na busca de inserir as discussões sobre nossos traumas e representações históricas. Em especial, as iniciativas da Anpuh – Associação Nacional de História – e da SBTHH – Sociedade Brasileira de Teoria da História e Historiografia –, as quais centralizam e permitem que a história se torne uma forma de conhecimento disputado de maneira mais horizontal e democrática nos ambientes das mídias pertencentes à indústria cultural do milênio em curso.

E qual é o termo ausente nos escritos da fase inicial da escola frankfurtiana? A atenção às diversidades, pois configurou um sistema de pensamento baseado em categorias universais e ocidentalizado. Podemos considerar suas perspectivas com tendência à totalidade e uma abordagem da cultura de massa com contornos e juízos pessimistas. Numa visão novo historicista, há uma tendência metanarrativa em que os sujeitos e as resistências são desconsiderados como agentes produtores de outras realidades possíveis.

O exercício da contra-história nos escritos de Raymond Williams, na visão novo historicista, como em outras leituras, também se encontra numa hibridez disciplinar que articula a hegemonia e o vivido, os quais elaboram estruturas de sentimento representadas pela experiência como algo que está no campo do não representável na linguagem. A “experiência”, em outras palavras, parece definir-se por uma não disponibilidade para a linguagem, já que ela e o vivido se chocam. Por isso não pode ser encontrada nas evidências documentais (2005, p. 76).

Apesar dos esforços de Thompson e Williams, o termo ausente de seus trabalhos foi a crítica ao sujeito e a contrafactualidade. Esse impulso novo historicista se satisfaz por meio dos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault. O fator contra-histórico desse pensador revela-se na sua atenção aos não assimilados aos discursos e aos regimes de verdade estabelecidos no espaço e no tempo.

Remir da história os destemidos e anistiados pelas práticas discursivas é mais que um desejo de trazer à tona aqueles que estão à margem; é, sobretudo, dar relevo às textualidades efêmeras, diminutas em fragmentos; às imagens da vida vivida e às existências infames; às ordens estabelecidas e normatizadas. O elogio historicista ao texto “The life of infamous men”⁵⁰ (1979) gravita em torno do uso anedótico de histórias de sujeitos que escapam à disciplina. Mais do que apresentar essa celebração de quais são as tipologias das fontes foucaultianas, vale colocá-las para conversar. Cita Foucault os seguintes trechos:

Mathurin Mílan, posto no hospital de Charenton no dia 31 de agosto de 1707:
"Sua loucura sempre foi a de se esconder de sua família, de levar uma vida obscura no campo, de ter processos, de emprestar com usura e afundo perdido,

⁵⁰ O texto está contido na obra *Estratégia, poder-saber*: Michel Foucault, organizada por Manoel Barros da Mota, com tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Trabalhamos com a 2ª edição, da Editora Forense Universitária. No entanto, foi publicado em inglês no ano de 1979, no livro *Michel Foucault: power, truth, strategy*. Ele é uma publicação de uma série de conferências proferidas pelo filósofo que recebeu esse título. A editora foi a Feral Publications, Sydney.

de vaguear seu pobre espírito por estradas desconhecidas, e de se acreditar capaz das maiores ocupações."

Jean Antoine Touzard, posto no Chateau de Bicêtre no dia 21 de abril de 1701: "Recoleta apóstata, sedicioso capaz dos maiores crimes, sodomista, ateu, se é que se pode sê-lo; um verdadeiro monstro de abominação que seria menos inconveniente sufocar do que deixar livre."

Para o time de historiadores do século XIX, essas existências seriam facilmente entendidas como fora dos parâmetros da *Bildung*, o que não significa que a história da historiografia fosse tipicamente católica e homofóbica. Não se trata disso, mas de empregar uma atenção às existências marginalizadas e às singularidades desprendidas dos valores de uma época e silenciadas por eles. O caráter político da consciência histórica no historicismo clássico emprega uma universalidade de existência e de corpos; a atenção novo historicista e foucaultiana busca justamente a corporalidade dispersa, indisciplinada e contra-histórica (uso o termo para designar existências alternativas às prerrogativas disciplinares).

As anedotas e os casos analisados por Foucault também são contra-históricos do ponto de vista metodológico, ao apresentarem vivências extraídas de arquivos históricos de elementos e sujeitos que se portaram fora da história. A anedota amarra as estruturas e aquilo que as excede, história e contra-história, num nó de interdependência conflitante (2005, p. 81).

A singularidade, tão específica da escrita da história operária, através do lapso anedótico permite problematizar os vários textos implícitos e explícitos operando como representação, pois envolve forma e conteúdo, historicidade e circulação. Um exemplo prático é que a anedota pode criar contextos variados e produzir outros; ela pode estimular outras narrativas substituindo a contextualização comum às narrativas historiográficas. Nesse sentido, ela produz indisciplinada e imprevisibilidade.

Não basta somente olhar para as subjetividades singularizadas e atentar para os que não são integrantes "oficiais", isso os historicistas clássicos faziam, assim como os Anales também, mas o salto das anedotas e fragmentos tornados protagonistas é visualizar o outro lado das resistências cotidianas e também verificar porque elas eram descartadas das histórias que se diziam profissionais, objetivas e formativas de sujeitos. Mais do que inferir uma história vista de baixo, desenham-se os quadros daqueles que estão completamente alijados de visibilidade.

e) Circulação

No belo texto “A ferida na parede”, Gallagher e Greenblatt relacionam os conceitos de circulação e representação de forma prática. Lembremos que o novo historicismo se opôs a desenvolver um método formal, por entender que se tratava de um sistema fechado e sistematizado, portanto incapaz de perceber nuances borradas, engessando os processos de leitura e escrita das literaturas que permeiam o universo cultural e, claro, histórico.

O desenho da circularidade e da função representacional se dá por meio das ideias de estrutura e narrativa, em que ambas são discutidas a partir de obras pictóricas que reelaboram uma das cenas mais icônicas da arte ocidental: a Última Ceia. Na versão do artista neerlandês Joos van Gent, foi chamada de *Comunhão dos Apóstolos* (1460), assim como diversas outras pinturas que tratam da Eucaristia. É curioso que as análises ultrapassam o viés teórico, ao qual nos atentamos, mas as obras escolhidas pelos autores dessacralizam as concepções cristãs. Os textos dos novos historicistas têm essa característica de buscar encantamentos e de gerar outros.

Na primeira imagem pictórica, a função do retábulo é discutida para introduzir a ideia do chamado formalismo doutrinal, tipo de representação ancorado por elementos estruturais que, no presente caso, têm funcionalidade ideológica ao reforçar a instituição clerical. Nesse sentido, a história sagrada passa a ser uma história doutrinal. Mas há falhas no formalismo e na acepção estruturalista, pois há interesses, disputas e negociações em torno da imagem, o que quer dizer que a narrativa estará presente de alguma forma. Interessam-nos os seguintes dizeres:

As alusões, contudo, oferecem ao observador um convite permanente a recuperar e interpretar as narrativas que não estão representadas diretamente mas se acham meio escondidas no “plano de fundo”, e durante séculos especialistas, historiadores da arte e críticos literários que depararam com formas doutrinárias aceitaram esse convite. Eles reconverteram os elementos da verdade eterna num emaranhado de histórias prováveis; o humilde frasco pode passar a conjurar a ceia recontada no Evangelho; há “toda a possibilidade” (2005, p. 95).

A possibilidade de uma história aberta e a contrapelo é acrescida da perspectiva da ideia de representação, e os autores advertem sobre o engodo em que os historiadores se encontram ao não perceberem a dimensão representativa das fontes de pesquisa com que trabalham:

Confrontados pelo formalismo doutrinal em objetos e textos, os historiadores culturais rastrearam avidamente as alusões, mas raramente refletiram sobre o fato de que a sua própria atividade tanto é estimulada pelas exclusões que estruturam as obras que eles estudam quanto está em tensão com essas exclusões. A prática interpretativa deve, a nosso ver, manter essa relação paradoxal com a obra em mente, reconhecendo a estranha mistura de identificação e agressão, “ler com” e “ler contra”, que motiva a análise histórica (2005, p. 97).

Arriscamo-nos a dizer que os novo historicistas dialogam com Jacob Burckhardt⁵¹ em análise clássica sobre os renascentistas do século XVII. A prática dos historiadores do século XXI deveria ser a da busca do oculto, do esquecido, do esmaecido e dos detalhes daqueles registros que são doutrinários, pois há o inesperado e a forma implícita de capitular os embates. Mais minúcias e menos narrações pautadas em critérios rígidos para trabalhar com as fontes de linguagem artísticas, pois as primeiras ponderam tensões entre representação e significado ao longo do tempo. Devemos, portanto, deixar de lado o modelo de enunciado verdadeiro sempre que estivermos lidando com a linguagem representacional (ANKERSMIT, 2016).

A imagem da Última Ceia de Joos van Gent também dá margem para refletir sobre relações temporais “borradas”, pois o efeito da circulação preconiza o futuro concebido no passado, ao contrário da estrutura narrativa, que reivindica acontecimentos reais e passados. Os painéis principais são substituídos por movimento, de modo que circulem doutrina e lenda respectivamente e, despropositadamente, uma sobre a outra. A repercussão narrativa rompe com os sentidos marcados de tempo, história e verdade. Para entender melhor a questão, creio que seja salutar estabelecer um diálogo entre o holandês Franklin Rudolf Ankersmit e o norte-americano Hayden

⁵¹ Refiro-me aos textos em que esse autor aborda a individualidade renascentista elaborando um claro discurso teleológico sobre o Renascimento como arte e intelectualidade de uma época. A individualidade renascentista, segundo Jacob Burckhardt (2009), “provém de um processo de subjetivação – trabalhado pelo historiador como um tipo ideal – em que o homem é visto como indivíduo ao se reconhecer e ser reconhecido, pois o homem da Renascença almejava um aperfeiçoamento da personalidade a partir da harmonia entre a razão e os sentimentos, inaugurando assim o preceito do homem universal com uma ética a ser seguida, já que ele se fragmenta para ser uno. Todavia, essa fragmentação confere uma espécie de ampliação dos domínios da consciência, ele é, assim, multifacetado. Ao ampliar o seu ser consciente, o humanista se volta para o exterior e é por ele aceito, de acordo com o talento desenvolvido e aperfeiçoado. Isso se dá pela preocupação com o novo. A novidade revela o ponto de vista desses sujeitos sociais no tocante à História, dada a busca por um aperfeiçoamento de seus talentos e a conseqüente glória na sua relação com o outro ao serem reverenciados pelo público, sendo assim celebrados pelas biografias que evocavam não só os dons e feitos desses personagens sociais, mas também seus caracteres psicológicos” (ARANTES, 2014, p. 39). Ver ainda em BURCKHARDT, Jacob Christoph. *A Cultura do Renascimento na Itália*: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

White, cuja obra foi reconhecida internacionalmente quando o autor ainda era vivo.

Escolhemos ambas as tradições, pois suas reflexões complicam e alargam a percepção sobre a forma de pensar a arte e a história nas práticas novo historicistas, e, por meio dessas mesmas práticas, podemos fazer uma discussão séria, profunda e historiográfica sobre o enigma da representação – objeto de pesquisa de qualquer intelectual das humanidades.

Subjazem ainda outros questionamentos igualmente importantes: em que medida a história se diferencia das lendas? Em nossas pesquisas essa distinção é relevante? De que modo essa distinção contribui para a história da historiografia? A representação é todo e qualquer estilhaço do passado? Se for considerada fonte/estígio/evidência, refere-se a uma forma moderna e periodizada de tempo? A ideia clássica (ou apressada) de representação, aquela que considera a distância histórica e cronológica fundamental para erigir uma categoria de passado, configura-se como uma filosofia da história?

No que se refere a esses questionamentos, concordamos com Ankersmit, que defende que a representação é a teoria da escrita da história, e acrescentamos ainda que talvez seja ela o início e o fim dos nossos problemas no que toca à historiografia, pois mobiliza o debate inclusive sobre os falseamentos e negacionismos que circulam no cenário das mídias sociais e no debate público. Ao representar narramos o passado, e, assim, abrimos caminhos para formular um tipo de conhecimento que, mesmo limitado, discorre sobre saber-fazer, poder-conhecer as histórias.

O tema da representação é bastante profundo e impacta diretamente na forma como percebemos a realidade ou o seu toque (no sentido em que Greenblatt e Gallagher nos convidam a pensar). Sua densidade consiste no sentido e no propósito da representação indicados na linguagem usada pelos historiadores como técnica de exposição e efeito explicativo, conforme alertam White e Ankersmit.

Há uma dificuldade entre os historiadores profissionais de estabelecer uma definição e uma prática representativas sem tender a cair numa espécie de realismo do discurso historiográfico, como se isso trouxesse segurança e atendesse às expectativas das verdades históricas descobertas e narradas com vigor e metodologicamente conduzidas. Essa certeza estrutura-se por uma tentativa de distinção oitocentista em que a história se tornou autônoma e se desfez da arte, o que construiu um maniqueísmo binário que opôs história e ficção. White escandaliza os historiadores apaixonados por essa escola ao dizer:

[...] houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências (grifos do autor, WHITE, 1999, p. 98).

Essa confiança na concretude da história e, portanto, nos artefatos do passado, também é polemizada por Ankersmit, que lança mão do debate acerca das fontes representacionais ou dos seus objetos considerados históricos, os quais, entendidos como elementos palpáveis, permitem alcançar o evento pretérito. A implicação direta é restringi-los na escritura historiográfica, pois ela os submete a uma interpretação limitada.

Quando Greenblatt chama a atenção para o movimento que as obras de Shakespeare empreendem na história, entende que a circulação ressignifica a temporalidade ou a falta dela. Seu contexto de composição não é invalidado historicamente ao atender aos anseios e códigos dos espectadores na medida em que realiza metáforas de seu cotidiano – adquirindo ressonância, não pelo cânone shakespeariano, mas sobretudo pelos traços da vida dos espectadores.

O presente de Shakespeare (seu contexto de existência ou ficcionalidade) é alargado pela capacidade de ressonância de sua obra.

Ankersmit não usa o termo circulação, mas considera o maniqueísmo metodológico – aquele que busca nos elementos do suposto passado figurações realistas – como uma limitação do espectro da história que nos remete aos excertos novo historicistas sobre a potencialidade das tessituras literárias e artísticas que circulam como toques de múltiplas temporalidades e práticas culturais. Logo, a representação encerra em si diversas representações e encenações.

Ao se limitar a representação e as diferentes feições adquiridas pelas representações ao longo do tempo, o que assegura a compreensão histórica, de acordo com White, é a “urdidura de enredo”, a qual permite criar códigos passíveis de entendimento através dos estilos clássicos – comédia ou tragédia – escolhidos pelo historiador para dar um tipo de explicação e torná-la inteligível. Em outras palavras, urdir consiste em desenvolver tecnicamente um enredo, assim como o faz um dramaturgo⁵² – é uma intervenção literária.

⁵² A ênfase foucaultiana na disciplina foi discutida por Michel de Certeau a partir do conceito de cotidiano, que contribuiu para alargar a perspectiva meramente dicotômica ao se pensar à luz de

Esse modo de apresentação da história cria códigos para tornar possíveis as ideias sobre uma determinada representação. Ankersmit nos conduz a pensar que esse conceito nos leva a outro, já que falamos sobre o mundo somente de forma indireta, ou seja, por meio de um discurso que está diretamente ligado a ele (p. 213). Isso pode nos instigar a um descrédito em relação à história, todavia é importante assinalar que ambos os autores chamam a atenção para a necessidade de discernir que o problema reside no uso descritivo – com autoridade sobre uma verdade – e no representativo, que marcam as urdiduras de enredo sobre enredos ulteriores.

Assim como tocar o real, discursar sobre o discurso representativo mantém ligação com a realidade e, em consequência, com o próprio passado, a partir das dimensões metafóricas contidas na narrativa que, com o auxílio da imaginação, nos indicam objetos, ideias e sentimentos que aprendemos na cultura. White estabelece a função de mediadora para a narrativa histórica, a qual nos serve para articular as estruturas que forjam o enredo e o acontecimento que essas narrativas visam relatar. Tem-se em mente que as filosofias da história que se encontram nos enredos, embora muitas vezes recalçadas pelos historiadores, podem estar dispostas como feridas abertas no texto filosófico, ou anistiadas, no caso de um relato com parâmetros de distanciamento e disciplinarização.

Mas a representação não se reduz à linguagem. De acordo com Ankersmit e os críticos novo historicistas, esta é anterior àquela, mas ambas são igualmente importantes. Isso revela que as representações operam no nível da consciência, o que

categorias como dominantes e dominados. Nos dizeres do autor, ao olharmos de forma ampliada as relações de força que elaboram formas múltiplas de sobrevivência, por muitas vezes dissonantes daquilo que lhes é imposto, poderemos apreender um desenho político no cotidiano que revela uma antidisciplina. A presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção socioeconômica por pregadores, educadores ou vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. (CERTEAU, 1996, p. 40). Assim, a antidisciplina retira a ênfase nas ferramentas de enquadramento e crença nos enunciados disciplinares – retratados por Foucault – difundidos pelas comunicações pretensamente dominantes e atenta para minúcias fragmentadas que, mesmo desprovidas de ideologias partidárias, obedecem a regras que contrariam as mensagens instituídas. Nesse sentido, a antidisciplina parte de uma (re)elaboração cultural e, silenciosamente, de uma politização do cotidiano, anteriormente enxergado como massificado e opaco. A quebra da passividade, por meio do conceito de antidisciplina, permite que vejamos não os dispositivos de poder, conforme os pressupostos foucaultianos, mas os aparelhos do antipoder, os quais, por uma metodologia que os signifique a partir de um *locus* de atuação tão propício às arquiteturas e às disciplinas panópticas, são perpassados por ardis que tornam a vida suportável e transformam os regulamentos e os organogramas mais sofisticados em intenção muitas vezes vazia de realidade. (PERROT, 1998, p. 57). Sabemos, porém, que, na visão de Jameson, a antidisciplina de Certeau também comporia as narrativas pós-estruturais, mas vale lembrar que o segundo não exclui o modo de produção, só o mantém exatamente no lugar onde está: no pano de fundo do cotidiano pós-moderno. Em palavras resumidas, o olhar jamesoniano parte do vertical para o horizontal; em Certeau, ocorre exatamente o contrário, o que não invalida, repito, sua importância.

aproxima os autores, na medida em que definem o que é representação e narrativa. Ankersmit nos diz sobre a primeira:

A representação é o „elo perdido“ entre o que é e o que deveria ser, levamos à criatividade e ao uso retórico da linguagem, nos quais a linguagem pode comover-nos e ser uma fonte de alegria ou tristeza. [...] nos leva para onde a linguagem pode nos ajudar através dos abismos mais profundos da existência humana, e para onde ela é nossa companheira de confiança na jornada de nossas vidas. Ela nos dá a linguagem da poesia, do ódio e do amor, sem as quais simplesmente não seríamos humanos (ANKERSMIT, p. 230).

A representação⁵³ assume uma função de maior êxito e apreensão do que a própria verdade, ainda que esta esteja contida naquela, uma vez que ela subjaz a uma ordem de verdade e empresta, através da linguagem, regimes de verdade ulteriores àquele que a precede ou que faz dela um ponto de partida. O significado produzido pela narrativa consiste na perspicácia quanto à representação, pois ambas se relacionam. De acordo com White,

[...] a narrativa seria um processo de decodificação e recodificação em que uma percepção original é esclarecida por achar-se vazada num modo figurativo diverso daquele em que veio a ser codificada por convenção, autoridade ou costume. E a força explicativa da narração dependeria, então, do contraste entre a codificação original e a posterior (WHITE, 1994, p. 113).

Em suma, as narrativas e representações, ao contrário do que pensaram os historiadores profissionais ou do último século, contêm estruturas que se furtam à temporalidade e contemplam metáforas, tropos e outras categorias que não as invalidam, tampouco as tornam somente documentos validados pela distância histórica⁵⁴. Para Gallagher e Greenblatt, assim como para White e Ankersmit:

⁵³ O conceito de representação no debate em curso parte de uma tradição filosófica que se ocupa da capacidade que os historiadores têm de encontrar estruturas narrativas capazes de emoldurar uma narrativa sobre os eventos que produzem intensidade no leitor. Portanto, não se trata tão somente de validar o jogo das representações como dinâmicas de forças e como ficcionalidade das realidades, mas da hermenêutica das representações na tradição da crítica literária norte-americana e germânica.

⁵⁴ Sobre distância histórica e anacronismo, sugiro: BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. An introduction. In: BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris (orgs.). *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and futures*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013. p. 7-35. BEVIR, Mark. Porque a distância histórica

[...] toda representação é distinta daquilo que se propõe a exemplificar. O prazer da representação está vinculado a essa distinção, às diferenças percebidas que marcam a defasagem, nos termos de Elaine Scarry, entre o inventado e o realizado. Sustentamos que essas diferenças não são o que afasta as representações da realidade ordinária, mas sim o que as liga às colaborações, tensões e conflitos homicidas da realidade. Aporias não são lugares onde as formas se referem a si mesmas; são, antes, as rupturas em que as energias, os desejos e as repressões fluem para o mundo (2005, p. 127).

As aporias a que se referem consistem nos paradoxos construídos nos textos, justamente aqueles sobre os quais os discursos e as práticas parecem conflitar. Elas fazem parte dos objetos de pesquisa e atenção dos novos historicistas, no sentido de que as representações desvelam o corpo da circulação das obras, dos textos e dos corpos na história.

A circulação é um conceito pertinente à Teoria da História como um todo⁵⁵. Embora receba mais atenção dos historiadores do campo da História Cultural, ele permite desarticular visões engessadas nos fragmentos e nas representações e mobilizá-las de modo a perceber movimentos, aporias, debates e conflitos no universo da cultura erudita e popular.

Enigmático e recorrente nos estudos literários e na historiografia é o conceito de circularidade. Mais do que um sistema interpretativo, a circularidade identifica processos dialógicos entre a cultura das camadas subalternizadas e a das culturas eruditas ou da classe dominante. O movimento circular entre as manifestações de ambos desenvolve uma interpenetração e ressignifica essas categorias binárias, as quais se movimentam de baixo para cima e de cima para baixo, respectivamente⁵⁶.

não é um problema. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18, p. 11-28, 2015. p. 13-15. DIEHL, Astor Antônio. Teoria historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 368-394, jul./dez. 2006. ANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 21-49.

⁵⁵ Argumento em relação à Teoria da História como filosofia da história, teoria histórica e, mais recentemente e desenvolvida no Brasil, a atenção à história da historiografia. Há um excelente artigo do historiador Zoltán Boldizsár Simon, cujo título é “Os teóricos da História possuem uma Teoria da História? Reflexões sobre uma não disciplina” na revista *História da Historiografia*. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1461/785> Consultado 01/09/2021.

⁵⁶ A matriz teórica do conceito é do filósofo russo Mikhail Bakhtin, encontrada nas obras *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*; e *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009 [1929].

Os estudos sobre a chamada circularidade cultural permitiram erigir o campo da micro-história, cujo programa também se popularizou a partir de uma revista científica italiana, a *Quaderni Storici*. O propósito da micro-história é reduzir a escala de observação dos agentes sociais e dos fenômenos para conseguir perceber particularidades que impactam e se refletem na escala macro. Em outras palavras, é preciso ter atenção aos aspectos desconsiderados pela macro-história, que negligencia os elementos do cotidiano popular e subalternizado. Sendo assim, diminuir a escala de observação proporcionaria um olhar verticalizado e inovador sobre a cultura popular e a erudita, dando ênfase à capacidade daqueles situados na escala micro de alterar e disputar espaços nas ideias e espacialidades concernentes ao âmbito mais geral da sociedade⁵⁷.

O fenômeno da circularidade é complexo, na medida em estremece oposições binárias e rígidas, já que elas se manifestam e retiram o caráter estrutural das distinções, como no painel principal e nas imagens examinadas por Gallagher.

Tentamos aqui fazer um desenho das práticas do novo historicismo e daquilo que ele traz de diferente do historicismo clássico, o que significou entender seus conceitos manifestos e colocá-los em diálogo com historiadores, críticos literários e filósofos que nos interessam do ponto de vista da história da historiografia. Foi um exercício lacunar, pois abriu possibilidades múltiplas de perceber as implicações e contribuições do novo historicismo para a historiografia, ainda que esse movimento não faça um chamamento claro aos historiadores.

2.3- Presenças ausentes na proposta do novo historicismo

Do ponto de vista das nossas inquietações epistemológicas e éticas – as quais podem ser distintas teoricamente, embora as consideremos próximas no exercício daquilo que move a historiografia e os seus resultados –, é importante tratar do que foi dito na literalidade dos discursos do novo historicismo, mas também daquilo que está

⁵⁷ A micro-história é atualmente uma linha de pesquisa e metodologia perseguida por vários intelectuais do Ocidente, mas seus expoentes mais conhecidos são os historiadores Carlo Ginsburg e Giovanni Levi, os quais operam com algumas diferenças, mas ampliam nossa compreensão sobre a aplicabilidade e importância do campo. Ver GINZBURG, C.; PONI, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. LEVI, G. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

latente, porém não dito, e, portanto, aberto à problematização. Há diálogos indiretos que o grupo novo historicista trava com dois movimentos dos estudos literários na academia norte-americana: o formalismo russo e o *New Criticism*⁵⁸.

Os formalistas russos, no início do século XX, tinham a intenção de entender as estratégias verbais que, de acordo com seus defensores, construíam a literariedade – elementos estruturais, os ritmos, as figuras de linguagem, operações da linguagem que fazem com que o texto seja identificado como literatura –, a qual deveria ser o foco dos estudos literários. Ou seja, o primeiro plano de análise de uma obra literária, ou mesmo o que permitiria considerá-la uma obra, é perceber como opera a linguagem.

A linguagem é tida como literária, de acordo com os formalistas, se os seus mecanismos causarem estranhamento ou arrebatamento. Literatura significa a possibilidade de operar a literariedade. Sendo assim, a própria definição dessa literariedade nos termos do formalismo russo tem como foco as ferramentas linguísticas. Esse viés redutor sobre a natureza da literatura é criticado por Jonathan Culler (1999), pois as “explicações funcionam, como a maioria das asserções sobre a natureza da literatura, para dirigir a atenção para certos aspectos da literatura que elas afirmam ser centrais” (CULLER, p. 37, 1999).

Interpretar, contextualizar, perceber os traços de criatividade, a autoria do que se diz não importa, pois não configura um fenômeno que deva ser perscrutado para se definir se há literariedade e, portanto, literatura. O que se coloca como questionamento deve ser o texto em si para se definir se ele é ou não literário.

Essa prática ensimesmada e contraditória de enquadrar uma definição de literatura a partir da literariedade, ao mesmo tempo em que configura o funcionamento dos parâmetros do formalismo russo em suas práticas de classificação pretensamente objetivas, destitui esses parâmetros. Antonie Compagnon, traz uma perspectiva ainda mais polêmica sobre as acepções formalistas:

A literariedade, como toda definição de literatura, compromete-se, na realidade, com uma definição extraliterária. Uma avaliação [...] está inevitavelmente incluída em toda a definição de literatura e, conseqüentemente, em todo estudo literário. Os formalistas russos preferiam, evidentemente, os textos os quais melhor se adequavam à sua noção de literariedade, pois essa noção resultava de um raciocínio indutivo [...] Uma definição de literatura é sempre uma preferência (um

⁵⁸ Mantivemos o termo em língua inglesa porque a literatura em língua portuguesa com que dialogamos através das traduções de obras de Jonathan Culler e Claus Cluver também o fizeram.

preconceito) erigido em universal [...] toda teoria repousa num sistema de preferências, consciente ou não (2010, p. 43).

Subjetividades ou práticas valorativas? Compagnon nos provoca a refletir acerca das atenções que o novo historicismo infere em suas práticas e, ao mesmo tempo, nos invoca a pensar sobre aquelas que outrora não encontravam espaço nos circuitos acadêmicos e, posteriormente, foram reelaboradas.

O ensejo da função dos retábulos da Última Ceia (página 60) e as falhas no sistema doutrinal puderam ser observados a partir dos olhares tributários (ou não) das tradições de pensamento e das dinâmicas dos debates. Esses movimentos conformam diferentes práticas e subjetividades e, além disso, figuram a partir dos cânones de outrora correntes de movimentos teóricos ou escolas de pensamento que aparecem de forma latente nas críticas de Gallagher e Greenblatt, como o *New Criticism*.

Assim como seus antecessores, essa escola surgiu nas primeiras décadas do século XX e tem como objeto de atenção a unidade e integração nas obras literárias. Sob forte oposição ao estudo daquilo que denominavam como elementos extrínsecos – biografias, historiografia, psicologia, questões sociais, relações entre literatura e artes –, seus autores mais célebres⁵⁹ preconizavam que o texto literário existia autonomamente. Sobre isso, Claus Cluver nos diz:

O objeto de estudo ideal do *New Criticism* era o poema lírico (romântico e pós-romântico), entendido como bela forma e locus das estruturas complexas e do jogo de ambiguidades internas. [...] Tudo isso visando facilitar ao leitor o encontro com o “poema em si mesmo” (CLUVER, p. 38, 1997).

O alvo das análises dessa escola eram as interações entre os traços verbais e as complicações decorrentes dos sentidos. Com isso, as obras literárias eram tratadas como objetos estéticos nos quais deveriam ser ressaltadas as ambiguidades, os efeitos de ironia e a conotação para que unidade estrutural do texto fosse bem examinada.

Cluver denuncia que os *new critics* tratavam o texto em absoluto. Isso quer dizer que aqueles que se identificavam com essa escola recusavam as possibilidades intertextuais de diálogo dos textos com outras tradições, excluindo qualquer probabilidade de inserção dos poemas nas representações extrínsecas e na circularidade das obras.

⁵⁹ Referência a René Wellek e Austin Warren na obra *Teoria da Literatura* (1949).

Outra escola não citada pelo novo historicismo e que faz parte da história da teoria literária é a desconstrução. Nos dizeres dos novos historicistas, o método desconstrucionista é silenciado, como se não existisse. Mas por que ele é importante? A desconstrução, segundo o filósofo Jacques Derrida, não é um método, porque opera uma crítica às oposições binárias que fazem parte das estruturas de pensamento no Ocidente. Por isso, o método e os métodos devem estar sujeitos à atividade desconstrutivista, o que significa dizer que o efeito de desconstrução interroga e deve operar da seguinte forma:

[...] marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante e idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo „conceito“, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior (DERRIDA, 2001, pp.48-49)

A desconstrução produz efeito quando revela que os polos pretensamente contrários foram construídos e busca desfazê-los para que outras estruturas sejam construídas e operem de uma maneira diferente. Desconstruir significa investigar as disputas entre as maneiras de dar significado aos textos e às ideias. No entanto, desconstruir não quer dizer destruir, mas, sobretudo, decompor e questionar. Assim, "a desconstrução tem sido variadamente apresentada como uma posição filosófica, uma estratégia política ou intelectual e um modo de leitura" (CULLER, p. 99, 1997).

Podemos dizer, portanto, que as três escolas não compartilhavam características e conceitos comuns aos dos novos historicistas que delineamos neste capítulo, mas faziam parte do escopo das práticas de estudos literários que eles rejeitavam. Isso revela como caminham os debates na teoria literária e na historiografia, já que esta constrói suas narrativas usando elementos dos textos tidos como literários.

2.4 – Os “ditos” sobre o novo historicismo

Nos programas e apontamentos feitos à clássica escola historicista, parece muito óbvio dizer que houve críticas ao novo historicismo. Podemos apontar algumas que abrem o escopo de compreensão sobre o movimento, como a dissertação de Geraldo

Magela Cáffaro⁶⁰, na qual é utilizada a ideia de “self-fashioning”⁶¹ como conceito operador para entender a ideia de autoria. Esse conceito é um tanto controverso, mas podemos interpretá-lo como autoformação, embora seja mais que isso. Self-fashioning consiste em articular a ideia de autoria e a relação dos textos de um indivíduo (escritor, artista, entre outros) com seu contexto histórico, espacial e com as relações de poder em que ele está inserido.

A crítica de Cáffaro – que traduz self-fashioning como automodelamento – nos toca na medida em que compreende o novo historicismo como ética de prática discursiva e literária, o que significa apreender o estilo próprio em formação como algo que se desvencilha de categorias universais e estritamente ocidentalizadas, o que permite voltar à dimensão da autoria como prática histórica.

Em outras palavras, nos parâmetros do novo historicismo de Greenblatt, voltar ao autor consiste em apreender as dinâmicas culturais, políticas e sociais que, ao fim e ao cabo, desenvolvem uma historicidade do estilo e do autor. Cáffaro entende esse processo como movimento bilateral na obra greenblatiana, uma vez que o self consiste numa autoformação e o ser autoformado, isto é, o autor, se forma a partir de suas características e pelas relações sociais que o circundam. Nas palavras dele, o que Greenblatt faz é

discussão sobre a crescente consciência da identidade como um "processo manipulável e artístico" no cenário mais secular do século XVI. Depois de sondar as origens e significados do verbo "à moda", ele oferece as seguintes possibilidades de interpretação para o termo: "a imposição a uma pessoa de uma forma física"; "a realização de uma personalidade distinta" (tradução minha)⁶².

A identidade criada pelo (ou sobre um) autor, apesar de exercer pressão sobre o público ou as pessoas comuns, contém em si mesma a possibilidade de autossubversão,

⁶⁰ O título da dissertação é “The House, the World, and the Theatre: Self-Fashioning and Authorial Spaces in the Prefaces of Hawthorne, Dickens, and James” (O lar, o mundo, e o teatro: automodelamento nos prefácios de Hawthorne, Dickens e James), defendida na UFMG em 2015.

⁶¹ Esse conceito aparece na obra “Renaissance Self-Fashioning: From More to Shakespeare” (1980), de Stephen Greenblatt.

⁶² Trecho original: “discussion of the growing awareness of identity as a “manipulable, artful process” in the more secular scenario of the sixteenth century. After probing into the origins and meanings of the verb “to fashion,” he offers the following possibilities of interpretation for the term: “the imposition upon a person of a physical form;” “the achievement of a distinctive personality;” and “a characteristic address to the world” (CAFFARO, 2015, p. 110).

pois as resistências estão disseminadas no tecido social e, apesar de fragmentadas, aparecem no cotidiano. Autor e público, autor e obras se alimentam e se subvertem, porquanto o processo da leitura é ressignificado por aqueles que leem em suas visões de mundo representações e experiências. De acordo com Jan R. Veenstra:

Greenblatt vê "o mundo do texto" em termos ideológicos, ou em termos do conceito de poder de Foucault, que não permite uma dissociação do mundo do texto" do mundo do contexto sociohistórico. O discurso nunca é livre da estrutura social em que está inserido e na qual adquire significado (tradução minha)⁶³.

As considerações sobre a perspectiva que trabalha o novo historicismo, como se pode perceber, na maioria das vezes são endereçadas a Greenblatt – dado o sucesso editorial de seus trabalhos. Isso não invalida aquele em detrimento deste. Entretanto, percebemos que pouca atenção foi dada às propostas do novo historicismo pelos historiadores. Ainda assim, outras considerações são pertinentes, a exemplo das inferências de Hayden White sobre a percepção do contexto segundo as práticas do novo historicismo:

O Novo Historicismo é um movimento nos estudos literários intencionado a devolver aos estudos literários a atenção ao contexto, mas o contexto para o Novo Historicismo é de natureza intertextual. Para os Novos Historicistas, o contexto é constituído por textos localizados em discursos que não os literários (como a medicina, política, religiões, economia, etc.). Eles gostam de identificar e seguir motivos e temas através dos diferentes discursos que circulam num dado meio temporal e espacial. E eles estão interessados em descobrir os mecanismos e procedimentos utilizados por diferentes culturas para „negociar“ a diferença (tradução minha)⁶⁴.

O contexto e as disputas discursivas são assinalados por Veenstra, Cáffaro e White de diferentes formas. Mas a percepção de um contexto intertextual alarga a

⁶³ Trecho original: “Greenblatt sees „the world of the text“ in ideological terms, or in terms of Foucault’s concept of power, which does not allow of a dissociation of the „world of the text“ from the world of the sociohistorical context. Discourse is never free from the social structure in which it is embedded and in which it acquires meaning.” (VEENSTRA, p. 184, 1995)

⁶⁴ Trecho original: “New Historicism is a movement in literary studies intended to return literary studies to attention to context, but the context fixed on by New Historicism is intertextual in nature. For New Historicists, the context is made up of texts located in discourses other than literary ones (such as medicine, politics, religions, economics, and so on). They like to identify and track motifs and themes across the different discourses circulating in a given temporal and spatial milieu. And they are interested in discovering the mechanisms and procedures used by different cultures for ‘negotiating’ difference.”(WHITE, P. 11, 2008)

perspectiva de circularidade, já que esta consiste nos diversos moldes interpretativos que os textos adquirem ao longo do tempo, assim como aprimora a ideia de intertextualidade, que torna o texto objeto de múltiplas inferências na literatura, no cinema, nas produções midiáticas.

O intertexto é uma ferramenta de análise que permite perceber como os textos mudam ao longo do tempo e como as tradições literárias se alimentam de referenciais anteriores. A célebre citação de frase “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, p. 72, 1974) nos faz indagar porque essa corrente pós-estruturalista é filtrada no novo historicismo, ao mesmo tempo em que se adere fortemente aos trabalhos de Foucault.

Parece-nos claro que, apontadas as características que enunciámos sobre o movimento, houve algumas adesões em detrimento de outras. Isso pode ser um sintoma de como as perspectivas adentram na academia norte-americana, pois, como afirma Culler:

O principal desenvolvimento crítico dos últimos 20 anos na América foi o impacto de várias perspectivas e discursos teóricos: linguística, psicanálise, feminismo, estruturalismo, desconstrução. Um corolário disso foi a expansão do domínio dos estudos literários para incluir muitos interesses previamente afastados de tais estudos. Na maioria das universidades americanas de hoje, um curso sobre Freud é mais provável de ser oferecido no departamento de Inglês ou de Francês do que no de Psicologia; Nietzsche, Sartre, Gadamer, Heidegger e Derrida são mais frequentemente discutidos por professores de literatura do que por professores de filosofia; Saussure é negligenciado por linguistas e apreciado por estudantes e professores de literatura (CULLER Apud ARAÚJO, 2015, p. 96).

O novo historicismo tinha como alvos: o historicismo clássico, o formalismo e o *New Criticism*. Assim, a desconstrução e parte da tradição francesa de pensamento foi silenciada nos diálogos travados entre os membros do grupo. Essa seleção não parece gratuita, ela exprime o desejo de construir uma escola, tendência ou corrente de pensamento com distinções seja através de ataques, seja por meio de abordagens interdisciplinares que, embora dialogassem com o pensamento ocidental, apreendiam hierarquias e subversões, além de práticas de leitura e escrita.

Enfim, construídas as bases do novo historicismo, elencadas as ausências teóricas e filosóficas, assim como algumas considerações críticas, vamos agora nos ocupar da revista *Representations* para responder à questão sobre de que trata o movimento e se ele pode ser considerado como seu nome sugere.

Enfim, construídas as bases do novo historicismo, vamos nos ocupar da revista *Representations* para responder à questão sobre de que trata o movimento e se ele pode ser considerado com tal.

CAPÍTULO 3 – Consolidação do campo: a revista

Na tentativa de entender a emergência do novo historicismo e de fixar uma crítica aos ícones do historicismo clássico, buscamos examinar sua emergência no debate intelectual a partir do periódico *Representations*. Essa escolha está fundamentada na percepção de que as revistas científicas, ou acadêmicas – termo mais apropriado para o presente caso –, contribuem para o processo que dá legitimidade à produção historiográfica, ainda que, é claro, o periódico em questão não seja uma revista identificada como desse campo, mas que se faça valer da escrita da história e com ela contribua.

Ademais, conforme abordagem do livro *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico* (2017), as revistas não só acompanham a institucionalização da história, como também ajudam a fornecer subsídios para se pensar a criação de um campo específico (BENTIVOGLIO, p. 7). Mas não é tão simples quanto parece; perscrutar um periódico consiste em desenvolver caminhos metodológicos para tornar possível e pertinente seu exame.

O caminho percorrido consiste no recorte cronológico que está situado entre 1983 até 1999, e tem por objetivo compreender a fundação e consolidação do período em questão. Além disso, esse período abarca os debates sobre pós-modernidade e um crescente número de trabalhos que se valem das teses pós-estruturalistas na história e nas humanidades como um todo.

Recortado o tempo – ilusão/operação historiográfica da qual nos fizemos valer com objetivos claros e racionais, pois seria impossível para um capítulo de tese examinar toda a produção da revista –, tentamos capitular os conceitos mais usados para compreender como se funda e se fixa o novo historicismo por meio da revista. Para tanto, foi utilizado um software francês chamado *Iramuteq*, o qual permite realizar o que chamamos de análise lexical⁶⁵. Mais do que um instrumento de aferição de dados, ele nos oferece uma metodologia de análise que vamos entender agora.

⁶⁵ A análise lexical é uma metodologia do campo da análise de conteúdo (AC) definida pelo autor Klaus Krippendorff no livro “Content analysis”: [...] uma „descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952), extensível a „todo o comportamento simbólico” (ou de que se extraiam „inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (1980).

3.1 – Construção do *corpus*

Já foi aventado acima o recorte temporal num esforço de conhecer a construção da revista e de como ela impactou o novo historicismo, ou vice-versa. No recorte, foram reunidos 414 artigos, sem contar as capas e contracapas da revista, que não submetemos ao Iramuteq para que o *corpus* textual não se estendesse em demasia e porque atrapalharia o funcionamento do programa.

O software tem uma interface gratuita com fonte aberta e foi desenvolvido por Pierre Ratinaud. Ele está ancorado no software *R* (www.rproject.org) – linguagem de programação em cálculos estatísticos – e na linguagem Python. A principal vantagem da interface é a possibilidade de submeter uma grande quantidade de texto à análise informatizada, bem como de filtrá-la conforme as variáveis estabelecidas (Gandin, 2020, p. 74).

A preparação do texto começou com o download dos artigos através do site *Sci-Hub*, respeitando o recorte entre os anos de 1983 até 1999. Depois, convertimos os arquivos PDF em Word e, em seguida, preparamos o *corpus* para rodar no software. Para tanto, tentamos excluir do texto preposições, artigos definidos ou indefinidos e qualquer palavra ou termo que não fosse ativo no texto, ou melhor, que não contivesse nele um significado funcional. Isso é muito pertinente, pois os artigos inspecionados estão em língua inglesa, que não utiliza em demasia concordâncias nominais e conjunções como a língua portuguesa, o que contribui para uma maior confiabilidade nos resultados. Vale ressaltar que é necessário selecionar o dicionário do programa de acordo com a língua dos textos, no presente caso, a língua inglesa.

Retiramos também hifens – que foram trocados por *underline* () –, aspas e todo e qualquer asterisco contido nos textos, o que é de suma importância, porque esses elementos não são reconhecidos como textos pelo software e o impedem de ser executado. Essas mudanças, porém, foram somente para que o Iramuteq funcionasse, portanto as análises dos artigos escolhidos mantiveram os elementos retirados.

Excluídos os elementos, dividimos os textos em 22 partes a cada 25 páginas. Essas partes foram acompanhadas de comandos que classificam os textos, o que o software chama de “número de texto”, necessários para que ele os reconheça. Os comandos foram de `**** *revista_1 *corpus **** * parte_1` e alocados um abaixo do outro, conforme ilustração em anexo. Não produzimos variáveis, pois elas se dão de acordo com o recorte cronológico. Caso isso tivesse sido feito, iria enviar as

palavras e termos que desejávamos saber como mais recorrentes de acordo com o período.

Ao fim e ao cabo, os resultados do Iramuteq não concluem, mas produzem uma amostra e um ponto de partida para conhecer a revista e perceber quais os debates mais “quentes” em seu processo de consolidação. Isso nos encaminha pistas sobre a percepção se o novo historicismo foi um movimento e quais as suas bases teóricas e políticas de sustentabilidade.

3.2- Como funciona o Iramuteq

No Iramuteq, parte-se de uma análise de conteúdo automatizada, com a realização de uma lexicometria que permite efetuar uma operação descritiva e indutiva sem interferências subjetivas do pesquisador. Isso é importante no trabalho para evitar que nossa análise dos termos seja enviesada de forma excessiva pelas perguntas que norteiam o texto, assim como por nossa visão sobre o historicismo clássico e o novo. A pesquisadora Elisabete Damasceno nos esclarece o que é lexicometria:

estatisticamente dados qualitativos sob fundo quantitativo para a caracterização topológica e combinatória de elementos lexicais de um corpus dado e delimitado, a fim de que a trajetória do discurso, por operações conhecidas e controladas, seja balizada, e a topologia e a combinatória dos elementos lexicais do corpus caracterizadas (2008, p. 116).

A lexicometria nos dá uma noção da frequência estatística dos termos nos textos e em todo o *corpus* textual. Como isso acontece? O Iramuteq realiza uma análise fatorial que reagrupa os segmentos de textos em *clusters*, formados a partir da decomposição dos textos em unidades menores, que são agrupadas de acordo com o contexto, ou seja, o programa agrupa as palavras em classes, que são reconhecidas por palavras que se relacionam. Isso nos ajuda a perceber o tema e o subtema correlatos às palavras. Esse agrupamento só é possível porque o software lematiza as palavras. A lematização nada mais é do que reduzir as palavras ao seu radical. Ao realizar esse procedimento, o Iramuteq nos traz uma tabela com a frequência de palavras ativas e o grau de importância delas dentro dos *clusters*.

Além da frequência das palavras ativas e suplementares, o software realiza duas

outras operações que garantem visibilidade e confiança ao pesquisador: a Análise Fatorial por Correspondência (AFC) e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

O procedimento da AFC nos permite visualizar no plano cartesiano unidades de pesquisa conforme a proximidade e a distância entre elas. Isso é ainda melhor retratado na tabela gerada pelo Iramuteq, em que são relacionadas as palavras ativas e suplementares. Na análise dos 414 artigos, cada palavra é considerada como uma variável, estabelecendo-se seu grau de significância/importância em cada um dos artigos. Assim, elas são distribuídas no plano cartesiano conforme sua proximidade e similaridade.

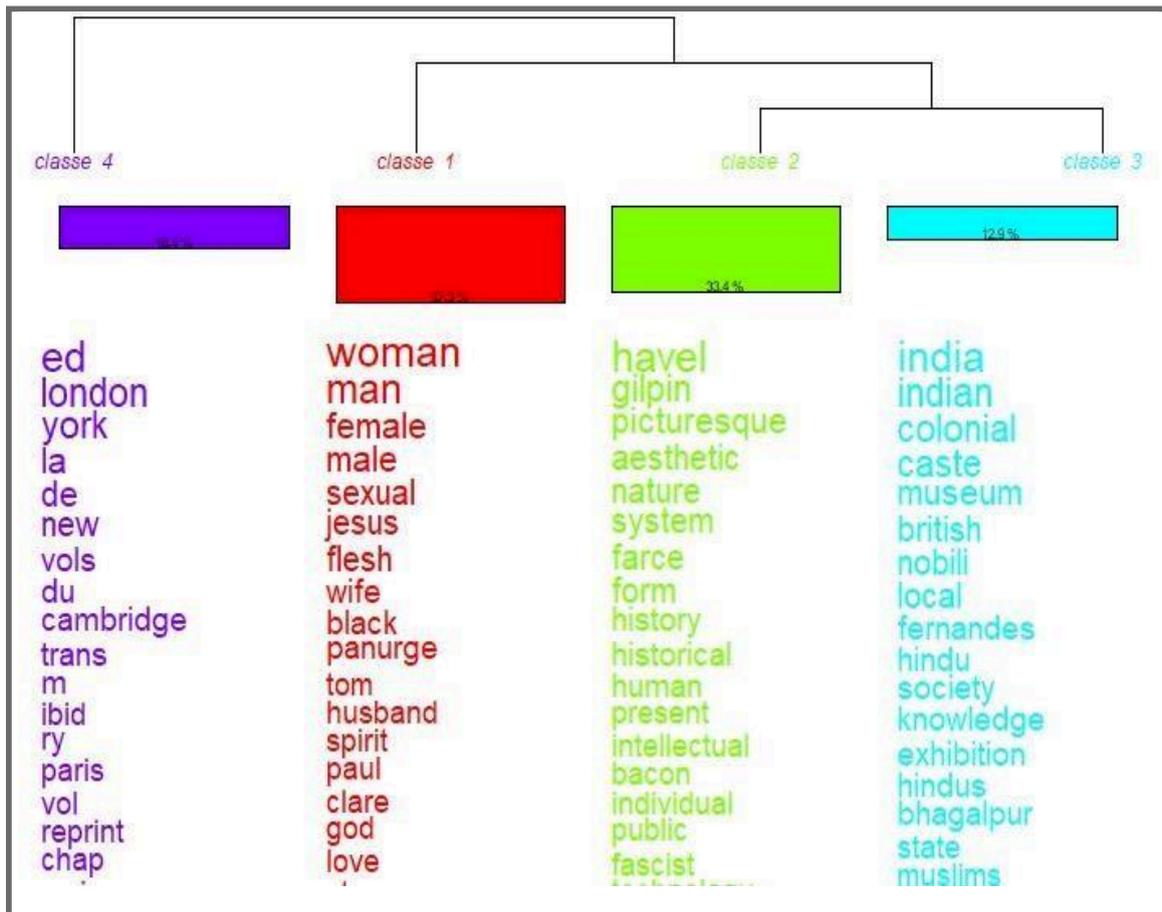
Já a CHD consiste na metodologia de análise léxica por conjuntos de segmentos de textos, chamados em francês de ALCESTE. Nesse sentido, realizada a AFC, há a possibilidade de reagrupamento de palavras em determinados conjuntos que representam unidades de contexto pela aplicação do algoritmo de Reinert⁶⁶, que permite identificar no *cluster* temático quais são os termos mais recorrentes. Isso significa que a regularidade de um termo exprime um contexto específico que, para a nossa análise, consiste em um tema e um contexto na revista *Representations*.

3.3- Análise

No intuito de visualizar a frequência das palavras identificando os termos estatisticamente significativos e a consequente formação dos *clusters* sobre os 414 artigos a partir da Classificação Hierárquica Descendente, criaram-se quatro classes temáticas para o *corpus* textual formado pelos textos do periódico, conforme o dendrograma da Figura 1.

Figura 1 – Dendrograma com distribuição de termos por classes (CHD)

⁶⁶ No artigo empírico do Prof. Dr. Emerson Cervi, há uma definição eficaz que o autor aplica em uma análise de conteúdo das redes sociais: “O método Reinert, além de indicar as classes, também permite identificar que palavras aparecem mais em um cluster do que nos demais, ou seja, quais os termos que são específicos de cada um dos grupos a partir da estatística χ^2 de Pearson, que mede se a presença de um termo em um cluster é estatisticamente diferente da presença do mesmo termo em outros clusters. Assim, podemos usar a distribuição hierárquica de termos que apresentam significância estatística para identificar cada uma das quatro classes [...]”. (2018)

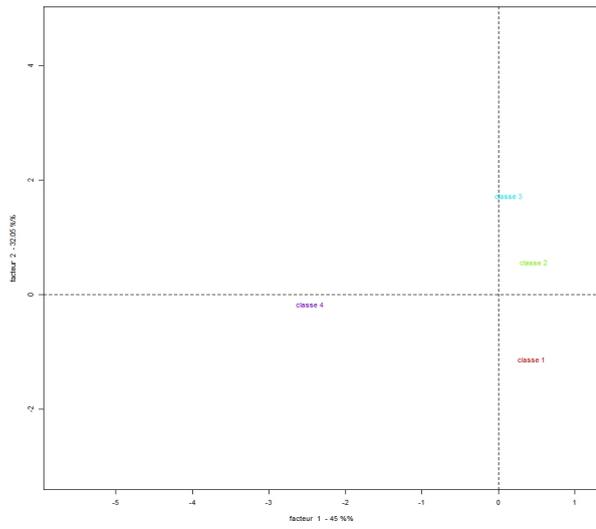


Fonte: A autora, 2021.

Na classe 1, os *clusters* apresentam predominantemente temas sobre gênero, sexualidade e cristianismo, com as palavras “woman”, “man”, “jesus”, “sexual”. A partir da segunda classe, eles apontam para reflexões filosóficas, estéticas e históricas, com as palavras “havel”, “picturesque”, “historical”, “fascist”. A terceira classe assume uma tonalidade mais voltada para a colonização, a cultura, a memória e o conhecimento, com os termos “Índia”, “colonial”, “museum”, “knowlegde”.

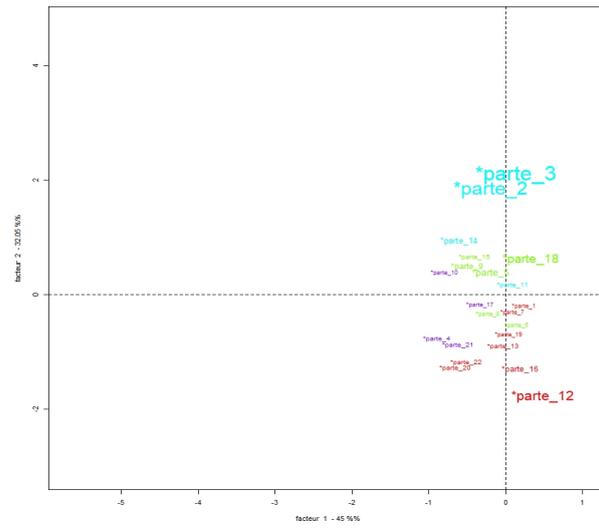
Por fim, a última classe se atém a algumas preposições que não vamos considerar, mas daremos destaque aos termos que exprimem nacionalidade, sexualidade e novidade, por meio das expressões “London”, “trans”, “new”. No plano cartesiano, podemos observar como se formam os *clusters* e as relações entre as palavras e seus contextos. Eis a operação realizada pelo Iramuteq:

Gráfico 1 – Plano cartesiano (AFC)



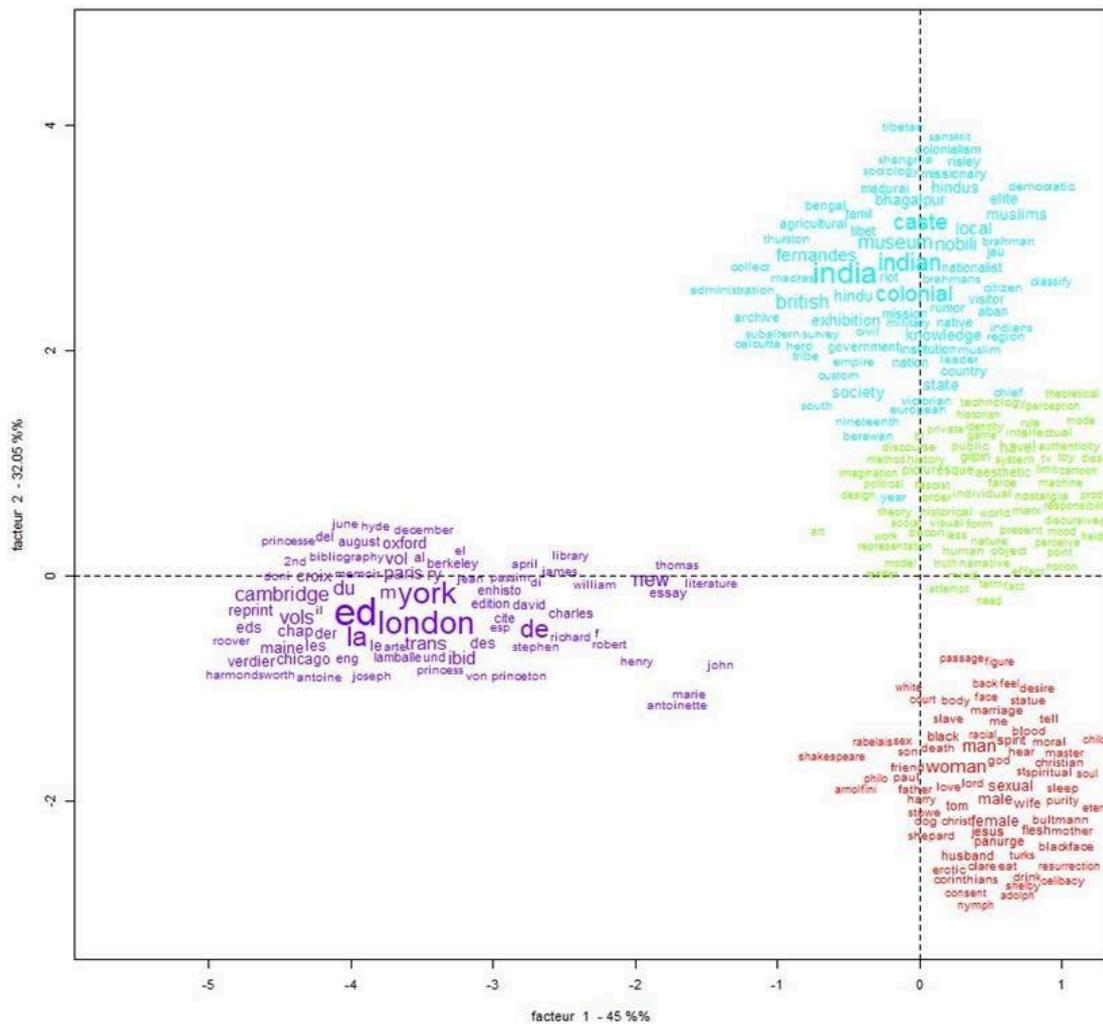
Fonte: A autora (2021)

Gráfico 2 – Plano cartesiano e CHD



Fonte: A autora (2021)

Gráfico 3 – AFC da CHD no periódico entre 1983 a 1999



Fonte: A autora (2021)

O plano cartesiano exprime as posições dos *clusters* em conjunto com as palavras mais significativas. Podemos perceber que, em vermelho, o assunto sobre feminismo e gênero aparece primeiro e de forma mais coesa, o que permite inferir que deu impulso à emergência e composição da revista. A importância da história das mulheres e dos estudos feministas está impressa literalmente nos textos sobre a prática do novo historicismo e podem ser evidenciadas pela AFC e pela CHD.

Em verde, percebemos que os artigos que tratam de temas das humanidades de forma ampla e com base na estética filosófica dão espaço para os conceitos do *cluster* azul, que realiza uma análise mais verticalizada sobre a cultura indiana e sua relação com as colonizações. O *cluster* roxo refere-se mais aos termos de circulação e edição da revista, mas apresenta um espectro conceitual heterogêneo.

A seguir, apresentamos uma tabela com a relação de todos os termos significativos. É importante ressaltar que alguns deles não aparecem visivelmente no dendrograma, mas na planilha *profiles* gerada após a execução do Iramuteq.

Quadro 1 – Classes e classificação no *corpus* total

Classes temáticas produzidas pelo algoritmo de Reinert	Termos com χ^2 significativo por classe	% de ocorrências	Nome das categorias
CLASSE 1 VERMELHO	woman, man, female, male, sexual, jesus, flesh, wife, black, panurge, tom, husband, spirit, paul, clare, god, love, st, me, turks, death, spiritual, bultmann, body, christian, harry, christ, blood, blackface, marriage, eat, father, corinthians, purity, master, slave, son, tell, moral, mother, sleep, stowe, statue, lord, hear, friend, desire, dog, shepard, erotic, drink, consent, soul, white, sex, child, gospel, racial, figure, philo, chorus, resurrection, nymph, feel, face, her, she, you, he, his, him, who, that, is, when, to, if.	37,3	gênero

<p>CLASSE 2 VERDE</p>	<p>havel, gilpin, picturesque, aesthetic, nature, system, farce, form, history, historical, human, present, intellectual, bacon, individual, public, fascist, technology, world, order, object, discourse, marx, nostalgia, narrative, visual, mind, effect, identity, responsibility, private, theory, machine, art, is, of, its, to, a, but, that, it, as, the, be, which, itself, this, or.</p>	<p>33,4</p>	<p>narrativa</p>
<p>CLASSE 3 AZUL</p>	<p>india, indian, colonial, caste, museum, british, nobili, local, fernandes, hindu, society, knowledge, exhibition, hindus, bhagalpur, state, muslims, elite, riot, madurai, mission, native, tamil, missionary, tibet, institution, nationalist, nation, rumor, government, archive, risley, colonialism, visitor, bengal, jau, country, agricultural, aban, victorian, leader, brahmans, muslim, survey, shangrila, sanskrit, empire, herd, civil, brahman, custom, calcutta, military, collect, nineteenth, official, tibetan, south, west, berawan, indians, madras, department, thurston, year, officer, democratic, administration, citizen, ethnographic, subaltern, sociology, tribe, classify, region, nationalism, chief, comprehensive, conway, european, criminal, century, visit, cattle, teacher, partition, mythology, communalism, demotic, archival, arrival, education, bourgeois, district, europeans, aristocratic, modern, twentieth, population, bengali, map, strife, organize, today, was, were.</p>	<p>12,9</p>	<p>pós-colonialismo</p>

CLASSE 4 ROXO	ed, london, york, la, de, new, vols, du, cambridge, trans, m, ibid, ry, paris, vol, reprint, chap, maine, oxford, croix, le, chicago, des, eds, der, les, verdier, august, cite, lamballe, berkeley, del, david, eng, al, und, edition, charles, essay, histo, en, bibliography, 2nd, doni, princesse, f, william, esp, antoinette, harmondsworth, james, library, boston, marie, il, hyde, kenya, joseph, jean, di, princess, passim, richard, el, roover, literature, june, memoir, versailles, april, arte, december, henry, thomas, john, antoine, stephen, robert, von, princeton, fols, elizabethan, histoire, haven, uganda, raymond, vi, preface, renaissance, gesner, francis, george, cusco, bibliothèque, january, english, à, review, philip, arthur, publish, mass, tab, magazine, atlas, florence, walter, martin, pp, georges, polignac, nicholas, michel, quote, citation, saga, philadelphia, journal, er, barbara, proceeding, minneapolis, england, louis, see, et.	16,4	circulação
--------------------------------	--	-------------	-------------------

Fonte: A autora, 2021.

Aventadas as principais temáticas do periódico, percebemos a atenção aos campos não densamente explorados pelo historicismo clássico, como uma abordagem sobre a sexualidade, perspectivas de gênero, estudos pós-coloniais e a ideia da circulação como mecanismo de historicidade e apreensão das disputas de poder em variados espaços.

Agora poderemos abordar qualitativamente alguns artigos da revista que chamam a atenção pelas reflexões. Nossa escolha se baseou nos temas mais recorrentes nos dossiês de acordo com a análise lexical, uma vez que ela nos apontou caminhos para pensar as temáticas que o novo historicismo abarcou no período que nos propusemos a abordar – 1987 a 1999.

No ano de 1987, dois números foram dedicados ao tema gênero pela revista *Representations*. O número 17, com o título “A exibição do corpo cultural”⁶⁷ (tradução minha), contemplou seis artigos sobre o assunto, e o número 20 trouxe o 1º dossiê

⁶⁷ Título original: *The Cultural Display of the Body* (1987).

temático da revista, intitulado “Misoginia, misandria e misantropia”⁶⁸ (tradução minha). Em 1991, foi publicado um dossiê especial sobre narrativas das conquistas no Novo Mundo no número 33. No ano de 1996, nos ocupamos do dossiê sobre raça e representação de número 55. Escolhemos os artigos a seguir que nos interessavam de acordo com as possibilidades de diálogo e conexão com o projeto do novo historicismo.

3.3.1- Dossiê “A exibição do corpo cultural”

No texto “O termômetro feminino”⁶⁹, o autor Terry Castle narra a descoberta do ensaísta Bonnell Thornton de um instrumento de medição das paixões femininas no século XVIII. A ferramenta consistia em um tubo regado com uma substância de extratos de virgens e donzelas. Ao ter contato com mulheres, o líquido subia ou descia de acordo com os desejos da suposta enfermidade feminina.

O termômetro narrado por Thornton foi desenvolvido por dois cientistas da época, e, por isso, haveria de dar confiabilidade à tal engenhosidade. As calibrações eram as seguintes: impudor, gracejo, autonomias inocentes, indiscrições e modéstia inviolável. Logo, esses ajustes marcavam que a subida e descida do líquido pelo termômetro era diretamente proporcional à subida e descida das vestimentas de baixo, fossem os espartilhos ou as anáguas.

Em outras palavras, o desejo feminino era objeto de medição e averiguação. De acordo com Castle, artistas da época adotaram o medidor, popularmente conhecido como vidro do tempo quando o assunto era o desejo sexual feminino. Ao mesmo tempo em que narravam as sensações, alguns poetas elogiavam a capacidade técnica dos instrumentos das ciências para significar essas experiências sensoriais. Ciência e comportamento eram temas inspiradores para os escritores da época.

O autor perscruta discursos e imagens para demonstrar como as mulheres, enquanto objeto de metrificacão, eram narradas sob o escrutínio das ideias que delas eram produzidas historicamente e, ao que tudo indica, aprofundadas no imaginário da modernidade ocidental. Seus comportamentos sexuais e expressões corporais eram cientificamente medidos de acordo com os termos balizados. Mas, e os homens? Em relação ao sexo, “os homens tem temperamentos melhores que os das mulheres, porque eles estão ocupados pelas atividades que interessam à cabeça assim como ao coração; e

⁶⁸ Original: *Misogyny, Misandry, and Misanthropy* (1987).

⁶⁹ Título original: *The Female Thermometer* (1987).

a firmeza da cabeça dá uma temperatura saudável ao coração" (tradução minha)⁷⁰.

As reflexões de Castle abrem caminho para uma série de questões, como a ambiguidade do termo “termômetro feminino”, que podia se referir não só à presença do feminino como também demarcar um espaço acerca da discussão de gênero ainda no século XVIII.

E que discussão era essa? Os discursos artísticos apresentados pelo autor “classificavam” as mulheres apoiados nas ideias e narrativas produzidas por homens com base em parâmetros que as qualificavam como “louca”, “irracional”, “perigosa”, de acordo com o que se esperava que ela fosse e com o comportamento que a “calibrava”.

A ciência, os valores e as características do cenário moderno ratificavam a ideologia burguesa, cuja moralidade era imposta às mulheres sob o prisma e o “calibramento” de engenheiros sociais contemporâneos a elas. Outro aspecto interessante era a atenção que o desejo sexual feminino despertava na literatura e nas artes em geral, já que a sexualidade deveria ser regulada e, se necessário, reprimida.

Castle nos convida a essa discussão sobre as engenharias de controle dos corpos que visavam estabelecer o controle social. O termômetro feminino nos possibilita refletir sobre a revista, na medida em que as opções temáticas e metodológicas dos autores, apesar do formato e das regras de publicação, inovavam o escopo das problemáticas a serem perseguidas e, ao mesmo tempo, chamavam a atenção para a importância no trânsito com os discursos e com as relações de poder e para como as representações intensificavam os vestígios da realidade do passado.

A medicina e a psicologia social incluíram, como sabemos, os homens, as mulheres e outras sexualidades dissonantes em um paradigma de comportamento. Castle nos convida a essa discussão. No entanto, o feminino e as identidades que não correspondem à tríade “homem, branco e heterossexual” continuam sendo os pontos de desequilíbrio das medições.

3.3.2- Dossiê “Misoginia, misandria e misantropia”

“O corpo dela, ele próprio: gênero no slasher filme”⁷¹, de autoria de Carol J. Glover, aborda os filmes enquadrados na categoria “slasher”, atribuída a filmes de

⁷⁰ Trecho do autor: “As a sex,” wrote Wollstonecraft, “men have better tempers than women, because they are occupied by pursuits that interest the head as well as the heart; and the steadiness of the head gives a healthy temperature to the heart.” (CASTLE apud WOLLSTONECRAF, p. 11, 1987)

⁷¹ “Her Body, Himself: Gender in the Slasher Film” (1987).

horror em que os personagens principais usam uma navalha para matar compulsivamente. Para o intento de Glover, a estética – entendida como a narrativa, os recursos visuais, a montagem e o roteiro – desse tipo de filme seria aquela considerada de “baixo nível” e similar à pornografia.

Glover argumenta que ambos, o pornográfico e o horror, contemplam narrativas grosseiras e compulsivas, pois apresentam imagens de atitudes sexuais contemporâneas àqueles grupos que consomem esses filmes. Isso acontece na medida em que o corpo é mobilizado e, com isso, testemunha os sentidos que esse tipo de filme produz sobre o indivíduo e as ideias. Horror e pornografia, então, são tipos cinematográficos que estimulam o corpo para o medo ou para a excitação. A pornografia, em suma, tem a ver com sexo (o ato) e o horror com o gênero (GLOVER, p. 189, 1987).

Apesar disso, há pouca literatura especializada nesses filmes. O autor discute tais películas à luz da perspectiva de gênero. Geralmente, os assassinos nos filmes tidos como “slasher” são homens, mas há alguns que apresentam mulheres no papel de assassinas, como “Friday the Thirteenth I” (Sexta-feira 13). Levando em consideração os motivos psicossociais para matar nos filmes de horror “slasher”, quando se trata de mulheres assassinas, as motivações são substancialmente diferentes das dos homens (exceto em Sexta-feira 13).

Essas motivações mobilizam expressões do horror sobre o que fazem as mulheres quando são abandonadas ou enganadas pelos homens, por exemplo. Mas é importante assinalar uma discussão interessante trazida por Glover acerca dos papéis de gênero nesses filmes. A transgressão sexual, aparentemente, mistura sexo com horror, com personagens femininas que tomam atitudes masculinas, a exemplo de “Final Girl”.

O público desses filmes, ao que tudo indica homens, sente-se contemplado na medida em que o ato transgressor reforça a relevância fálica, já que na narrativa uma mulher apresenta atitudes masculinas. Ou melhor, exerce o poder masculino com trajes femininos.

Embora Glover não traga essa discussão, vale ressaltar que “Garota final” funciona como um elemento de circularidade e representação, haja vista que essa personagem aparece em vários filmes de horror como a última mulher que vai matar o assassino. Ela aparece em “Sexta-feira 13”, em “Halloween”, e suas aparições revelam a relação de um filme com o outro, mesmo que nem sempre de forma muito clara.

A garota final circula em vários filmes e retira deles seu lugar fixo. No entanto, o papel de gênero é reificado e transgredido ao longo do tempo. Glover questiona a

fixação de papéis de gênero, uma vez que a figura do assassino como homem feminino e protagonista torna borradas as linhas entre o masculino e o feminino, questionando a ideia de sexo como gênero. Em sua argumentação, o autor contextualiza os filmes e suas mudanças sociais – e como circulam os papéis da garota final – em que as mulheres reivindicam papéis durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e são ressignificadas nos filmes slasher.

Apesar disso, a presença feminina subverte os parâmetros comuns, mas isso ocorre na narrativa sob o ponto de vista masculino, o que significa que é uma visão transgressora de acordo com o olhar dos homens.

Podemos dizer que o artigo nos suscita discussões sobre performances de gênero, mas também sobre como a circularidade no novo historicismo capta uma leitura que mobiliza o contexto, mas não se furta a entender as relações de poder nas representações e seus sentidos nas narrativas dos filmes “slasher”.

3.3.3- Dossiê “O novo mundo”

No texto “A função do gênero no discurso do descobrimento”, de Louis Montrose, há um debate sobre a dimensão do gênero nas práticas e nos discursos durante a conquista/invasão europeia dos territórios americanos. O autor aborda as versões forjadas sobre o feminino, a sexualidade, as condutas sexuais e a conquista apoiadas em referências e ideologias historicamente específicas. Para tanto, Montrose utiliza textos e imagens construídas sobre as mulheres nativas e sobre a rainha Elisabeth para questionar as representações femininas durante o empreendimento colonizador.

A América é então representada como mulher, assim como a rainha. As imagens de ambas são interpretadas, nas fontes utilizadas por Montrose, como lugares e papéis definidos. Um dos exemplos são as cartas de Américo Vespúcio, as quais denotam uma série de instrumentos e elementos ideológicos reforçados pela ideia de civilização, conquista e tecnologia. Os discursos de Vespúcio, de acordo com Montrose, realizam uma combinação entre a perspectiva que se tem de selvagem e a questão de gênero, o que quer dizer que as práticas das nativas indígenas eram tema e colocadas sob juízo de valor.

A noção de selvagem, atrelada às práticas sexuais, ao canibalismo e aos desejos

sexuais, é identificada sob a perspectiva do colonizador patriarcal. Como diz a anedota de Vespúcio:

As suas mulheres, sendo muito libidinosas, fazem o pênis dos seus maridos inchar a ponto de parecer deformado; e isto é conseguido por um certo artifício, sendo a mordida de algum animal venenoso, e por causa disto muitos perdem o seu órgão viril e permanecem eunucos (tradução minha)⁷².

O destaque dado ao comportamento e à autoridade sobre o corpo é colocado à prova, pois o poder fálico aparece submetido à vontade e ao controle do feminino. Conforme argumenta Montrose, o poder sobre o corpo masculino se torna um problema sob o ponto de vista do colonizador, pois inverte e opõe as categorias de poder historicamente patriarcais. Mas não é só isso. Essa operação que inverte papéis também se torna complexa, na medida em que, nos relatos, as mulheres nativas podiam ser assassinadas, assim como as imagens da América eram associadas à nudez.

A América aparece despida nas imagens, as nativas exercem poder sobre o corpo dos homens, e, ao mesmo tempo, o conhecimento e a tecnologia figuram como poderes masculinos que dominam esse continente e as mulheres como seres capazes de dominar homens – nativos ou não.

O que queremos dizer é que o uso da anedota de Vespúcio, de acordo com as características da análise de Montrose, permite perceber que os papéis sociais aparecem contradizendo uns aos outros. Da mesma forma, as imagens produzidas sobre o “outro” – não europeus, tampouco americanos, ou americanos *a posteriori* – evidenciam uma visão masculina sobre o corpo masculino, uma perspectiva sobre o poder feminino e uma violência simbólica ao narrar o corpo feminino como o objeto de análise e ajuizamento.

Por fim, vale ressaltar que Montrose desenvolve o uso das anedotas como objeto de investigação dos artefatos imagéticos e linguísticos, ou melhor, elas são suas fontes de trabalho. O olhar lançado e as perguntas elaboradas pelo autor do texto permitem visualizar relações de poder sobre uma temporalidade em que os discursos feministas e a ideia de direitos humanos não apareciam no debate público.

Realizar esse procedimento foi possível a partir de parâmetros que ainda

⁷² Trecho original: “Their women, being very libidinous, make the penis of their husbands swell to such a size as to appear deformed; and this is accomplished by a certain artifice, being the bite of some poisonous animal, and by reason of this many lose their virile organ and remain eunuchs. (Letters, 46)”

encontram resistência na historiografia, pois, em muitos casos, a ideia de anacronismo impede que o passado seja disputado por historiadores e pelos próprios grupos indígenas que, mesmo diferentes entre si, desenvolviam práticas bastante complexas e que escapavam ao escrutínio de uma percepção de que o colonialismo nos nossos territórios e sua violência foram práticas utilizadas somente entre os séculos XVI ao XIX. Ademais, parece-nos convincente a noção de que o gênero, como categoria de análise sobre a invenção dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, está diretamente ligada ao regime de historicidade e historiografia.

3.3.4- Dossiê “Raça e representação”

Conhecida pelas suas contribuições aos estudos feministas, a pesquisadora Judith Butler desenvolve uma reflexão sobre as chamadas ações afirmativas à luz das vivências e debates na Universidade da Califórnia, especificamente em Berkeley. As provocações de “Uma visão afirmativa”⁷³ nos convidam a examinar os conceitos de multiculturalismo, diversidade, minorias e identidade.

Butler inicia sua argumentação abordando o conceito de multiculturalismo, articulando-o como uma possibilidade de existir e de se praticar ações afirmativas a fim de atender à rede complexa e diversa da sociedade norte-americana, especificamente no ambiente universitário. Para tanto, devemos considerar que a perspectiva multicultural é um debate desenvolvido desde a década de 1970 e que, após ter sido colocado em prática, a exemplo das próprias ações afirmativas, foi sendo reformulado e se tornou uma perspectiva multifacetada.

Por multiculturalismo entendemos três noções: demográfico-descritiva, ideológico-normativa e pragmático-política. A primeira consiste em pensar sobre as características demográficas da sociedade que, em nível global, é percebida como muito mais diversa do que homogênea. Sendo assim, o multiculturalismo é “a coexistência de uma série de experiências culturais diferentes dentro de um grupo ou sociedade” (tradução minha)⁷⁴, dadas suas ancestralidades e concentrações demográficas espalhadas globalmente.

A segunda configura um debate político e ideológico acerca do tema, pois as críticas ao multiculturalismo oscilam entre aqueles que descartam a ideia de mundo

⁷³ “An Affirmative View” (1996)

⁷⁴ Trecho original: “The coexistence of a range of different cultural experiences within a group or society” (Bolaffi, 2003, p. 183).

multicultural e outros que defendem que o conceito foi usado de maneira inadequada. De acordo com Malory Nye, “não existe algo como um „fracasso do multiculturalismo“, mas sim uma incapacidade de desenvolver eficazmente o contexto do multiculturalismo” (tradução minha)⁷⁵. Essa perspectiva de frustração *versus* sucesso apareceu quando a ex-chanceler alemã Angela Merkel disse em pronunciamento que o multiculturalismo havia fracassado diante dos movimentos reacionários e anti-imigração.

A terceira perspectiva tornou-se mais popularizada com os movimentos migratórios causados por guerras, empobrecimento, perseguições políticas em razão de identidades sexuais, religiosas, ambientais e étnicas. Nesse sentido, o multiculturalismo tornou-se um debate público que permitiu a aplicação de políticas com o objetivo de integrar grupos étnicos marginalizados nos seus territórios de origem e/ou distintos. Para isso, foi necessário reconhecer as disparidades entre centro e periferia, cultura dominante e cultura minoritária – notadamente as raciais, étnicas, sexuais, regionais, religiosas.

É com essa terceira perspectiva que Butler dialoga. A filósofa questiona um movimento reacionário na universidade em que os próprios beneficiários das políticas de ações afirmativas questionam o estatuto das identidades a qual estão vinculados, uma vez que sentem que essas mesmas identidades excluem mais que incluem. Butler identifica que a ação afirmativa vinculada a determinadas identidades gerou uma dicotomia:

“alunos reclamam de estarem presos por esta marca, ressentindo-se da redução que ela significa, e outros a assumem como um sinal de orgulho e realização que aumenta a visibilidade cultural das comunidades minoritárias no campus em atividades extracurriculares e curriculares” (tradução minha)⁷⁶.

As mudanças em universidades marcam a disputa de espaços de poder. Muitas vezes essas contendas esbarram em métodos de classificação e enquadramento nos

⁷⁵ “there is no such thing as the “failure of multiculturalism“ but rather is a failure to develop the context of multiculturalism effectively” (NYE, 2007, p. 118)

⁷⁶ Trecho original: “Some students complain about being imprisoned by this mark, resenting the reduction it signifies, and others take it on as a sign of pride and accomplishment that enhances the cultural visibility of minority communities on the campus, in extracurricular as well as curricular activities.” (BUTLER, 1996, p. 74)

conceitos que são produzidos para explicar os estatutos e as funcionalidades das ações afirmativas. Butler, então, interroga sobre a quantificação como método para determinar que é maioria ou minoria. Esse questionamento, segundo ela, abstrai as questões qualitativas, sejam elas os antecedentes, a história, as oportunidades dadas ou não a determinados grupos e formas culturais de expressão.

A autora não fala em sociedades racializadas, mas questiona a quantificação como método para determinar um grupo, na medida em que essas metodologias podem esvaziar o debate mais aprofundado, pois, segundo ela, a “calculabilidade” de alunos, sejam eles de quais grupos forem, deve acontecer como ponto de partida, não como um fim último para inseri-los nos espaços das universidades. Utilizar um marcador como ponto de partida significa torná-lo uma forma de identificar culturalmente um grupo como minoritário. Isso depende da compreensão e do contexto que posteriormente marcará o mérito desses alunos, o que só poderá ser feito pelos educadores.

Portanto, não basta inserir um número de alunos nas universidades que abarcam determinados grupos, é preciso inseri-los dentro do debate público sobre esses mesmos grupos. Ao contrário do que propõem os alunos, a melhor forma de resolver o problema não é acabar com as ações, mas, sobretudo, ampliar e aprimorar os métodos de inserção dos grupos. O texto de Butler toca justamente nas falhas da terceira via do multiculturalismo, uma vez que as políticas de reconhecimento e inserção de grupos minoritários não extinguem de forma automática as subjetividades presentes nas culturas imperialistas, nas bases do racismo estrutural, tampouco nas polarizações das performances de gênero ou do estatuto do que é ser mulher, homem, ou possuir identidades que transgridem matizes historicamente construídos.

Butler nos convida à reflexão sobre as ações afirmativas no Brasil, pois, ainda que as indagações da filósofa tratem do caso norte-americano a partir de uma análise interna à Berkeley, os avanços das práticas neoliberais no Norte global induziram outros na América Latina. No caso chileno, desde a ditadura de Augusto Pinochet.

Nossas ações afirmativas, em especial as políticas de cotas, têm sido atacadas interna e externamente às universidades pelas suas falhas, e principalmente pelo desconhecimento e pelo racismo estrutural que performam as subjetividades de parte da classe média brasileira. Os resultados são visíveis, porém as estruturas racistas que perduram na sociedade ainda reclamam por deslegitimar o processo de racialização com argumentos retóricos e pautados na resistência à perda de privilégios historicamente

construídos.

3.4- Breve história da revista *Representations*

A revista *Representations* configura-se como um grupo de estudos e espaço de debates. Algo muito parecido com o que desenvolvemos na graduação, e que acaba por inspirar caminhos e programas de pesquisa. Assim nasceu o novo historicismo, com atividades informais no cotidiano da vida acadêmica, entre colegas de trabalho e de curso da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Um conjunto diverso nas humanidades em sua diversidade de aspirações – historiadores, críticos literários, cientistas políticos e historiadores da arte – se debruçava para debater o problema da representação.

Segundo relato de Stephen Greenblatt e Catherine Gallagher, dois importantes membros da revista, inexistia a vontade e a expectativa de que o novo historicismo se tornasse um campo a ponto de ocupar espaço e cadeiras na Modern Language Association⁷⁷. Em uma interessante entrevista disponível na rede YouTube, Greenblatt descreve a ascensão do novo historicismo como uma reflexão crítica sobre o formalismo no exame dos objetos literários e da arte em geral.

A intencionalidade do exercício crítico seria pensar os aspectos dos objetos literários e a cumplicidade destes com seus consumidores, sua recepção, o universo de sua constituição e outras características consideradas irrelevantes pelas práticas formalistas. Parafraseando Greenblatt, “não fazia mais sentido descrever o funcionamento interno do texto literário como se não houvesse nada que o rodeasse e nada mais tivesse significado e o passado estivesse enclausurado e fechado em si mesmo”⁷⁸.

As vivências das reflexões e dos debates, após alguns anos, repercutiram na proposta de criação de um canal onde se pudesse ampliar as discussões para além dos encontros, nascendo assim a ideia de um periódico a ser inaugurado em fevereiro de

⁷⁷ Trata-se de uma associação comprometida com a divulgação e promoção de pesquisas de seus membros em diversas linguagens das humanidades, como a literatura, com estudos sobre escrita, artes cinematográficas e digitais, educação, pedagogia e pesquisas bibliotecárias. A MLA busca facilitar a pesquisa acadêmica nessas áreas, apoia departamentos de pós-graduação e promove eventos para fortalecer os campos de pesquisa das linguagens literárias. Conheça o site: <https://www.mla.org/>

⁷⁸ Ver entrevista completa em “The Holberg Conversation 2016: Stephen Greenblatt”, em encurtador.com.br/eglwB

1983, cujo nome atendesse por *Representations*. A denominação estava envolvida diretamente com as inquietudes dos membros, que, assim como eram de diferentes áreas e divergiam sobre o dilema da representação, cultivavam uma intensa atividade transdisciplinar.

Greenblatt e Gallagher explicaram a necessidade da revista de ampliar as atividades do grupo de estudos que durante anos discutia suas reflexões nos encontros e nas disciplinas que ministrava. A revista não trazia uma proposta clara no primeiro número, que também não apresentava uma declaração editorial. Segundo ambos os autores, isso aconteceu devido à dificuldade de estabelecimento de uma visão única a respeito das posições teórico-metodológicas dos membros. É interessante chamar a atenção para isso, pois as revistas geralmente apresentam uma carta de intenções ou fazem uma breve explanação de seus objetivos e do público-alvo no primeiro número.

Percebemos que, mais importante do que estabelecer um mote para o periódico, era manter o desajuste de visões sobre o tema da representação. Isso revela o paradoxo em que se preservou a contenda em prol da transdisciplinaridade, que atendia a todos os anseios dos envolvidos.

O primeiro número⁷⁹ foi publicado em fevereiro de 1983 e contou com artigos de Stephen Greenblatt, Svetlana Alpers, Philip Fisher, D. A. Miller, Jean-Joseph Goux e Thomas Laqueur em edição impressa, formato ainda utilizado pela revista, que também pode ser acessada eletronicamente na plataforma University California Press (a qual abriga outros periódicos). Portanto, trata-se de uma revista acadêmica comercializada; afinal, nos Estados Unidos, a produção do conhecimento e as universidades são, em sua maioria, privadas, ainda que a Universidade da Califórnia seja considerada pública. Poucos artigos da *Representations* podem ser baixados de forma gratuita⁸⁰.

Em relação ao corpo editorial, o conselho que fundou a revista era composto de vários intelectuais que faziam parte do grupo de discussões, apesar de dois deles terem se negado a participar do conselho durante os primeiros anos de publicações – Leo Bersani e D. A. Miller. Esse conselho mudou ao longo do tempo, mas vale assinalar como ele se constituiu *a priori*: presidido por Stephen Greenblatt⁸¹ e Svetlana Alpers⁸²,

⁷⁹ Veja em <https://online.ucpress.edu/representations/issue/volume/1>

⁸⁰ Há uma plataforma gratuita chamada Sci-Hub, por meio da qual é possível baixar artigos científicos comercializados. Sugiro conferir através do Google. Isso se estende a um questionamento sobre a ideia de propriedade intelectual. Será que o conhecimento produzido deve ser encarado como propriedade? Autoria é o mesmo que propriedade?

⁸¹ Professor da Universidade de Harvard, já publicou cerca de 14 livros. O que mais se destaca é *The swerve: how the world became modern* (2011), traduzido no Brasil em 2012 e premiado com o Pulitzer e

também compunham o quadro Catharine Gallagher⁸³, Denis Hollier⁸⁴, D. A. Miller⁸⁵, Frances Ferguson⁸⁶, Joel Fineman⁸⁷, Lynn Hunt⁸⁸, Michael Rogin⁸⁹, Paul Alpers⁹⁰,

o National Book Award no mesmo ano; além de outros, como *The rise and fall of Adam and Eve* (2017) – em língua portuguesa, *A ascensão e queda de Adão e Eva*, publicado em 2018; e *Marvelous possessions: the wonder of the new world* (1992), publicado pela Editora da Universidade de São Paulo em 1996. A última publicação do autor foi o polêmico *Tyrant: Shakespeare and politics* (2018), no contexto da ascensão de Donald Trump nos Estados Unidos. Além de conhecido como o “papa do novo historicismo”, nas palavras de Chris Lorenz, Greenblatt desenvolveu um amplo espectro de atividades acadêmicas na Europa como professor visitante, especialmente na Alemanha, na Itália, na França, na Inglaterra e também em Beijing, na China, e em Kyoto, no Japão. Ademais, desempenhou funções de prestígio ao ser alçado ao cargo de presidente da MLA e bolsista de longa duração do Instituto de Estudos Avançados de Berlin.

⁸² Historiadora de Arte e professora emérita na Universidade da Califórnia, *campus* Berkeley, de 1962 a 1994. Sua publicação mais difundida no Brasil é o livro *A arte de descrever: a arte holandesa no século*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi, EDUSP, 1999. [1983]

⁸³ Professora emérita de Literatura Inglesa e atuante em literatura histórica da Universidade da Califórnia (Berkeley), de 1980 até se aposentar, em 2012. Dentre suas obras, destacamos: *The making of the modern body: sexuality and society in the nineteenth century*, em parceria com Thomas Laqueur (1987). Gallagher foi premiada no James Russell Lowell Prize da Modern Language Association pelo livro *Nobody's story: women writers in the marketplace* (1994). A pesquisadora também foi indicada ao prêmio da American Philosophical Society em 2018 e ao Jaques Barzun Prize pelo melhor livro de história cultural com a obra *Telling it like it wasn't: the counterfactual imagination in History and Literature* (2018).

⁸⁴ Professor do Instituto de Humanidades da Universidade de Nova York, sua especialidade é literatura e cultura francesa. Dentre suas obras, podemos destacar: *New history of french literature, literary debate: texts and contexts* (1999).

⁸⁵ John F. Hotchkis (D. A. Miller) foi professor emérito na UC de Berkeley, além de em Harvard e Columbia. Especialista em cinema queer, ficção e estudos de gênero. Destaque para os livros *Hidden Hitchcock* (Universidade de Chicago, 2016) e *Narrative and its discontents* (Princeton University Press, 1981). Em 2013, foi eleito membro da Academia Americana de Artes e Ciências.

⁸⁶ Autora de livros como *Pornography, the theory: what utilitarianism did to action* (2004) e *Solitude and the sublime: the romantic aesthetics of individuation*, é professora do Departamento de Inglês da Universidade de Chicago e interessada em estética do século XIX e literatura.

⁸⁷ Apesar da contribuição desse autor à revista, seu único livro publicado foi *Shakespeare's perjured eye: the invention of poetic subjectivity in the sonnets* (UC Press, 1986), premiado com o James Russell Lowell Prize da Modern Language Association no ano de 1987. Interessado em estudos de literatura, teve uma carreira curta como professor, pois veio a falecer em 1989 aos 42 anos, vítima de um câncer. Houve uma publicação na revista em sua homenagem com um comovente relato sobre sua carreira, assinado pelo parceiro de revista Stephen Greenblatt, assim como por D. Lloyd e Hayden White. Segue link para conferir: encurtador.com.br/jryDE

⁸⁸ Conhecida no Brasil pelas temáticas de direitos humanos e História Cultural, essa historiadora é pesquisadora de história europeia e sua trajetória se confunde com a mudança que ocorreu na década de 70 nas universidades norte-americanas. Hunt, em um breve texto de apresentação na página da UC de Berkeley, menciona a ausência de outras mulheres lésbicas e de negros no departamento. Suas obras mais conhecidas são *Inventing human rights* (2007), traduzido para o português em 2009, com o título *A invenção dos direitos humanos; Politics, culture, and class in the French Revolution* (1984), em versão portuguesa como *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*, assim como *The new cultural history: essays* (1989), bastante difundido nos departamentos de História no Brasil com a tradução *A nova história cultural*, publicada em 1992. Nesse livro, há ensaios de outros colegas do grupo novo historicista de Berkeley, como Thomas Laqueur e Randolph Starn. A historiadora Lynn Hunt também exerceu o cargo de presidente da Associação Americana de História em 2002.

⁸⁹ Foi professor de ciência política em Berkeley e na Universidade de Makerere, em Uganda. Dentre suas obras interdisciplinares, podemos destacar: *The intellectuals and McCarthy: the radical specter* (1967), premiado com o Albert J. Beveridge, da Associação Americana de História; *Fathers and children: Andrew Jackson and the subjugation of the american indian* (1975); *"Ronald Reagan", the movie: and other episodes in political demonology* (1987). Rogin desenvolveu um trabalho teórico-

Thomas Laqueur⁹¹, R. Howard Bloch⁹², Randolph Starn⁹³, Steven Knapp⁹⁴ e Walter Michaels⁹⁵. Atualmente, apenas Greenblatt, Gallagher e Laqueur ainda fazem parte do time de conselheiros. Os novos presidentes são Stephen Best e Niklaus Largier. Abaixo, uma imagem bastante afetiva que está disponível no site, enviada a nós por Laqueur:

Figura 2: Corpo editorial em 1983

metodológico que articulava questões políticas e culturais sem perder de vista a ciência política. Até o momento, não foram encontradas obras em português com seu trabalho.

⁹⁰ Alpers foi professor emérito do Departamento de Literatura Inglesa e premiado em 1972 com a honraria Teaching Award. O campo de estudos sobre Renascimento o aproximou do grupo novo historicista e o ajudou a fundar a revista *Representations*. Dentre seu principais livros, destaca-se a obra póstuma *What is pastoral?* (2011); *Poetry of the Faerie Queene* (2016); e *The singer of the eclogues: a study of Virgilian pastoral* (1979). O autor faleceu em 2013, após lutar contra um câncer.

⁹¹ Professor emérito do departamento de História da Universidade da Califórnia, Laqueur atenta para temas não muito comuns entre historiadores, como sexualidade na história, morte, entre outros assuntos inusitados. Ele também é considerado sexólogo. Dentre suas obras mais conhecidas, estão *Making sex: body and gender from the greeks to Freud* (1990), traduzido no Brasil em 2001 com o título *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*; *The making of the modern body: sexuality and society in the nineteenth century*, em parceria com Catherine Gallagher (1987); *Solitary sex: a cultural history of masturbation* (2003); e *The work of the dead: a cultural history of mortal remains* (2015).

⁹² Historiador do Departamento de Língua Francesa da Universidade de Yale, Bloch desenvolve trabalhos sobre o período medieval abordando temas como gênero e literatura romântica. Suas principais publicações incluem *Etymologies and genealogies: a literary anthropology of the french middle ages* (paperback edition 1986); *Medieval misogyny and the invention of western romantic love* (1991); *A needle in the right hand of God: the norman conquest of 1066 and the making and meaning of the bayeux tapestry* (2006); *One toss of the Dice: the incredible story of how a poem made us modern* (2016). Não há publicações do autor em língua portuguesa.

⁹³ Professor emérito do Departamento de História em Estudos italianos da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Suas principais publicações são *Contrary Commonwealth: the theme of exile in medieval and renaissance Italy* (1982), *Arts of power: three halls of state in Italy, 1300-1600*, em parceria com Loren Partridge (1992); *Ambrogio Lorenzetti: the palazzo publico, (1994)* e *Varieties of cultural history: collected essays* (2001). Publicações do autor em língua portuguesa não foram encontradas.

⁹⁴ Presidente do Carnegie Museums of Pittsburgh, um conjunto de quatro museus com diferentes propostas: um de arte, um de História Natural, um centro de ciências e o museu Andy Warhol, mantido pelo chamado Instituto Carnegie. Também exerceu cargos de liderança na Universidade George Washington, onde atuou como diretor. Foi professor de Literatura Inglesa em Berkeley. Knapp publicou três livros, mas nenhum deles foi traduzido para a nossa língua. Com destaque, *The predicament of belief: science, philosophy, and Faith*, escrito com Philip Clayton (2011); e *Literary interest: the limits of anti-formalism* (1993).

⁹⁵ Professor de Língua Inglesa da Universidade Illinois, em Chicago, Michaels tem trabalhos sobre a literatura do século XIX e XX. Suas principais obras são; *The trouble with diversity: how we learned to love identity and ignore inequality* (2007); *The shape of the signifier: 1967 to the end of history* (2013), *Our America: nativism, modernism, and pluralism* (1995). Suas obras ainda não foram traduzidas para a Língua Portuguesa.



Fonte: Benjamin Ailes e Thomas Laqueur, 2020.

A revista tem um layout simples, mas interessante, que não mudou desde a primeira publicação. Eis a logomarca:



Ainda que seja uma revista acadêmica, através do link “purchase” é possível fazer uma assinatura para receber os números trimestralmente. O valor do primeiro volume foi 5 dólares, excetuando-se o frete. Apesar de comercializada, esse preço, em 1983, parece ter sido razoável e acessível. Claro que na situação atual podemos dizer o contrário. Seria interessante aqui estabelecer a tiragem da revista, no entanto, pela distância geográfica e por termos trabalhado com as versões eletrônicas, não temos esse dado, o que invalida qualquer juízo apressado sobre a evolução da revista, já que ela persiste até o ano corrente (2021).

A construção da memória disciplinar do novo historicismo se confunde com a revista na medida em que reelabora um cânone, seja do historicismo clássico ou do próprio formalismo combatido pelos membros do grupo. Na tentativa de entender a relevância do periódico, além dos dados e conceitos fundamentais explorados pelo Iramuteq, e da pesquisa em artigos e dossiês temáticos, buscamos ensaiar uma entrevista com Stephen Greenblatt e Thomas Laqueur. Ambos foram bastante receptivos, especialmente Laqueur, que apontou caminhos para obter as informações sobre as principais tiragens, enviou-nos fotos, e-mails de contato para obter mais fontes de pesquisa e respondeu a um pequeno questionário:

Cristiane:

Eu gostaria de saber quais edições da Representations tiveram maior circulação e o maior número de vendas. Isso é importante para entender

quais foram os temas mais quentes e intrigantes do jornal no período de 1983 a 2000.

Thomas:

Eu não tenho dados confiáveis para isso, mas a UC Imprensa tem uma excelente análise de dados e pode te dizer quais artigos e edições especiais atraíram maior atenção. Você deve procurar Diana Wise, a editora-chefe, que pode te conectar com a Imprensa ou falar diretamente com o gerente de periódicos da UCP (tradução minha)⁹⁶.

O número de maior tiragem é uma valiosa informação para identificar quais os temas que chamaram mais a atenção do público-alvo da revista e, com a ajuda de Thomas Laqueur, que foi bastante receptivo em contato por e-mail, tentamos que a editora associada, Diana Wise, nos ajudasse com informações sobre os artigos mais vendidos e que mais circularam. Ela passou a mensagem para os setores de data-base que cuidam do sítio da revista, e obtive a seguinte resposta:

"Infelizmente, esta informação de circulação não é algo a que temos acesso neste momento. Também, mesmo se tivéssemos acesso a ela, a UC Press considera que a circulação da revista e a informação sobre vendas deve ser privada, e nós provavelmente não a compartilharíamos com partes externas à imprensa ou ao corpo editorial do periódico" (tradução minha)⁹⁷.

A resposta à solicitação nos dá pistas ao creditar a ideia de propriedade intelectual não necessariamente aos autores, mas à universidade. Tal situação nos faz pensar também que os valores arrecadados com as vendas não necessariamente são divididos com os autores. Isso é relevante, na medida em que a revista acadêmica funcionaria mais como um espaço de debate, produção e divulgação do conhecimento do que como uma fonte de ganhos monetários para os seus autores. E, apesar de as revistas brasileiras serem abertas, seus autores também as utilizam com o mesmo

⁹⁶ Cristiane: I would like to know which editions of Representations had the greatest circulation and the greatest number of sales. This is important to understand what were the most intriguing and hot topics in the journal during the period from 1983 to 2000.

Thomas: I do not have reliable data for this but UC Press has excellent data analytics and can tell you which articles and special issues attracted the most attention. You might go through Diane Wise the managing editor who can connect you with the Press or go directly to the journals manager at UCP. (Entrevista com Thomas Laqueur, 2020.)

⁹⁷ "Unfortunately, that circulation information isn't something that we have access to at the moment. Also, even if we did have access, UC Press considers journal circulation and sales information to be proprietary, and we likely wouldn't share it with parties external to the Press or the journal editorial office." (Wise, 2020)

intento dos intelectuais que publicam na *Representations*.

Além disso, a identidade intelectual dos agentes que se interessam pela revista apresenta um caminho para entender a proposta interdisciplinar do novo historicismo, ou pode predeterminar sua conclusão, já que ela caracteriza as publicações e possivelmente os leitores. Ao ser perguntado acerca dos campos de atuação dos consumidores da revista entre 1983 a 2000, e se o periódico contribuiu para expandir as ideias do novo historicismo, Laqueur afirmou:

Eu não estou certo do que você está perguntando. Eu acho que os eruditos e historiadores da literatura e do cinema eram nosso maior público, juntamente com historiadores da arte logo em seguida. Mais recentemente, acredito que musicólogos e pessoas dos estudos de gênero vieram nos ler. A composição do conselho é um grande determinante de quem nos lê.

[...] difícil afirmar. Talvez, mas acredito que os livros individuais dos membros e pesquisadores em outros lugares – Jonathan Goldberg em Johns Hopkins, Steve Orgel, em Stanford, fizeram o trabalho pesado. Penso, por outro lado, que éramos considerados o principal periódico do trabalho novo historicista. Acredito que a diversidade intelectual do grupo fundador é tão importante quanto o foco de alguns novos historicismos pelos quais nos tornamos conhecidos. O brilhante Joel Fineman era lacaniano, Leo Bersani era profundamente envolvido com Freud, Paul Alpers um formalista, Svetlana Alpers é da tradição de Gombrich. Foucault e Geertz foram as maiores influências e nem eram do novo historicismo, embora ambos refletissem profundamente sobre a questão das representações (tradução minha)⁹⁸

Conforme já explicitado, não houve uma carta de intenções no primeiro volume. No sítio eletrônico, encontramos a seguinte afirmação, que, embora publicada anos após a fundação, é bastante reveladora da proposta interdisciplinar da revista no campo das humanidades, dos enfoques metodológicos que dão corpo à escrita, das temáticas, das

⁹⁸ I am not quite sure what the question is asking. I think literary and film scholars and historians were our biggest audience with art historians just behind. More recently I think musicologists and gender studies people have come to read us. The composition of the Board is a big determinant of who reads us. [...] this is hard to say. Maybe but I think the books of individual members and scholars elsewhere-- Jonathan Goldberg at Johns Hopkins; Steve Orgel at Stanford did the heavy lifting. I do think however that we were considered the flagship journal for new historicist work. I think the intellectual diversity of the founding group is as important as the focus of some of the new historicism for which we became known. The brilliant Joel Fineman was a Lacanian; Leo Bersani deeply engaged with Freud; Paul Alpers a formalist; Svetlana Alpers in the tradition of Gombrich. Foucault and Geertz were major influences and neither is a new historicist although both think deeply about the question of representations. (Entrevista com Thomas Laqueur, 2020.)

urdiduras do artefato artístico, dos conflitos e das conciliações entre sujeitos, classes e grupos. Nos dizeres dos editores:

A Representations busca transformar e enriquecer a compreensão das culturas. [...] A compreensão da representação é a preocupação compartilhada de uma ampla variedade de disciplinas. Pesquisas significativas de historiadores, historiadores da arte, críticos literários, antropólogos, psicólogos, filósofos e sociólogos concentram-se na maneira como as sociedades, instituições e estruturas de poder se representam na linguagem, na arte e no cerimonial – e são elas próprias moldadas por essas representações. [...]. A revista reúne trabalhos que ignoram as fronteiras disciplinares tradicionais, revelando as conexões entre os mais diversos campos de pesquisa. Ao fazê-lo, criou uma nova comunidade de erudição entre todos os que exploram a forma como os artefatos, instituições e modos de pensamento refletem e dão uma maior explicação das circunstâncias sociais, culturais e históricas em que surgem (tradução minha)⁹⁹.

Levando em consideração o gosto pela interdisciplinaridade, podemos dizer que o historicismo clássico inviabilizava esse ponto de partida? A resposta a essa controversa pergunta seria não. Todavia, ao contrário dos historicismos dos séculos XIX e XX, o novo historicismo não estava preocupado em colocar a história como autoridade da produção do conhecimento sobre o passado, tampouco em demarcar fronteiras entre os campos das humanidades.

O ponto de partida novo historicista é a construção de outro cânone que foge às regras de outrora. Qual o significado de cânone? Justamente a norma ou o conjunto de autores que exprimem um gosto específico pelos modos de fazer e pensar, pela permanência e pelas tradições. No prefácio de *Antes do cânone: Abreu e Lima e as disputas pelo futuro e pela escrita do Brasil* (2021), o historiador Temístocles Cezar elabora uma fecunda reflexão sobre o objeto de análise da autora.

⁹⁹ *Representations* seeks to transform and enrich the understanding of cultures. Our central interests lie in the symbolic dimensions of social practice and the social dimensions of artistic practice. Cultures are built out of representations. Their making is, fundamentally, a communal activity. Even in the special realm we call art, representation is a communal activity, inseparable from collective motives, attitudes, and judgments. The understanding of representation is the shared concern of a wide variety of disciplines. Significant research by historians, art historians, literary critics, anthropologists, psychologists, philosophers, and sociologists focuses on the way societies, institutions, and structures of power represent themselves in language, art, and ceremonial—and are themselves shaped by these representations. *Representations* provides a forum for work that is theoretically sophisticated but with a high degree of social, historical, and textual specificity. The journal brings together work that ignores traditional disciplinary boundaries, revealing the connections among widely diverse fields of research. In doing so, it has created a new community of scholarship among all who explore the way artifacts, institutions, and modes of thought both reflect and give a heightened account of the social, cultural, and historical circumstances in which they arise. (Editores, 2021). Vide em <https://www.representations.org/about/>

A palavra clássico é resultado e causa, de acordo com Cezar, da interpretação canônica. Nesse sentido, não há como fugir da leitura dos historicistas do século XIX, se foram eles os responsáveis pelo fazer historiográfico que conhecemos até hoje. Mas faltava a eles (ou a alguns deles) uma dimensão autorreflexiva capaz de identificar o alcance de suas operações historiográficas que, naquela altura ou temporalidade (moderna), eram entendidas tão somente como método.

O novo historicismo se fez valer dessa autorreflexão, visto que colocou no centro as articulações com outros objetos e conceitos historiográficos, como a sexualidade, a dimensão do feminino e do estereótipo construído historicamente sobre as mulheres, as perspectivas pós-coloniais que tensionavam a naturalização da violência e das práticas imperialistas, a circulação das ideias e os significados que reelaboravam as tradições literárias e visuais.

A *Representations* foi importante e tornou o novo historicismo um movimento ao contribuir de forma efetiva para a expansão das suas ideias e práticas, embora as relações acadêmicas e os questionamentos da década de 1980 tenham oferecido terreno fértil para tal. Já abordamos no capítulo anterior as transformações nos regimes de historicidade e historiografia identificadas especialmente após os estudos de linguagem e as fragmentações metodológicas nas humanidades. Nesse sentido, os temas capturados pelo Iramuteq e os dossiês temáticos enumerados na planilha¹⁰⁰ ajudam a perceber que a proposta do novo historicismo está em conformidade com os textos da revista, portanto contribuem sobremaneira para estabelecê-los como contraponto ao cânone historicista clássico e ao formalista.

Mas o novo historicismo não é somente um movimento que adquiriu força através da revista. Ele também pode ser compreendido a partir de uma dimensão ética na historiografia, e, conseqüentemente, para o historiador. A escrita da história produz resultados e implicações sociais, é mais do que textos elaborados por pesquisadores; ela possui virtudes, e, concomitantemente, apresenta conseqüências históricas e sociais¹⁰¹. A historiografia produz debates públicos, e claro que é desejo dos historiadores que esses debates atinjam mais públicos, e é essa a força com que um novo historicismo se afirma.

Embora, no Brasil, poucas pessoas tenham se debruçado sobre o novo

¹⁰⁰ Ver em anexos.

¹⁰¹ Ver as reflexões de Hermann Paul em “Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues” (2011); “What Defines a Professional Historian? A Historicizing Model” (2015).

historicismo, a revista *Representations* é muito conhecida. O mesmo acontece em vários países. Não é determinante, mas é condicionante do sucesso do movimento com a popularização do periódico. Isso aconteceu com movimentos historiográficos com a própria revista dos *Analles*, na França, e na historiografia do século XX. As trajetórias acadêmicas dos membros do grupo também projetam a relevância do neo-historicista em sua recepção e metodologia.

O cânone historiográfico historicista, ao tornar a história disciplina, teve o intento claro de construir uma ciência histórica que permitisse a formação intelectual dos indivíduos de uma comunidade intelectual partilhada entre aqueles que participam de uma comunidade cultural, histórica e nacional. Isso significa que determinados temas foram trazidos à baila e métodos foram compartilhados e aprimorados. Portanto, o cânone historiográfico historicista permanece em tempos de novos historicismos. Isso não quer dizer que sejamos impelidos a repeti-los; se assim fosse, o êxito do novo historicismo teria sido inviabilizado.

Estaríamos diante da construção de outro cânone? A história, seus produtores, leitores e consumidores desenvolvem cotidianamente processos de mudança de paradigmas, narrativas sobre o passado, reconstruções e disputas em torno desse passado. Negar o novo historicismo significa virar as costas para a própria história e para seu processo, ainda que o propósito desse movimento não estivesse com olhares voltados para a historiografia como área, mas para seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa buscamos identificar o novo historicismo e quais as suas contribuições para a historiografia. Isso consiste em reconhecer, conforme nosso percurso metodológico em que medida ele se diferencia do historicismo clássico. É perceptível que as diferenças aparecem pela amplitude dos propósitos de ambos, os temas que se ocupam, as tradições de pensamento que se filiam, as metodologias, assim como os regimes de historicidade intrínsecos.

O novo historicismo está preocupado com as subversões às relações de poder nas representações, na circularidade da escrita e da arte. Portanto, se afasta do historicismo clássico que tinha em seu bojo uma proposta ampla, em que a historiografia tinha uma função formativa, enquanto o novo historicismo está mais interessado em observação as funções mais performativas dos diferentes sujeitos, especialmente aqueles que pretensamente são silenciados.

A proposta novo historicista exprime mais um regime de historicidade do que de historiografia, uma vez que está relacionada às temporalidades mais contemporâneas, ao mesmo tempo que a historiografia ainda não deu tanta atenção ao novo historicismo. Isso é resultado da amplitude desse movimento e das tradições francesas e alemãs que dominam boa parte das produções historiográficas.

De todo modo, é sintomático e perceptível que o novo historicismo tem uma contribuição à escrita da história, pois permite aos historiadores e historiadoras perceber a circularidade das representações e, assim, observar com cuidado as dinâmicas de poder. Isso alarga a perspectiva temática sobre assuntos que muitos profissionais de história pesquisam com excessivo melindre com os rigores cientificistas. Como vimos nos artigos, é possível observar subversões ao poder inclusive nas fontes ditas clássicas – a exemplo dos relatos de Vespúcio.

O novo historicismo enquanto prática realmente apresenta novos caminhos de análise historiográfica. A revista, nesse sentido, apresenta pesquisas interdisciplinares desde a década de 1980, cujos temas (como sexualidade) ainda encontram resistências nas pesquisas historiográficas.

Obtivemos clareza das principais temáticas do periódico *Representations*, percebemos a atenção aos campos não densamente explorados pelo historicismo clássico, como uma abordagem sobre a sexualidade, perspectivas de gênero, estudos pós-coloniais e a ideia da circulação como mecanismo de historicidade e apreensão das

disputas de poder em variados espaços. E, através dela, é bastante profícuo perceber que a relevância do novo historicismo foi consolidada. Portanto, consideramos promissor o campo de pesquisa que se preocupa com as revistas historiográficas para entender as dinâmicas de poder e tendências de investigação.

Ademais, se analisarmos o novo historicismo à luz da historiografia, podemos dizer que pode ser interpretado a partir de sua dimensão ética, ao reconhecer a importância dos estudos pós-coloniais, do feminismo e das atenções aos temas marginalizados por um historicismo clássico que se fazia valer de parâmetros universais e ocidentalizados.

Greenblatt, ao empregar os significados de historicismo no texto que utilizamos para abrir a tese, encontra um alvo para discordar e propõe outro. Todavia, o novo historicismo não objetivou substituir, ressignificar ou apontar uma nova metodologia na história da historiografia. Ele configura menos um neo-historicismo do que um novo historicismo. O alvo das dinâmicas e disputas de poder nos discursos acadêmicos encontra escutas, muitas vezes, quando aponta para os cânones mais conhecidos, especialmente aqueles que, no presente caso, refutam os formalismos, e a ausência de mobilização de práticas de escrita e leitura realça vozes dissonantes.

A relevância do novo historicismo, por conseguinte, situa-se também na importância da construção de práticas de um movimento que permite alçar voos que a própria tradição ou regime de historicidade performam, deformam e transgridem. Se a historiografia vai um dia se ocupar de suas metodologias será um outro capítulo na história da historiografia. A conferir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Tradução de Marcus Penchel, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

ANKERSMIT, F. R. “Historicism: An Attempt at Synthesis.” *History and Theory*, vol. 34, no. 3, [Wesleyan University, Wiley], 1995, pp. 143–61, <https://doi.org/10.2307/2505617>.

_____. **A escrita da história** [livro eletrônico]: a natureza da representação histórica / Franklin Rudolf Ankersmit ; tradutores: Jonathan Menezes...[et al.]. – Londrina : Eduel, 2016.

_____. ANKERSMIT, Frank. The necessity of historicism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 4, n. 2, p. 226-240, 2010.

Avelar, Alexandre. de S. Hayden White nas páginas de *History and Theory*. Dois momentos: 1980 e 1998. **Artcultura**, 20(37), 37–49, 2018.

<https://doi.org/10.14393/artc-v20-n37-2018-47238>

ARAÚJO, Nabil. Para ler a teoria: o efeito da desconstrução e o futuro da crítica. In: *fragmentum*. Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 45, 2015, p. 93-114.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”. In: *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 12, nº 1, 2006, p. 79-94.

ÁVILA, Arthur Lima. O fim da história e o fardo da temporalidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 243 - 266, jul./set. 2018.

BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: FGV, 2010. p.133-141.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. **Breaking up Time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future**. Vandenhoeck & Ruprecht GmbH & Co. KG, Göttingen/ Vandenhoeck & Ruprecht LLC, Bristol, CT, U.S.A, 2013.

BEVERNAGE, Berber. **The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism**. *History and theory*. Middletown: Wesleyan University Press, v. 54, n. 3, p. 333-352, October 2015.

BEVIR, Mark. Porque a distância histórica não é um problema. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 18, agosto, 2015, p. 11-28.

BOLAFFI, G., Bracalenti, R., Braham, P., & Gindro, S. (Eds.) (2003). *Dictionary of*

race, ethnicity and culture. SAGE Publications Ltd,
<https://dx.doi.org/10.4135/9781446220375>

CÁFFARO, Geraldo Magela. “The House, the World, and the Theatre: Self-Fashioning and Authorial Spaces in the Prefaces of Hawthorne, Dickens, and James” (O lar, o mundo, e o teatro: automodelamento nos prefácios de Hawthorne, Dickens e James), Dissertação de mestrado, UFMG em 2015.

CAMARGO, Sílvio César. Adorno e pós-modernidade em Fredric Jameson. **Barbarói.** Santa Cruz do Sul, n. 30, jan./jul. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CLÜVER, Claus. Estudos interartes: conceitos, termos, objetivos. *Literatura e Sociedade: Revista de teoria literária e literatura comparada*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 2, dez. 1997, p. 37-55.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria:** literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Humanitas).

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária:** uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

CULLER, Jonathan. Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DERRIDA, Jacques. **Posições.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik:** Vorlesungen über Enzyklopädie und O Methodologie der Geschichte. (org. Peter Leyh). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977 [em português: **Manual de Teoria da História.** Petrópolis: Vozes, 2009 [original: 1881-1883].

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas Ciências Humanas.** São Paulo: UNESP, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Foucault, Michel:** Power, truth, strategy. Edited by Meaghan Morris and Paul Patton. Feral Publications, Sidney, 1979.

FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAIO, Géssica G.; NICODEMO, Thiago L.; SOUSA, Francisco G. Uma lágrima sobre a cicatriz: O desmonte da Universidade pública como desafio à reflexão histórica

(#UERJResiste). **Revista Maracan**. n. 17, p. 71-87, jul./dez. 2017.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: Estudos sobre a escrita da história. Anais do Encontro de Historiografia e História Política, Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, p. 68-85.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as Origens da mudança cultural. São Paulo. Edições Loyola, 14ª edição, 2005.

HUMBOLDT, W. von. [1821]. A tarefa do historiador. Tradução Pedro Caldas. **Anima**, v.1, n. 1, 2001.

IGGERS, Georg G. **New directions in european historiography**. London: Methuen, 1988.

_____. The image of Ranke in American and German historical thought. **History and Theory**, n. 2, p. 17-27, 1962.

_____. IGGERS, George. **Historiography in the twentieth century : from scientific objectivity to the postmodern challenge**. Middletown: Wesleyan Univ. Press, 1996.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2ª ed., 2007.

_____. **The Political Unconscious**: narrative as a socially symbolic act. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1981.

_____. O romance histórico ainda é possível? **Novos Estudos Cebrap**, nr 77, 2007.

JENCKS, Charles. **The Language of Post-Modern Architecture**. New York: Rizzoli, 1984. Print.

JÚNIOR, Osvaldo Giacoia. **Nietzsche**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2000.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KAMLAH, Wilhelm. Die Formierung der "Geisteswissenschaften" in der Auseinandersetzung mit den Naturwissenschaften. In: HART, Dietrich (org). **Propädeutik der Literaturwissenschaft**. Munchen: Wilhelm Fink, 1973.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LORENZ, Chris F. G. Blurred lines: history, memory and the experience of time. In: International journal for history, culture and modernity. **Stichting International Journal for History, Culture and Modernity**, v. 2, n. 1, p. 43-62, 2014.

_____. The Times They Are a-Changin'": On Time, Space and Periodization in History". In K. Tilmans, F. van Vree, & J. Winter (Eds.), **Performing the Past: Memory, History, and Identity in Modern Europe** (pp. 67–105). Amsterdam: Amsterdam University Press.

_____. Out of Time? Critical Reflections on Francois Hartog's Presentism. In: Marek Tamm & Laurent Olivier (eds.), **Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism**, London: Bloomsbury Academic, 23-43, 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MALERBA, Jurandir. **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Rev. Bras. Hist.* 37 (74) • Jan-Apr 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n74-06>

MARQUARD, Odo. **Las dificultades con la filosofía de la historia**. Valencia: Pre-Textos, 2007.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: tese, legado, fragilidade. **História Revista**, Goiânia, v. 7, n. 1/2, jan./dez. 2002, p. 1-22.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (org.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Agvmentvm, 2008.

MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su genesis**. México: Fondo de Cultura Económica, S.d.

MUDROVCIC, Maria. Inês. Cuando la historia se encuentra con el presente o lo que queda del "pasado historico". In: MUDROVCIC, M. I. e RABOTNIKOF, N. (coords).

- En busca del pasado perdido:** temporalidad, historia y memoria. Mexico: Siglo XXI Editores, UNAM, 2013.
- MUNSLOW. *Desconstruindo a História*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M. e ARAÚJO, V. L. (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério Forastieri da (orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva:** da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra:** Um livro para todos e para ninguém. Trad. Mário da Silva. São Paulo: Círculo do Livro, S.d.
- NYE, Malory. The Challenges of Multiculturalism. In: *Culture and Religion*, Vol. 8, No. 2, July 2007, p. 109-123.
- OLIVEIRA, Maurício M. dos S. **A persistência do mesmo na inquietude turbulenta do mundo:** Fredric Jameson e o ocaso da História na pós-modernidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- RANGEL, Marcelo De Mello. Sobre a utilidade e desvantagem da ciência histórica, segundo Nietzsche e Gumbrecht. **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 208-241. RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In.: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada:** teoria e método na Historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 202-225.
- REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo, Editora Ática, 1996.
- RODRIGUES, L. S. .; MUDROVCIC, M. I. . .; AVELAR, A. de S. . . **Rebeldia disciplinada? Introdução à 'História como (in)disciplina'**. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1867.
- SCHNÄDELBACH, H. *Philosophy in Germany: 1831-1933*. Cambridge University Press. Traduzido por Eric Matthews. 1984.
- TURIN, Rodrigo. **Tempos precários:** historicidade, aceleração e semântica neoliberal. Dansk: Zazie Edições, 2019.
- Veenstra, Jan R. The New Historicism of Stephen Greenblatt: On Poetics of Culture and the Interpretation of Shakespeare. *History and Theory*, vol 34, nr 3, p.174-198, 1995.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

WHITE, Hayden. Figural Realism in Witness Literature. *Parallax*, n.1, v.10, p.113-124, 2004.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

WHITE, Hayden. *The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

WHITE, Hayden. A conversation with Hayden White. *Rethinking History*. Vol. 12, No. 1, March 2008, 3–21.

ANEXOS

INVENTÁRIO DOS DOSSIÊS TEMÁTICOS – 1983-1999					
Número	Ano	Tema	Nome do dossiê	Título do Artigo	Autor
17	1987	gênero	A exibição do corpo cultural	O termômetro feminino	TERRY CASTLE
17	1987	gênero	A exibição do corpo cultural	Andreas Vesalius e anatomia da antiga escultura	GLENN HARCOURT
17	1987	gênero	A exibição do corpo cultural	Preleções de William Harvey: a performance do corpo na anatomia do teatro renascentista The Performance of the Body in the Renaissance Theater of Anatomy	LUKE WILSON
17	1987	gênero	A exibição do corpo cultural	Wine of the Corpse: Endocannibalism and the Great Feast of the Dead in Borneo	PETER METCALF
17	1987	gênero	A exibição do corpo cultural	A Poem Is Being Written	EVE KOSOFSKY SEDGWICK
17	1987	gênero	A exibição do corpo cultural	Bodies and Texts	HARRY BERGER, JR
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	Medieval Misogyny	R. HOWARD BLOCH
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	Shakespeare's Will: The Temporality of Rape	JOEL FINEMAN
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	Making Up Representation: The Risks of Femininit	JACQUELINE LICHTENSTEIN
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	Rape and the Rise of the Novel	FRANCES FERGUSON
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	The Portrait of a Gentleman: Representing Men in (French) Women's Writin	NAOMI SCHOR
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	The Empire of Agoraphobia	GILLIAN BROWN
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	Degas's Brothels: Voyeurism and Ideology	CHARLES BERNHEIME
20	1987	gênero	Special issue: Misogyny, Misandry, and Misanthropy	Her Body, Himself: Gender in the Slasher Film	CAROLJ. CLOVER

Número	Ano	Tema	Nome do dossiê	Título do Artigo	Autor
--------	-----	------	----------------	------------------	-------

40	1992	narrativa	Special Issue: Seeing Science	Francis Bacon and the Mobility of Science	ONALD LEVAO
40	1992	narrativa	Special Issue: Seeing Science	On Visual Desperation and the Bodies of Protozoa	JAMES ELKINS
40	1992	narrativa	Special Issue: Seeing Science	The Emerson Museum	LEE RUST BROWN
40	1992	narrativa	Special Issue: Seeing Science	The Image of Objectivity	LORRAINE DASTON AND PETER GALISON
40	1992	narrativa	Special Issue: Seeing Science	"Experiments of Destruction": Cinematic Inscriptions of Physiology	LISA CARTWRIGHT
40	1992	narrativa	Special Issue: Seeing Science	Science "Gone Native" in Colonial India	GYAN PRAKASH
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	The Continuity of Forms: Myth and Genre in Warner Brothers' The Charge of the Light Brigade	RICHARD SLOTKIN
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	"Surge and Splendor": A Phenomenology of the Hollywood Historical Epic	VIVIAN SOBCHACK
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	Nietzsche in the Nursery: Naive Classics and Surrogate Parents in Postwar American Cultural Debates	JED RASULA
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	Rock and Roll in Representations of the Invasion of Vietnam	DAVID E. JAMES
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	"Make My Day!": Spectacle as Amnesia in Imperial Politic	MICHAEL ROGIN
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	Genesis, Sexual Antagonism, and the Defective Couple of the Twelfth-CenturyJeu d'Adam	JONATHAN BECK
29	1990	narrativa	Fórum especial: Entretenimento histórico: cinema americano e cultura popular	Emulous Factions and the Collapse of Chivalry: Troilus and Cressida	ERIC S. MALLIN
31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	"The Tittle-Tattle of Highbury": Gossip and the Free Indirect Style in Emma	ASEY FINCH AND PETER BOWEN
31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	Alias Bunbury: Desire and Termination in The Importance of Being Earnest	CHRISTOPHER CRAFT

31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	Queen Caroline and the Sexual Politics of Popular Culture in London, 1820	NNA CLARK
31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	Marx and Heterogeneity: Thinking the Lumpenproletariat	ETER STALLYBRASS
31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	Detecting the Beggar: Arthur Conan Doyle, Henry Mayhew, and "The Man with the Twisted Lip"	AUDREY JAFFE
31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	A Chaos of Delight: Perception and Illusion in Darwin's Scientific Writing	AMES KRASNER
31	1990	narrativa	The Margins of Identity in Nineteenth-Century England	The Puzzling Case of the Deceased Wife's Sister: Nineteenth-Century England Deals with a Second-Chance Plot	MARGARET MORGANROTH GULLETTE
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	A função do gênero no discurso do descobrimento	LOUIS MONTROSE
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	O ouro fugitivo de Raleigh: referência e deferimento em "O descobrimento da Guiana"	INGA CLENDINNEN
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	A estética da conquista: poesia asteca antes e depois de Cortés	DAVID DAMROSCH
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	Demônios, imaginação e os incas	SABINE MACCORMACK
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	<i>Ius et Factum</i> : texto e experiência nos escritos de Bartolomeu de Las Casas	ANTHONY PAGDEN
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	A negociação do medo em Cabeza de Vaca's: <i>Naufragios</i>	ROLENA ADORNO
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	A suma do filósofo: Jean de Léry na iluminação	FRANK LESTRINGANT
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	Epílogo: a heterologia de Michel de Certeau e o Novo Mundo	LUCE GIARD
33	1991	narrativa	O Novo Mundo	Narrativas de viagem do francês para o Brasil: séculos 16 ao 19	MICHEL DE CERTEAU
35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	In Mendacio Veritas (In Lies There Lies the Truth)	ISTVAN REV
35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	Beheadings	REGINA JANES
35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	Pears in History	SANDY PETREY
35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	Osip Mandelstam and the Stalin Ode	J. M. COETZEE

35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	Tiananmen Square: A Political History of Monuments	WU HUNG
35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	The Wall, the Screen, and the Image: The Vietnam Veterans Memorial	MARITA STURKEN
35	1991	narrativa	Dossiê especial: histórias monumentais	"Misunderstanding" Western Modernism: _~_____~The Menglong Movement in Post-Mao China	XIAOMEI CHEN
40	1992	narrativa	Dossiê especial: ciência do ver	Francis Bacon e a mobilidade da ciência	RONALD LEVAO
40	1992	narrativa	Dossiê especial: ciência do ver	Acerca do desespero visual e os corpos dos protozoários	JAMES ELKINS
40	1992	narrativa	Dossiê especial: ciência do ver	O museu de Emerson	LEE RUST BROWN
40	1992	narrativa	Dossiê especial: ciência do ver	A imagem da objetividade	LORRAINE DASTON AND PETER GALISON
40	1992	narrativa	Dossiê especial: ciência do ver	Experiências da destruição: registros cinematográficos da fisiologia	LISA CARTWRIGHT
40	1992	narrativa	Dossiê especial: ciência do ver	A ciência se tornou nativa na Índia colonial	GYAN PRAKASH
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1989	Autópsias paralelas	ISTVAN REV
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1990	Censura, uma visão comparativa: França, 1789 - Alemanha Oriental, 1989	ROBERT DARNTON
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1991	Vida intelectual sobre a ditadura	ANDREI PLESU
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1992	Lembrando para esquecer: memória, história, identidade nacional no pós-guerra no leste europeu	RICHARD S. ESBENSHADE
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1993	Símbolos que encaram duas visões: homenagem às vítimas do nazismo e stalinismo em Buchenwald e Sachsenhausen	SARAH FARMER
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1994	Campos de concentração comunistas e suas consequências	TZVETAN TODOROV
49	1995	narrativa	Identificando histórias: Europa Oriental antes e depois de 1995	Da alma russa comunista à nostalgia pós-comunista	SVETLANA BOYM
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	Introdução	SHERRY B.

					ORTNER
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	O toque do real	STEPHEN GREENBLATT
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	Uma nota sobre Geertz como ensaísta da cultura	RENATO I. ROSALDO JR
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	Geertz e História: da sincronia a transformação	WILLIAM H. SEWELL JR
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	Religião e capitalismo novamente? Cultura judaica mercante no século XVII	NATALIE ZEMON DAVIS
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	Os usos da cumplicidade na mudança de cenário do campo antropológico	GEORGE E. MARCUS
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	A interpretação da cultura após a televisão	LILA ABU-LUGHOD
59	1997	narrativa	O destino da cultura: Geertz e além	Resistência grossa: morte e agência de construção cultural no montanhismo do Himalaia	SHERRY B. ORTNER
61	1998	narrativa	Práticas do iluminismo	Introdução	CARLA HESSE
61	1998	narrativa	Práticas do iluminismo	Ficção iluminista e a hipótese científica	JOHN BENDER
61	1998	narrativa	Práticas do iluminismo	Detalhes do iluminismo: teologia, história natural e a carta	JONATHAN SHEEHAN
61	1998	narrativa	Práticas do iluminismo	Incorporando a esfera pública: censura e o sujeito leitor em Beaumarchais "Marnage de Figaro"	ELIZABETH J. MACARTHUR
61	1998	narrativa	Práticas do iluminismo	Gótico terrível: o "Bals des victimes", o fantástico, e a produção do conhecimento histórico no pós-terror francês	RONALD SCHECHTER
61	1998	narrativa	Práticas do iluminismo	Luz contra a escuridão	ROLF REICHARDT

ARTIGOS SECUNDÁRIOS SOBRE GÊNERO					
Número					Ano
41	1993		Não se aplica	Paul and the Genealogy of Gender	Daniel Boyarin
15	1986		Não se aplica	Heresy, Orthodoxy, and the Politics of Religious Discourse: The Case of the	JANET E.

				English Family of Love	HALLEY
14	1986		The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the Nineteenth Century	The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the Nineteenth Century	Catherine Gallagher and Thomas Laqueur
33	1991	gênero, história	Special Issue: The New World	The Work of Gender in the Discourse of Discovery	LOUIS MONTROSE
34	1991	gênero	Não se aplica	Torture and Truth in Renaissance England	ELIZABETH HANSON
34	1991	gênero	Não se aplica	Rethinking Voyeurism and Patriarchy: The Case of Paradise Lost	REGINA SCHWARTZ
34	1991	gênero	Não se aplica	Pamela and the Duplicitous Body of Femininity	TASSIE GWILLIAM
34	1991	gênero	Não se aplica	The Uses of Male Hysteria: Medical and Literary Discourse in Nineteenth-Century France	JAN GOLDSTEIN
34	1991	gênero	Não se aplica	Doubling out of the Crazy House: Gender, Autobiography, and the Insane Asylum System in Nineteenth-Century France	JANN MATLOCK

Número	Ano	Tema	Nome do dossiê	Título do Artigo	Autor
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	Pós-colonialidade e o artifício da História: quem fala pelos passados indianos?	DIPESH CHAKRABARTY
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	Em defesa do fragmento: escrita sobre os motins hindu-muçulmanos na Índia hoje	GYANENDRA PANDEY
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	Castas da mente	NICHOLAS B. DIRKS
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	No exterior apenas pela ficção: criação, ironia e necessidade in "The secret agent" de Conrad	GEOFFREY GALT HARPHAM
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	Arquivo e utopia	THOMAS RICHARDS
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	A glória de Aban Jau	PETER METCALF
37	1992	pós-colonialismo	Fantasia imperial e histórias pós-coloniais	A sangue frio: hierarquias de credibilidade e as políticas das narrativas coloniais	ANN LAURA STOLER

38	1992	pós-colonialismo	Edição de Primavera	Obsessão de Maria Antonieta	TERRY CASTLE
38	1992	pós-colonialismo	Edição de Primavera	Figuroa Aznar e os "Indigenistas" de Cusco: fotografia e modernismo no início do século XX em Peru	DEBORAH POOLE
38	1992	pós-colonialismo	Edição de Primavera	Nove teses revisionistas no pitoresco	KIM IAN MICHASIW
38	1992	pós-colonialismo	Edição de Primavera	Reproduzindo mulheres em "The Awkward Age"	SUSAN L. MIZRUCHI
38	1992	pós-colonialismo	Edição de Primavera	"Drôle de Guerre": Renoir, a farsa e a queda da França	STEPHEN TIFFT
47	1994	pós-colonialismo	Culturas nacionais e nacionalismo	Pintura no segundo ano	T.J. CLARK
47	1994	pós-colonialismo	Culturas nacionais e nacionalismo	A epistemologia da sentença: linguagem, civilidade e identidade na França e Alemanha, Diderot e Nietzsche	HAROLD MAH
47	1994	pós-colonialismo	Culturas nacionais e nacionalismo	Ficções da França católica: a naturalização do estrangeiro - 1685-1787	PETER SAHLINS
47	1994	pós-colonialismo	Culturas nacionais e nacionalismo	A imagem alegórica da França entre 1750 a 1800: uma crise de representação política	ANTOINE DE BAECQUE
47	1994	pós-colonialismo	Culturas nacionais e nacionalismo	Transplante floral de Linnaeu	LISBET KOERNER
47	1994	pós-colonialismo	Culturas nacionais e nacionalismo	Naturalistas versus nação: pesquisadores russos do século XVIII confrontam a diversidade étnica	YURI SLEZKINE
55	1996	pós-colonialismo	Raça e representação: ação afirmativa	Introdução: após "Bakke"	ROBERT POST
55	1996	pós-colonialismo	Raça e representação: ação afirmativa	As duas declarações de independência americana	MICHAEL ROGIN
55	1996	pós-colonialismo	Raça e representação: ação afirmativa	Preferências de grupos, diversidade cultural e social-democracia: notas para uma teoria da ação afirmativa	DAVID A. HOLLINGER
55	1996	pós-colonialismo	Raça e representação: ação afirmativa	Justiça individualista, preferências de grupos e a estratégia da Califórnia	TROY DUSTER
55	1996	pós-colonialismo	Raça e representação: ação afirmativa	A ação afirmativa é uma heresia cristã?	J. JORGE DE ALVA
55	1996	pós-colonialismo	Raça e representação: ação afirmativa	Uma visão afirmativa	JUDITH BUTLER

Número	Ano	Tema	Nome do dossiê	Título do Artigo	Autor
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Os lugares dos livros na era da reprodução eletrônica	GEOFFREY NUNBERG
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Librarias sem muros	ROGER CHARTIER
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Direitos autorais sem barreiras?: especulações sobre a propriedade literária na biblioteca do futuro	JANE C. GINSBURG
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	História, Filosofia e ambições da Bibliotheque de France	DOMINIQUE JAMET E HELENE WAYSBORD
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Novas ordens do conhecimento, novas tecnologias de leitura	GERALD GRUNBERG E ALAIN GIFFARD
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Meus dias	EMMANUEL LE ROY LADURIE
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	As bibliotecas da Europa Oriental: informação e democracia	PROSSER GIFFORD
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Uma biblioteca cívica de São Francisco	CATHY SIMON
42	1993	circulação	Bibliotecas do futuro	Livros no espaço: tradição e transparência na Bibliothèque de France	ANTHONY VIDLER
45	1994	circulação	Não se aplica	Shakespeare nos trópicos: do alto modernismo ao novo historicismo	RICHARD HALPERN
45	1994	circulação	Não se aplica	A iluminação de Cristo no Deserto do Kalarari	PAUL LANDAU
45	1994	circulação	Não se aplica	Milagre selvagem: a redenção da honra perdida na sociedade romana e o sacramento do gladiador e do mártir	CARLIN A. BARTON
45	1994	circulação	Não se aplica	A morte da memória e a memória da morte: Masada e o holocausto como metáforas históricas	Yael ZERUBAVEL
45	1994	circulação	Não se aplica	Freud e o visual	PETER BENSON
45	1994	circulação	Não se aplica	"Just a cérébrale": Jean Rhys, humor feminino e ressentimento	KATHARINE STREIP
56	1996	circulação	A nova erudição	Fazendo as coisas diferentes: a pré-história de um dispositivo literário	CARLO GINZBURG

56	1996	circulação	A nova erudição	Utopias vocais: Glossolalias	MICHEL DE CERTEAU
56	1996	circulação	A nova erudição	O mosaico de distinções: Israel, Egito e a invenção do paganismo	JAN ASSMANN
56	1996	circulação	A nova erudição	Arte, ancestrais e as origens da escrita na China	DAVID N. KEIGHTLEY
56	1996	circulação	A nova erudição	Nerval na biblioteca, ou os arquivos da alma	MICHEL ZINK
56	1996	circulação	A nova erudição	A livraria dos caminhos da bifurcação	ROBERT L. CHIBKA
56	1996	circulação	A nova erudição	Texto, traço e lixo: a mudança da memória cultural na mídia	ALEIDA ASSMANN